



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE**  
**CONTEMPORÂNEA**

**MABEL ITANA ARAÚJO**

**A DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NA ADOÇÃO TARDIA**  
**E A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE**

Salvador  
2017

**MABEL ITANA ARAÚJO**

**A DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NA ADOÇÃO TARDIA  
E A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSal), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Linha de pesquisa: Contextos Familiares e Subjetividade

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos

Salvador  
2017

Ficha catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

A663 Araújo, Mabel Itana

A devolução de crianças na adoção tardia e a construção da maternidade/ Mabel Itana Araújo.– Salvador, 2017.

126 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos

1. Adoção 2. Devolução de crianças adotadas 3. Criança 4. Maternidade 5 Psicologia Cultural I. Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação II. Bastos, Ana Cecília de Sousa Bittencourt – Orientadora I. Título.

CDU 316.356.2:347.633

## TERMO DE APROVAÇÃO

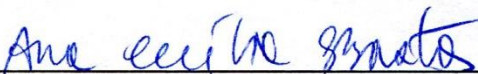
**Mabel Itana Araújo**

**“A devolução de crianças na adoção tardia e a construção da maternidade”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 23 de agosto de 2017.

Banca Examinadora:

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos  
Orientador(a) - (UCSAL)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Vaz de Campos Moreira - (UCSAL)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vivian Volkmer Pontes - (UFBA)

*Ao meu pai Milton Ribeiro Araújo, grande incentivador de toda  
uma vida, que viu o início deste trabalho, mas não presenciou a  
sua conclusão.*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que, mesmo vivenciando uma grande perda, me incentivou a prosseguir com esta pesquisa.

Ao meu irmão, parceiro de momentos difíceis, pelo estímulo e apoio incondicional nessa trajetória que empreendi.

À Profa. Dra. Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos, minha orientadora, toda a minha gratidão e admiração, pela condução afetuosa nos momentos de incerteza e ansiedade e pela competência e tranquilidade com que acompanhou o desenvolvimento desse trabalho.

Às Profas. Dras. Lúcia Vaz de Campos Moreira e Vívian Volkmer Pontes, pelo interesse demonstrado por esta pesquisa, pela disposição em participar da banca examinadora e pelas valiosas contribuições e reflexões apresentadas na banca de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, pelas construções e comprometimento com a ciência.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, pela atenção e auxílio em questões burocráticas.

À psicóloga Ana Cristina Calmon, pela generosidade, disponibilidade e profissionalismo nas discussões sobre o projeto de pesquisa e na ajuda com a coleta de dados.

A Márcia Fonsêca e Eliete Teles, colegas de mestrado, que se fizeram presentes durante o curso. A amizade e a troca de ideias foram fundamentais para a conclusão deste processo.

Aos colegas de mestrado e doutorado, por compartilharem o saber e as ansiedades inerentes ao curso e à elaboração de uma dissertação.

Aos amigos que me apoiaram durante os anos de dedicação ao curso.

Às pretendentes a mães adotivas que contribuíram para as reflexões desta pesquisa.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

Achei você no meu jardim  
Entristecido  
Coração partido  
Bichinho arredio

Peguei você pra mim  
Como a um bandido  
Cheio de vícios  
E fiz assim, fiz assim

Reguei com tanta paciência  
Podei as dores, as mágoas, doenças  
Que nem as folhas secas vão embora  
Eu trabalhei

Fiz tudo, todo meu destino  
Eu dividi, ensinei de pouquinho  
Gostar de si, ter esperança e persistência  
Sempre

A minha herança pra você  
É uma flor com um sino, uma canção  
Um sonho, nem uma arma ou uma pedra  
Eu deixarei

A minha herança pra você  
É o amor capaz de fazê-lo tranquilo  
Pleno, reconhecendo o mundo  
O que há em si

E hoje nos lembramos  
Sem nenhuma tristeza  
Dos foras que a vida nos deu  
Ela com certeza estava juntando  
Você e eu

***(Minha herança: uma flor – composição musical de Vanessa da Mata)***

ARAÚJO, Mabel Itana. **A devolução de crianças na adoção tardia e a construção da maternidade**. 126 f Salvador, 2017. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

## RESUMO

A trajetória de vida de muitas mulheres conduz à construção de significados acerca do ser mãe e a adoção se constitui uma das opções para se concretizar essa maternidade. A partir dos estudos sobre a feminilidade e a maternidade é discutido o lugar que a criança ocupa na relação com a mãe adotiva. Mas, ainda na sociedade contemporânea, essa relação aparece imbuída de mitos e preconceitos, o que pode, muitas vezes, levar um projeto de adoção ao fracasso. Em meio a toda complexidade do processo adotivo, pode ocorrer que a criança adotada seja devolvida, situação não rara nos dias atuais. Essa devolução ocorre quando os conflitos familiares tornam o convívio insustentável, deixando claro que a família enfrentou dificuldades para inserir essa criança na condição de filho. Diante das vicissitudes que envolvem o exercício da maternidade na adoção, o presente estudo tem por objeto de pesquisa a experiência de mulheres que vivenciaram a devolução de crianças por elas adotadas. Por conseguinte, tem por principal objetivo compreender como se articulam a devolução de crianças e adolescentes adotados e o processo de construção da maternidade das mães adotivas, abordando o conceito de ambivalência da Psicologia Cultural. Para tal compreensão, buscou-se: identificar os motivos que levaram essas mães a adotarem uma criança; identificar as razões apontadas por elas para a devolução dessa criança adotada; analisar as repercussões emocionais para a mãe adotiva que decide por devolver uma criança adotada; explorar as expectativas de futuro das mães que adotaram e decidiram pela devolução da criança adotada. A pesquisa foi desenvolvida na abordagem qualitativa descritiva, utilizando a entrevista narrativa e relatos de casos da internet. Foi realizada uma entrevista gravada com a participante que viveu a experiência de adotar e devolver a criança, tendo sido assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal. Ainda, foram selecionados dezessete casos, relatados na internet, sobre mães adotivas que vivenciaram a mesma experiência de adotar e devolver a criança. Os dados obtidos fizeram parte de um estudo de casos múltiplos e foram tratados pela análise de conteúdo por categorias temáticas. Como principais achados, tem-se os motivos que levaram as mulheres a decidirem por adotar uma criança: a infertilidade; a busca por mudanças na rotina dos cônjuges; o altruísmo e a crença na própria bondade; a necessidade de dar um sentido à vida. Quanto às razões indicadas pelas mães para a devolução das crianças por elas adotadas: o comportamento apresentado pela criança durante o convívio familiar; a expectativa da adotante quanto à demonstração de amor e gratidão; referência à origem da criança. Sobre as repercussões emocionais para a mãe adotiva que devolve a criança adotada, constatou-se que o sentimento mais marcante é o de culpa. Refletiu-se, ainda, sobre as pretendentes a mães adotivas tenderem a adiar ou a desistir de uma nova adoção, após devolução da criança. Conclui-se que a devolução é consequência direta de dificuldades encontradas no exercício da maternidade adotiva. Por fim, a pesquisa aponta para a necessidade de estudos sobre a adoção, em especial, sobre a devolução de crianças na adoção, a fim de que o tema ganhe mais visibilidade.

**Palavras-chave:** Adoção. Devolução de crianças adotadas. Criança. Maternidade. Psicologia Cultural.



ARAÚJO, Mabel Itana. **The return of children in late adoption and the construction of maternity.** 126 f Salvador, 2017. Master's Dissertation - Graduate Program in Family in the Contemporary Society of the Catholic University of Salvador.

### ABSTRACT

The trajectory of life of many women leads to the construction of meanings about being a mother and adoption is one of the options to realize this motherhood. From the studies on femininity and motherhood, the place that the child occupies in the relationship with the adoptive mother is discussed. But, still in contemporary society, this relationship appears imbued with myths and prejudices, which can often lead to a project of adoption to failure. In the midst of all the complexity of the adoption process, it can happen that the adopted child is returned, a situation that is not rare these days. This devolution occurs when family conflicts make cohabitation unsustainable, making it clear that the family has had difficulty inserting this child as a son or daughter. Before the vicissitudes that involve the exercise of motherhood in adoption, the present study has the object of research the experience of women who faced the return of children adopted by them. Therefore, it has as main objective to understand how is the articulation of the return of adopted children and adolescents and the process of construction of the motherhood of adoptive mothers, approaching the concept of ambivalence of Cultural Psychology. For this understanding, we sought to: identify the reasons that led these mothers to adopt a child; identify the reasons pointed out by them for the return of that adopted child; analyze the emotional repercussions for the adoptive mother who decides to return an adopted child; explore the expectations of the future of the mothers who adopted and decided to return the adopted child. The research was developed in the descriptive qualitative approach, using the narrative interview and internet case reports. An interview was recorded with the participant who lived the experience of adopting and returning the child, having signed the Term of Free and Informed Consent and the study approved by the Research Ethics Committee of UCSal. Also, seventeen cases were reported, on the internet, about adoptive mothers who faced the same experience of adopting and returning the child. The data obtained were part of a multiple case study and were treated by content analysis by thematic categories. The main findings are the reasons that led the women to decide to adopt a child: infertility; the search for changes in the routine of the spouses; altruism and belief in one's own goodness; the need to give meaning to life. Regarding the reasons indicated by the mothers for the return of the children adopted by them: the behavior presented by the child during family life; the expectation of the adopter regarding the demonstration of love and gratitude; reference to the child's origin. Regarding the emotional repercussions for the adoptive mother who returns the adopted child, it was verified that the most striking feeling is that of guilt. It was also thought that adoptive mothers might tend to postpone or give up on a new adoption after returning the child. It is concluded that the return is a direct consequence of difficulties encountered in the exercise of adoptive motherhood. Finally, the research points to the need for studies on the adoption, in particular, about returning children to adoption, in order for the theme to gain more visibility.

**Keywords:** Adoption. Return of adopted children. Child. Maternity. Cultural Psychology.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Perfil sociodemográfico das participantes.....	58
Quadro 2 - Motivos para a adoção e posterior devolução da criança.....	63

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Acolhimento institucional de crianças .....	28
Figura 2 - Regras para candidatos à adoção .....	29
Figura 3 - Representação gráfica do processo de adoção .....	31
Figura 4 - Relação entre pretendentes a pais e crianças aptas para a adoção .....	32
Figura 5 - Perfil das crianças que aguardam adoção no Brasil.....	33

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANGAAD	Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção
Art.	Artigo
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GEADIP	Grupo de Estudo e Apoio à Adoção do Vale do Ipojuca
Inc.	Inciso
MP	Ministério Público
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
VIJ	Vara da Infância e Juventude

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	15
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	20
2.1	FAMÍLIA, SOCIEDADE E ADOÇÃO .....	20
<b>2.1.1</b>	<b>A evolução da família e as novas configurações familiares</b> .....	20
<b>2.1.2</b>	<b>A parentalidade adotiva: a vinculação afetiva</b> .....	22
2.2	A ADOÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA.....	25
2.3	O CAMINHO PARA A ADOÇÃO: PROCEDIMENTOS TÉCNICOS .....	30
2.4	A ADOÇÃO TARDIA .....	34
2.5	SOBRE A DEVOLUÇÃO DA CRIANÇA .....	35
2.6	A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE .....	38
<b>2.6.1</b>	<b>A maternidade pela adoção</b> .....	41
<b>3</b>	<b>APORTES TEÓRICOS</b> .....	44
3.1	CULTURA E DESENVOLVIMENTO .....	44
3.2	SOBRE A AMBIVALÊNCIA.....	45
3.3	TRANSIÇÃO E RUPTURA .....	47
3.4	NARRATIVAS: A EXPERIÊNCIA PESSOAL .....	48
<b>4</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS, OPERACIONAIS E ÉTICOS</b> .....	51
4.1	DELINEAMENTO .....	51
4.2	O PERCURSO DA PESQUISA .....	53
<b>4.2.1</b>	<b>Caracterização das fontes acessadas</b> .....	55
<b>4.3.1</b>	<b>Os casos publicados</b> .....	57
<b>4.3.2</b>	<b>A entrevista</b> .....	57
<b>4.3.3</b>	<b>Estratégia para agrupamento dos casos</b> .....	57
<b>4.3.4</b>	<b>Caracterização sociodemográfica</b> .....	58
4.4	CONTEXTO DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA.....	59
4.5	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS .....	59
4.6	ASPECTOS ÉTICOS .....	60
4.7	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS .....	60
<b>5</b>	<b>OS CASOS: UMA DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> .....	62
5.1	CASOS PUBLICADOS POR INICIATIVA DE TERCEIROS (A).....	64
<b>5.1.1</b>	<b>Caso A1</b> .....	64

5.1.2	Caso A2.....	64
5.1.3	Caso A3.....	64
5.1.4	Caso A4.....	65
5.1.5	Caso A5.....	65
5.1.6	Caso A6.....	65
5.1.7	Caso A7.....	66
5.1.8	Caso A8.....	66
5.1.9	Caso A9.....	66
5.1.10	Caso A10.....	67
5.1.11	Caso A11.....	67
5.1.12	Caso A12.....	68
5.2	CASOS PUBLICADOS POR INICIATIVA DA PRÓPRIA MÃE (B).....	68
5.2.1	Caso B1.....	68
5.2.2	Caso B2.....	68
5.2.3	Caso B3.....	69
5.2.4	Caso B4.....	69
5.2.5	Caso B5.....	70
5.3	ANA: PARTICIPANTE ENTREVISTADA.....	71
<b>6</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DO QUE FOI COLHIDO.....</b>	<b>73</b>
6.1	OS CASOS PUBLICADOS.....	74
6.1.1	<b>Os contextos familiares.....</b>	<b>74</b>
6.1.2	<b>A experiência da adoção.....</b>	<b>74</b>
6.1.2.1	<i>A tomada de decisão de adotar uma criança.....</i>	<i>74</i>
6.1.2.2	<i>A busca pelo filho biológico.....</i>	<i>74</i>
6.1.2.3	<i>Perfil escolhido para o filho adotivo – a adoção tardia.....</i>	<i>75</i>
6.1.2.4	<i>O processo no Judiciário – trâmites legais.....</i>	<i>75</i>
6.1.2.5	<i>Aguardando o filho adotivo.....</i>	<i>76</i>
6.1.3	<b>A relação mãe-criança.....</b>	<b>76</b>
6.1.3.1	<i>A aproximação com a criança – o conhecer.....</i>	<i>76</i>
6.1.3.2	<i>A chegada da criança na família – o estágio de convivência.....</i>	<i>76</i>
6.1.3.3	<i>Rede de apoio familiar.....</i>	<i>77</i>
6.1.4	<b>A devolução da criança – o processo de tomada de decisão.....</b>	<b>77</b>
6.1.4.1	<i>As razões expressas para a devolução.....</i>	<i>77</i>
6.1.4.2	<i>Os sentimentos ambivalentes.....</i>	<i>79</i>
6.1.5	<b>Decisões e direcionamentos futuros.....</b>	<b>81</b>
6.2	O CASO ANA.....	81
6.2.1	<b>Contexto familiar da participante.....</b>	<b>81</b>

<b>6.2.2</b>	<b>A experiência da adoção</b> .....	82
6.2.2.1	A tomada de decisão para a adoção de uma criança.....	82
6.2.2.2	A busca pelo filho biológico.....	82
6.2.2.3	<i>Perfil escolhido para o filho adotivo</i> .....	82
6.2.2.4	<i>O processo legal para a adoção</i> .....	83
6.2.2.5	<i>Aguardando o filho adotivo</i> .....	83
<b>6.2.3</b>	<b>A relação mãe-criança</b> .....	84
6.2.3.1	<i>A aproximação com a criança – o conhecer</i> .....	84
6.2.3.2	<i>A chegada da criança na família – o estágio de convivência</i> .....	85
6.2.3.3	<i>A rede de apoio familiar</i> .....	87
<b>6.2.4</b>	<b>A devolução da criança – o processo de tomada de decisão</b> .....	87
6.2.4.1	<i>As razões expressas para a devolução</i> .....	87
6.2.4.2	<i>Os sentimentos ambivalentes</i> .....	90
<b>6.2.5</b>	<b>Decisões e direcionamentos futuros</b> .....	92
6.3	DISCUSSÃO GERAL.....	92
<b>6.3.1</b>	<b>Motivos que levaram as mães a adotarem uma criança</b> .....	93
<b>6.3.2</b>	<b>As razões indicadas pelas mães para a devolução da criança adotada</b> .....	95
<b>6.3.3</b>	<b>Repercussões emocionais para as mães adotivas que devolveram a criança</b> .	96
<b>6.3.4</b>	<b>Direções futuras para as mães que adotaram e devolveram a criança</b> .....	98
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	99
7.1	DOS OBJETIVOS .....	99
7.2	PALAVRAS FINAIS .....	101
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104
	<b>APÊNDICES</b> .....	114
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	114
	APÊNDICE B - ROTEIRO TEMÁTICO PARA A ENTREVISTA NARRATIVA.....	116
	APÊNDICE C - CATEGORIAS TEMÁTICAS DERIVADAS DA ANÁLISE DOS CASOS DA INTERNET .....	117
	APÊNDICE D - CATEGORIAS TEMÁTICAS DERIVADAS DA ANÁLISE DA ENTREVISTA COM A PARTICIPANTE .....	122
	<b>ANEXO</b> .....	123
	ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA .....	123

## APRESENTAÇÃO

“’Devolvida’?

Por que usar esta palavra? Usamos esta palavra porque é a palavra usada pela família insatisfeita que ‘devolve’.”

(Maria Isabel Rocha Matos)

O ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, Lei nº 8.069, 1990), que regulamenta as ações que visam ao bem-estar das crianças e adolescentes, reconhece a adoção como alternativa para minimizar o problema das crianças que, tendo sido abandonadas ou entregues à adoção, foram afastadas do convívio com suas famílias biológicas, sendo essa uma prática corrente e incentivada pela Vara da Infância e da Juventude. Essa visão social e humanitária, característica da área sociojurídica, enfatiza a adoção como um direito dessas crianças de possuírem uma família substituta. Dessa forma, a adoção funciona como um ato de inclusão de uma criança, ou adolescente, em uma nova família, envolvendo, assim, vínculos jurídicos e afetivos (LEVINZON, 2009).

Inserida em toda a complexidade de um processo de adoção, a devolução dessa criança, por sua vez, surge como uma vicissitude. O tema é delicado, envolto em tabu, causa estranhamento e pouco dele se fala, mantendo-se insuficientemente pesquisado. Entretanto, é uma realidade encontrada em contextos de adoção em que os pais, pretendentes à adoção, decidem devolver a criança aos cuidados de uma instituição, geralmente em consequência dos conflitos de diversas ordens vivenciados.

Apesar dessa ocorrência não ser predominante nos processos de adoção, Rocha (2007) afirma que os números existentes precisam ser estudados visando a soluções e não apenas aceitação dos motivos que são apresentados pelos adotantes. Vale ressaltar que o tema, aos poucos, vem sendo mais falado e nomeado, em especial no Judiciário. De acordo com Ghirardi (2015), é necessário dar voz e reconhecimento à ocorrência da devolução de crianças.

Nesse contexto, é necessário considerar o sofrimento psíquico, tanto para a criança que tem sua história de abandono reeditada, quanto para os pais que experimentam uma sensação de alívio momentâneo, mas carregado de culpas e angústias (GHIRARDI, 2009). Assim, entender os motivos e suas repercussões, por parte dos pretendentes à adoção, que assim



decidem, torna-se importante, como forma de orientar os profissionais que integram as equipes que lidam cotidianamente com os processos de adoção, tanto no âmbito jurídico – as Varas da Infância e Juventude – como na assistência psicossocial – as instituições que acolhem as crianças e adolescentes, denominadas de casas de acolhimento, sobre como atuar de maneira adequada nessas situações, bem como de forma preventiva, atentos às peculiaridades envolvidas nesses casos.

Fora do campo jurídico, ainda são poucos os estudiosos e limitadas as produções sobre adoção, em especial sobre a devolução de crianças adotadas, o que torna o tema mais relevante e instigante, de modo a oferecer uma contribuição teórica dentro da psicologia, ampliando, assim, a visão jurídica sobre os processos adotivos.

É nesse âmbito que se pretende refletir sobre questões como as motivações para a devolução de uma criança adotada e os significados e valores ligados à maternidade, construídos na trajetória de quem quer adotar. A realidade dessas mães é complexa e necessita ser estudada. Compreender a construção da maternidade é, então, um desafio para estudiosos que se interessam em analisar as diferentes formas de exercê-la.

O interesse por esta pesquisa surgiu da experiência pessoal da pesquisadora com a adoção, mediante vivência profissional como psicóloga em um abrigo para crianças e adolescentes, quando se deparou com histórias de desistências do processo de adoção por parte dos pretendentes a pais adotivos. Essa inquietação se fez presente e, conseqüentemente, o desejo de investigar e ampliar a construção de reflexões acerca dessa temática, por entender que a experiência com a maternidade pela via da adoção pode ser indicadora de sofrimento.

Importante salientar que este estudo, vinculado à linha de pesquisa Contextos Familiares e Subjetividade, do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), pode incrementar a base empírica do conhecimento dessa problemática, contribuir com reflexões e publicações sobre a adoção, na família da sociedade contemporânea, além de fornecer subsídios aos profissionais que lidam com a questão, sejam eles da área da Psicologia ou do Direito, buscando soluções que amenizem as conseqüências advindas dessa situação de conflito.

# 1 INTRODUÇÃO

“A devolução é peculiar à experiência com a adoção, uma vez que o filho biológico nunca pertenceu a outros e, uma vez rejeitado, ele poderá vir a ser abandonado, nunca devolvido.”

(Maria Luíza Ghirardi)

As devoluções de crianças e adolescentes adotados ocorrem com frequência e estudos têm mostrado que a adoção, forma de filiação legítima viabilizada pela cultura e não pelo biológico, provoca mobilizações psíquicas específicas para todos os envolvidos, ou seja, a família biológica que entrega ou abandona o filho, a criança que carrega uma história de descontinuidade em seus vínculos originais e os pais adotivos com suas motivações para adotar (GHIRARDI, 2015). Dessa forma, entende-se que, embora sejam constatadas muitas experiências bem-sucedidas de adoção, existem outras vivências que trazem algum nível de sofrimento psíquico para as mães e pais envolvidos. Para a citada autora, esse sofrimento experimentado vem como consequência de expectativas extremadas depositadas na adoção e na criança, fazendo surgir o sentimento de fracasso.

Perante a lei, toda adoção é irrevogável. Assim, a justiça não reconhece o conceito de devolução, tendo como única possibilidade prevista na lei a restituição da criança durante o período denominado estágio de convivência, que antecede a decretação da sentença da adoção, no qual os requerentes à adoção têm apenas a guarda provisória da criança, podendo desistir da criança em virtude de dificuldades vivenciadas na relação. Essa desistência indica um insucesso no processo de adoção e é entendida por alguns teóricos também como uma devolução (LEVY; PINHO; FARIA, 2009).

A partir da decisão dos pretendentes à adoção em devolver a criança ou adolescente adotado, após a adoção consumada, a Vara de Infância, que recebe a queixa e seus motivos, se depara com fortes sentimentos de rejeição que, em geral, não permitem que necessárias reflexões sejam feitas e a imediata recolocação da criança em abrigos é providenciada (GHIRARDI, 2015). Essa prática se justifica pelo objetivo de evitar a permanência da criança em um ambiente familiar que a rejeita, trazendo a possibilidade de ser vítima de maus-tratos, abusos e humilhações. O fracasso da devolução atinge a todos os envolvidos, mas, segundo

Levy, Pinho e Faria (2009), repercute principalmente na criança, que acaba sendo responsabilizada pela decisão tomada pelos adultos.

Embora entendendo a distinção legal entre a devolução oficializada ou restituição da criança durante o estágio de convivência, prevista em lei, e a devolução após sentença da adoção, este estudo equipará as duas situações por compreender que ambas refletem as vicissitudes das relações afetivas envolvidas. Ademais, interessam a esta pesquisa as experiências de pretendentes a mães que decidiram pela não permanência da criança ou adolescente adotado, no núcleo da família substituta e, desse modo, pela não continuidade da maternidade por via da adoção.

A adoção possibilita o acesso à maternidade por outros meios que não o biológico, constituindo-se em uma alternativa para a infertilidade. Para Ghirardi (2015), esse caminho, entretanto, pode gerar expectativas irreais em relação a uma criança que chega em substituição a outra que não pôde ser concebida, desconsiderando o conflito inerente a toda relação humana. O pensamento de devolução poderá ocorrer nesses momentos de conflito com a criança, quando surge uma dificuldade de inserção desta no lugar de filho. Não se processa a identificação e assimilação da criança verdadeiramente como filho.

Segundo Villa (2001), a devolução de uma criança se apresenta como uma possibilidade para alguns adotantes, o que sinaliza algum desvio no processo de inserção dessa criança no núcleo familiar. Com o pensamento de adotar, visualiza-se o filho idealizado e este é substituído pelo filho real quando a adoção se concretiza. Porém, algumas pessoas não conseguem lidar com a diferença entre os dois. Para o autor, por vezes uma adoção ocorre sem a reflexão necessária e os desdobramentos são cheios de frustrações, podendo chegar à devolução. Se a criança é inserida na família realmente como filho, qualquer dificuldade que se apresente será vivenciada de modo semelhante a um filho biológico.

Ao se tratar de adoção tardia, essa experiência pode se tornar mais complexa. Denominação referente à adoção de crianças maiores, com idade a partir de três anos, a adoção tardia ocorre quando a situação parental da criança não está suficientemente esclarecida para que ela seja colocada em adoção, contribuindo para que a criança permaneça em abrigos, às vezes, durante anos. Segundo Lima (2006), essa adoção é de difícil aceitação, porque a criança ou adolescente já possui uma história de vida traumática. Assim, a grande maioria dos pais candidatos à adoção demanda por recém-nascidos, por entenderem que receberão uma criança que não tem história, não tem um caráter formado, podendo criá-la à sua própria imagem.

Por outro lado, Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006) se referem ao surgimento no Brasil de uma nova cultura de adoção, baseada na ideia de que se deve buscar uma família para a criança e não uma criança para a família, o que sugere novos projetos de família e reflexão sobre a paternidade e a maternidade, criando um novo sentido para os papéis de mãe, pai e filho.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a experiência de mulheres que vivenciaram a devolução de crianças por elas adotadas. Nesse contexto, esta investigação tem por objetivo geral, compreender como se articula a devolução de crianças e adolescentes adotados e o processo de construção da maternidade das mães adotivas.

Os objetivos específicos definidos são: 1) identificar os motivos que levaram essas mães a adotarem uma criança; 2) identificar quais são as razões indicadas pelas mães para a devolução de uma criança adotada; 3) analisar as repercussões emocionais para a mãe adotiva que decide por devolver uma criança adotada; 4) explorar as expectativas de futuro das mães que adotaram e decidiram pela devolução da criança adotada.

A dissertação está subdividida em sete capítulos, assim estruturados: no primeiro capítulo, esta introdução; no segundo, após breve discussão sobre família, sociedade e adoção, apresenta-se a revisão de literatura, focalizando estudos referentes à adoção, evidenciando a devolução nesse processo; no terceiro capítulo são apresentados brevemente os aspectos teóricos que conduzem a uma compreensão sobre a problemática proposta, privilegiando-se os conceitos de ambivalência e ruptura, propostos pela Psicologia Cultural do Desenvolvimento; no quarto, se discorre sobre o método empregado; no quinto capítulo são descritos sumariamente os casos utilizados neste estudo; no sexto, a análise e discussão do que foi colhido; no sétimo capítulo, as considerações finais a respeito do estudo realizado.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

“Se não deve existir um modelo de família ideal para adotar, então por que achar que há um perfil de criança ideal para adoção? Seria cruel.”

(Cintia Liana Reis de Silva)

### 2.1 FAMÍLIA, SOCIEDADE E ADOÇÃO

Para melhor entendimento sobre a experiência de uma mãe que devolve uma criança adotada e suas repercussões, faz-se necessária uma passagem pelos aspectos interdisciplinares e legais da adoção, bem como um percurso por temas como a adoção tardia e a devolução de crianças no Judiciário. Esses tópicos serão desenvolvidos no presente capítulo.

#### 2.1.1 A evolução da família e as novas configurações familiares

A família constitui um recurso para o indivíduo nos mais variados aspectos de sua existência, tornando oportunas experiências nos níveis psicológico e social e orientações éticas e culturais. Assim, o contexto familiar, na medida em que é transmissor de valores e crenças, proporciona benefícios à sociedade e também ao indivíduo, acolhendo-o desde o ventre materno e por todo o ciclo vital, se tornando fundamental para o seu desenvolvimento humano, por meio do sentimento de pertença. (MOREIRA; RABINOVICH, 2011; PETRINI; DIAS, 2013).

É no ambiente familiar que a criança se desenvolve e é inserida na sociedade, seja essa família biológica ou adotiva. Ademais, é no contexto da família que as normas sociais e morais são aprendidas e atingirão diretamente toda a sociedade. Nessa perspectiva, a família atende às necessidades humanas e sociais, o que leva os estudos sociológicos a considerarem a família um recurso necessário à pessoa e à sociedade (ARRIAGADA, 2002; FERREIRA, 2011; PETRINI; DIAS, 2013; OLIVEIRA, 2014).

Segundo Arriagada (2000), os processos de globalização e modernização que produziram profundas mudanças no âmbito econômico mundial repercutiram, inclusive, na

estrutura familiar conhecida até então. Dessa forma, a globalização permite que ideias e valores sejam disseminados amplamente, a exemplo dos direitos humanos, igualdade de gênero, desenvolvimento social e respeito à diversidade étnica e cultural. Para a autora, a família mudou o modo de percepção dela mesma e dos seus membros, passando a aceitar a diversidade de estilos de vida e de costumes.

O filósofo Engels (2002) afirma que, sendo um elemento ativo, a família não estaciona, antes sofre transformações, de acordo com a evolução da sociedade.

A única coisa que se pode responder é que a família deve progredir na medida em que progrida a sociedade, que deve modificar-se na medida em que a sociedade se modifique; como sucedeu até agora. A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema. (ENGELS, 2002, p.91).

Assim, a noção de constituição de família sofreu algumas modificações ao longo do tempo, no que se refere à sua formação, características e importância. Os indícios da transformação pela qual a família vem passando são encontrados na contemporaneidade em indicadores tais como a redução dos casamentos, o aumento das separações e divórcios, o aumento do número de famílias reconstituídas, monoparentais, homoafetivas e das chefiadas por mulheres, além do adiamento do casamento entre os jovens. Desse modo, é encontrada uma diversidade de grupos familiares, formados não apenas pela consanguinidade, mas pela união de pessoas vinculadas pelo sentimento (HAMAD, 2002).

Historicamente, o sentimento da família ligado ao sentimento da casa, da necessidade de convivência do grupo familiar, a partir do século XVIII, teve poucas modificações até chegar aos dias atuais. Os membros da família se unem pelo sentimento e há uma necessidade de intimidade entre eles, o que se traduz na convivência. Como bem afirma Ariés (2006), “Essa família, ou a própria família, ou ao menos a ideia que se fazia da família ao representá-la e exaltá-la, parece igual à nossa. O sentimento é o mesmo” (ARIÉS, 2006, p. 153).

O desenho familiar atual não se constitui apenas da tradicional família patriarcal, monogâmica e nuclear. A família, da forma como vem se modificando nos últimos tempos, não pode ser identificada como um modelo ideal ou único, antes se manifesta como um conjunto de trajetórias próprias e individuais, estruturadas em arranjos diversos e organizações residenciais peculiares. Neder (2000) denomina de “nova família” o desenho familiar da atualidade:

Até os dias atuais, todo processo de mudança na organização das famílias que acompanha o aburguesamento da sociedade moderna, divórcio, nova parentela oriunda dos filhos de outros casamentos, por exemplo, ou uma maior liberalidade dos costumes e da vida sexual que, no conjunto, implique a modernidade, recebe a designação de nova família. (NEDER, 2000, p.31).

Dessa forma, atualmente, a família tradicional vem dando lugar ao surgimento de outras configurações familiares: são casais que optam por não ter filhos; outros, por impossibilidade ou não de gestarem suas crianças, decidem pela adoção; casais homoafetivos se formam e também adotam crianças; pais e mães separados, sozinhos assumem as suas famílias, ou buscam novos casamentos e filhos; solteiros também buscam crianças para adoção. Esses são alguns exemplos de configuração familiar encontrados na sociedade atual (NEDER, 2000; ARRIAGADA, 2002).

Nessa perspectiva, Petrini (2010) analisa que a família contemporânea está caracterizada pela variedade de contextos. Em consequência, os modelos tradicionais se tornam inadequados para se alcançar uma compreensão dos arranjos familiares hodiernos, novas formas de família que constituem “a multifacetada sociedade pós-moderna” (CARVALHO, 2013, p.17).

Todavia, a família se mantém como recurso para a pessoa e a sociedade, segundo afirmam Petrini e Alcântara (2015).

[...] a família resiste como lugar de identidade e diferenciação, adapta-se às inovações socioculturais e tecnológicas com as quais interage, especialmente diante do discurso plural relativo à ética e aos valores, característicos da contemporaneidade. (PETRINI; ALCÂNTARA, 2015, p. 213).

Para Petrini e Dias (2015), a família ocupa um lugar único, o mais significativo, no qual o indivíduo se depara com a totalidade do seu ser. Dessa forma, a relação de intimidade entre os integrantes de um contexto familiar vai sendo formada através de sentimentos e afetos, valores e crenças, preocupações, doenças, interesses, ideais e sucessos que são partilhados e acolhidos pelas pessoas.

### **2.1.2 A parentalidade adotiva: a vinculação afetiva**

As transformações que atingiram a família e a sociedade repercutiram também, com muita rapidez, no campo da adoção. O pensamento difundido anteriormente de que a adoção se destinava aos casais que, de comum acordo, quisessem adotar uma criança, em virtude de uma impossibilidade de gerar um filho pelos meios biológicos, foi, aos poucos, dando lugar a uma mutação da constituição familiar entre aqueles que na atualidade desejam adotar uma criança (HAMAD, 2010).

As demandas de adoção surgem dos mais variados grupos familiares, o que leva Hamad (2010) a afirmar que ela não garante mais à criança um casal parental e, mesmo quando a solicitação é feita por um casal, esta relação conjugal poderá não ser duradoura. Para esse autor, a família se rompe, se recompõe, e, às vezes, em tal recomposição não se sabe mais como denominar o elo que une as crianças entre si, e também aos adultos. Como já visto, Engels (2002) afirma que, sendo um elemento ativo, a família evolui com a sociedade. Por conseguinte, a adoção não escapa a essa realidade. Ela tende a tornar ainda mais complexas situações já frágeis. Assim sendo, também a família adotiva é múltipla, imagem da sociedade contemporânea (HAMAD, 2010).

Para Levinzon (2004), a maioria das pessoas baseia seus significados e representações de família decorrentes de uma filiação consanguínea, o que faz com que outros vínculos familiares, a exemplo da adoção, não sejam plenamente aceitos. Neste sentido, Maux e Dutra (2010) afirmam que a adoção não é vista amplamente como legítima possibilidade de construção familiar. Para esses autores, essas reflexões, no Brasil, são mais frequentes nas famílias adotivas e por profissionais que compõem os Grupos de Apoio à Adoção, geralmente formados por pais adotivos que trabalham para a divulgação da nova cultura da adoção. Para Guimarães (2010), na nossa sociedade, as pessoas ainda se encontram presas à ideia de família consanguínea, pelo fato de que a relação de parentesco ainda é vista como concepção natural de família. Essas ideias repercutem a conclusão da pesquisa de Trindade (1993) de que uma das representações sociais da maternidade e paternidade no Brasil é aquela em que a concretização plena da parentalidade somente é possível por meio de um filho biológico. Costa e Campos (2003), ao falar sobre a preferência dos pretendentes à adoção por crianças pequenas e bebês, afirma que os adotantes no Brasil ainda valorizam os vínculos consanguíneos, e buscam reproduzir essas relações na adoção.

No entanto, essa situação vem se transformando e a adoção é entendida nos dias atuais como uma forma de construção da parentalidade, estruturada em vínculos estabelecidos pela convivência. Tanto os esforços conjuntos da sociedade como os exemplos de adoções bem-sucedidas vêm contribuindo para tal fato (LEVINZON, 2004; SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006; GUIMARÃES, 2010; MUNIZ, 2016).

Segundo estudiosos da adoção, a infertilidade é um dos fatores que impulsionam a sua busca, de forma a proporcionar a essas pessoas a oportunidade de exercer a paternidade/maternidade. Dessa forma, o sonho do filho biológico, com traços hereditários é desfeito, e esse luto é vivenciado subjetivamente, podendo gerar fantasias e sofrimentos para



homens e mulheres. A constituição de uma família pela adoção, geralmente, acontece pelo encontro de crianças que perderam seus vínculos primários e adultos que sofrem pela frustração do filho que não veio pela reprodução biológica ou assistida, e que precisarão lidar com sentimentos como a tristeza, perda, decepção e fracasso. Uma pesquisa de Weber (2003), cujo objetivo foi identificar o perfil da família adotiva no Brasil, revelou que a principal motivação para a adoção foi a ausência de filho biológico (50%), evidenciando também a necessidade dos pais adotivos de buscar por bebês, a fim de cuidar o mais cedo possível de uma criança, seguindo, assim, o padrão das famílias consanguíneas (WEBER, 2003; LEVINZON, 2004; SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006; GUIMARÃES, 2010; WEBER, 2011; LADVOCAT, 2014).

A ideia de uma nova cultura da adoção pressupõe que a família tenha como foco principal o melhor interesse da criança, o que não era sentido no decorrer da história da adoção no Brasil, quando a prioridade não era a possibilidade de a criança ter uma família, visto que o objetivo principal era atender àqueles casais que apresentavam infertilidade. Era a chamada ‘adoção clássica’, que hoje vem sendo substituída pela prática da ‘adoção moderna’, modelo que visa garantir o direito a toda criança da convivência familiar, e que atribui novos significados à maternidade/paternidade adotiva. Ou seja, anteriormente o objetivo era encontrar uma criança para dar continuidade à família; no modelo vigente, busca-se encontrar uma família para aquela criança privada desse convívio, abrindo, inclusive, mais espaço para adoções diferenciadas, como a adoção de crianças com deficiência, de irmãos e de crianças mais velhas (FREIRE, 2001; YAMA, 2004; COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007; WEBER, 2010, 2011).

Ressalta-se que essas duas formas de entendimento podem coexistir, desde que em primeiro plano estejam os interesses da criança. É importante também olhar para os interesses e as preferências daqueles que se dispõem a adotar, compreendendo suas motivações e subjetividades (VARGAS, 1998; SILVA, 2001; YAMA, 2004; GHIRARDI, 2015).

A lei que privilegia os interesses da criança deve ser igualmente sensível ao considerar a subjetividade dos adotantes envolvidos, uma vez que esta última constitui parte de um campo intersubjetivo onde se encenarão as experiências de cunho afetivo entre pais e filhos adotados. (GHIRARDI, 2015, p.28).

A partir da adoção, a história da criança, iniciada com sua família biológica, e que por algum motivo não pôde ser criada por essa, seguirá novos caminhos. Um filho adotivo poderá crescer em um lar que atenda às suas necessidades básicas e ofereça segurança e afeto. E quando a separação entre a criança e a família biológica ocorre em função dos maus tratos a essa

criança, a organização da sua autoestima será fundamental para possibilitar a formação de novos laços de filiação, exigindo uma disponibilidade interna dos pais adotivos. A existência de vínculos positivos que ofereçam o suporte necessário ao desenvolvimento da criança permitirá que ela se organize em seu mundo interno (LEVINZON, 2004; LEVY, 2009).

## 2.2 A ADOÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

Segundo Paiva (2004), a adoção constitui uma das medidas legais para atender à colocação de uma criança privada de convivência familiar em um lar substituto, no intuito de que ela reconstitua os seus laços de filiação. Essa prática ocorre desde o início das civilizações, pois sempre existiram crianças que, por múltiplas impossibilidades, foram tiradas do convívio com as suas famílias biológicas (GHIRARDI, 2015). O abandono ou a entrega de crianças e, a adoção, não são fenômenos específicos da contemporaneidade. Para a historiadora Marcílio (1998, p. 21), “[...] variaram apenas, no tempo, as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as atitudes em face do fato amplamente praticado e aceito”.

De acordo com Gonçalves (1987), no Brasil, já na época colonial e durante o Império, era estabelecido o costume de as mães entregarem a outrem os filhos rejeitados. “Expostos” e “enjeitados”, como eram chamados, constituíam termos recorrentemente empregados na sociedade brasileira para designar as crianças abandonadas na Roda, que consistia em um:

[...] aparelho, em geral de madeira, do formato de um cilindro, com um dos lados vazados, assentado num eixo que produzia um movimento rotativo, anexo a um asilo de menores. A utilização desse tipo de engrenagem permitia o ocultamento da identidade daquele(a) que abandonava. (GONÇALVES, 1987, p.37).

Casa dos Expostos, Depósito dos Expostos e Casa da Roda eram as denominações para os abrigos que recebiam crianças abandonadas sob o compromisso de criá-las ou encaminhá-las para adoções. A explicação para a manutenção do sigilo sobre a origem da criança estava na relação entre o abandono de crianças e amores ilícitos, sendo concebidas por mães solteiras. Seria, então, um lugar designado, inicialmente, aos filhos de uniões ilegítimas, considerados como aqueles que não possuíam história, os “sem família”. Famílias ou indivíduos iam às Rodas de Expostos e tomavam crianças para criar ou adotar, definindo-as como “filhos de criação”. Isto acontecia também com os recém-nascidos deixados nas portas das casas e das igrejas (GONÇALVES, 1987).

A adoção acontecia à margem dos procedimentos legais, sistema que ainda coexiste com a legislação, e é conhecido como ‘adoção à brasileira’, que consiste no registro direto da criança como filho natural dos pais adotivos. Nesse sistema, as crianças órfãs ou abandonadas, por vezes, eram utilizadas como mão de obra gratuita baseada nos laços de afeição (SILVA, 2001; GUIRARDI, 2015).

Numa perspectiva histórica, em 1916 a adoção surgiu no Código Civil, dando o direito de adotar a pessoas maiores de cinquenta anos, sem filhos legítimos, e com uma diferença de idade igual ou superior a dezoito anos entre o adotando e o adotado. Todavia, tratava-se de uma transferência da tutela de um adulto para outro, por meio de um contrato de anuência entre as partes, não havendo a anulação do vínculo da criança com a sua família biológica. Em 1957, houve uma alteração na lei e foi permitida a adoção a pessoas com filhos legítimos, reduzindo a idade para trinta anos e a diferença entre idades para dezesseis anos. Com essa lei, a criança adotada ganhou mais proteção, contudo, continuou em desvantagem em relação à filiação legítima no que tangia ao direito à herança. O ano de 1965 trouxe uma importante inovação, quando a legislação relativa à adoção conferiu os mesmos direitos de um filho legítimo ao filho adotado, além de abolir toda ligação com a família biológica. Pela primeira vez se tratou da irrevogabilidade da adoção, entretanto, nada foi mudado a respeito dos direitos quanto à herança (GHIRARDI, 2015).

Em 1979, foi elaborado o Estatuto do Menor, que substituiu o Código de Menores de 1927, trazendo algumas evoluções, entre elas a regulamentação minuciosa da adoção. Foram instituídas duas modalidades de adoção: a adoção plena e a adoção simples<sup>1</sup>. Somente com a constituição de 1988 os direitos de filhos adotados e biológicos foram igualados, extinguindo-se as duas formas de adoção anteriormente criadas (MARCÍLIO, 1998; GUIRARDI, 2015).

Essa preocupação com a criança e o seu bem-estar conduziu à elaboração, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>2</sup>, legislação que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, que destaca: “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar [...]”<sup>3</sup> (BRASIL, 2004, p. 11-12).

---

<sup>1</sup> Na adoção plena os direitos são iguais aos dos filhos legítimos. A adoção simples permite que a filiação adotiva seja revogável.

<sup>2</sup> Lei 8.069, de 13/7/90.

<sup>3</sup> Capítulo III – Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Seção I, Art. 19

Assim, o ECA (1990) apresenta como objetivo principal a proteção integral da criança e do adolescente. Nesse estatuto, a legislação que regulamenta a adoção atribui ao adotado a condição de filho de fato e de direito<sup>4</sup>. Trouxe inovações como: redução da idade mínima do adotante para vinte e um anos; possibilidade de adoção, independente do estado civil; adoções unilaterais<sup>5</sup>; ausência de restrições quanto ao direito à herança. O Estatuto realça que a adoção como recolocação da criança em um núcleo familiar é uma possibilidade somente após se esgotarem os recursos de manutenção em sua família natural ou extensa<sup>6</sup>. Contudo, muitas restrições ainda são mantidas no ECA, sinalizando a necessidade de reformulação (MARCÍLIO, 1998; GUIRARDI, 2015; MUNIZ, 2016).

Com base nessa constatação, a adoção no Brasil foi reformulada pela nova Lei Nacional da Adoção<sup>7</sup>. Essa nova lei apresenta aspectos relevantes, a exemplo da limitação da permanência das crianças em abrigos em, no máximo, dois anos (Figura 1). Para tanto, vem sendo ampliada a lista de famílias e pessoas candidatas. Fica estabelecido um controle maior dos abrigamentos, agora chamados de acolhimentos institucionais. A adoção individual tornou-se mais valorizada e a chamada adoção internacional passa a acontecer somente em último caso. As novas regras para a adoção, também determinam que haja um preparo prévio dos pais adotivos para receberem a criança no novo lar. A referência à obrigatoriedade da preparação dos candidatos à adoção<sup>8</sup>, é uma atualização importante da lei e essa habilitação deverá ser oferecida pela equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude, e é constituída de orientações acerca da adoção e preparação psicológica. A preparação psicossocial, assegurada pela nova Lei, é apresentada como uma alternativa para os requerentes reverem motivações, expectativas e idealizações (PACHÁ et al., 2009; GHIRARDI, 2015; MUNIZ, 2016).

---

<sup>4</sup> ECA, art. 41.

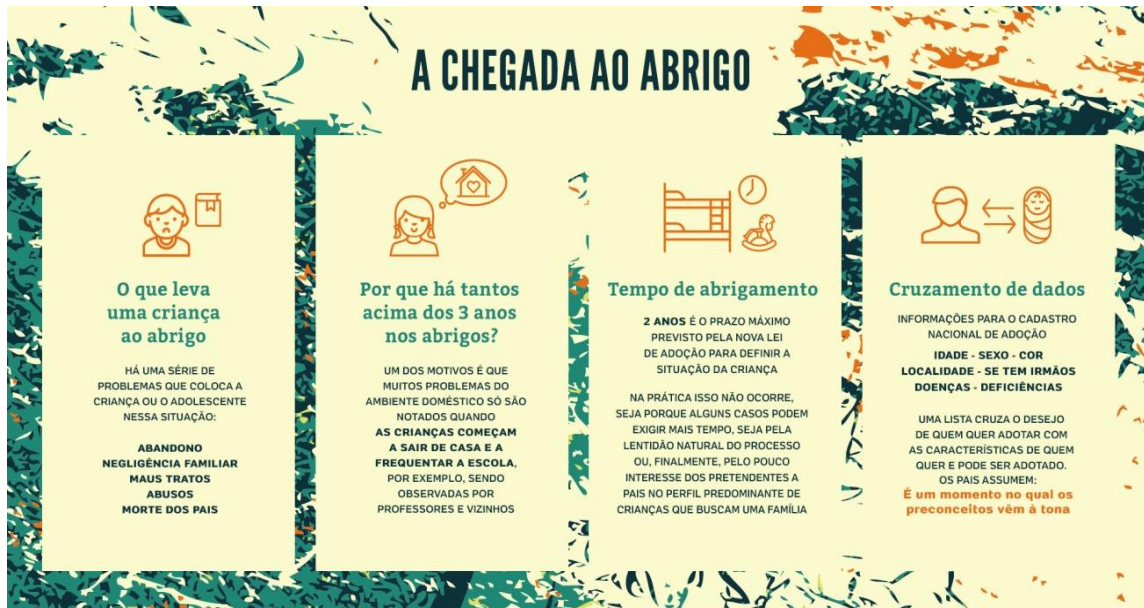
<sup>5</sup> Quando um dos cônjuges adota o filho do outro.

<sup>6</sup> ECA, art. 39, § 1º.

<sup>7</sup> Lei 12.010/2009, sancionada em 3 de agosto de 2009 e publicada no Diário Oficial da União em 4 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009).

<sup>8</sup> Novas Regras para a Adoção, art. 50 § 3º.

Figura 1 - Acolhimento institucional de crianças



Fonte: <https://tab.uol.com.br/adocao-tardia#imagem-6>

A nova Lei da Adoção trouxe mudanças significativas no âmbito da institucionalização e da adoção. Antes não havia prazo definido para a permanência da criança nos chamados abrigos ou casas de acolhimento. Com a nova lei fica estipulado o tempo máximo de dois anos para essa permanência, período em que caberá à Justiça decidir se a criança retornará à família de origem ou será encaminhada para a adoção. Essa nova legislação busca minimizar o incentivo à institucionalização, baseada no entendimento de que as famílias eram incapazes de atender às necessidades básicas dos seus filhos e propiciar as condições adequadas para a formação de um cidadão, atribuindo essa capacidade às instituições, como garantia de alimentação, vestuário, educação, formação e disciplina (DIGIÁCOMO, 2009; SILVA; ARPINI, 2013; MUNIZ, 2016).

A nova legislação para a adoção visa, ainda, a atender às transformações da sociedade contemporânea, na qual novas configurações familiares são formadas e cada vez mais pessoas solteiras se interessam por adotar crianças. Esse fato, valorizado pelas novas regras, garante aos solteiros, maiores de dezoito anos e com a diferença mínima de dezesseis anos da criança a ser adotada (Figura 2), o direito de adotar, resultado do estabelecimento de medidas mais flexíveis e redução das exigências burocráticas que afetavam as duas partes interessadas, ou seja, a criança e os candidatos a pais adotivos. Além disso, a nova Lei da Adoção enxerga o contexto familiar como o maior responsável pelo desenvolvimento saudável da criança e do adolescente, e a institucionalização como algo a ser evitado (PACHÁ et al., 2009; SILVA; ARPINI, 2013; MUNIZ, 2016).

Figura 2 - Regras para candidatos à adoção



Fonte: <https://tab.uol.com.br/adocao-tardia#imagem-9>

É importante destacar dois pontos abordados na legislação que regulamenta a adoção desde o ECA e que apresentam relação direta com a devolução de crianças, interessando, portanto, à presente pesquisa. Trata-se da determinação sobre o estágio de convivência<sup>9</sup> e da referência à irrevogabilidade da adoção<sup>10</sup>.

O estágio de convivência, período que antecede a sentença da adoção, tem como objetivo avaliar a construção da relação afetiva entre os pretendentes à adoção e a criança ou adolescente a ser adotado, sendo que a duração desse período fica a critério do Judiciário, que observará as peculiaridades de cada caso. Para a dispensa do estágio de convivência, de acordo com as novas regras<sup>11</sup>, necessita-se da tutela ou guarda legal, não apenas a simples guarda da criança, que é um instrumento jurídico provisório que regulariza a posse, conferindo à criança a condição de dependente, e que pode ser revogada a qualquer momento anterior à homologação da adoção (GHIRARDI, 2015).

Em relação ao vínculo a ser estabelecido entre a criança e o adulto, a guarda caracteriza-se por ser esse momento inaugural e, como tal, traz em seu âmago as instabilidades e delicadezas do encontro humano (GHIRARDI, 2015, p.29).

Sobre a irrevogabilidade da adoção, a legislação insere a possibilidade de ocorrência da devolução durante o período de convivência; sendo assim, antes da sentença da adoção, e é também denominada de restituição. As justificativas para o Judiciário acatar um pedido de

<sup>9</sup> ECA, art. 46.

<sup>10</sup> ECA, art. 48.

<sup>11</sup> Lei 12.010/2009.

devolução/restituição estão relacionadas à intenção de proteger a criança de possíveis maus-tratos pela família que a rejeita. Dessa forma, a afirmação de que ‘toda adoção é irrevogável’<sup>12</sup> não elimina o risco de rompimentos do vínculo afetivo entre os pretendentes à adoção e as crianças e adolescentes adotados. Do mesmo modo, quando a lei permite a devolução durante o estágio de convivência deixa implícito que o processo de adoção pode fracassar e que dificuldades nessa relação podem ocorrer (GHIRARDI, 2015).

### 2.3 O CAMINHO PARA A ADOÇÃO: PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

De acordo com Valério (2013, p.20), “a decisão de adotar é privada, mas a realização dessa construção familiar é pública e determinada pelo Estado”. Com o objetivo de unificar as diretrizes nacionais para a adoção, convivência familiar e direitos dos adotados, além da nova Lei da Adoção, outro instrumento jurídico é o Cadastro Nacional de Adoção (CNA)<sup>13</sup>, um único banco de dados que contém as informações de adotantes e de crianças/adolescentes de todo o território brasileiro, em condições de adoção<sup>14</sup>. A criação desse cadastro visou a “facilitar e dar maior agilidade aos processos de adoção por meio do mapeamento de informações unificadas” (CNJ, 2013, p.7). Todo o processo de análise, avaliação e acompanhamento da decisão dos pretendentes é realizado por meio de uma equipe psicossocial e jurídica do Estado. Após todos esses trâmites, a habilitação à adoção poderá ser conferida ou não aos pretendentes (GHIRARDI, 2015; MUNIZ, 2016).

Atualmente, os brasileiros interessados em adotar devem se dirigir à Vara da Infância e da Juventude de sua região e apresentar a documentação exigida para a inscrição como pretendentes à adoção (Figura 3).

---

<sup>12</sup> ECA, art. 48.

<sup>13</sup> Lançado pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 54, em abril de 2008.

<sup>14</sup> Cf. art. 50, §§ 5º e 6º, da Lei nº 8.069/90 (ECA).

**Figura 3 - Representação gráfica do processo de adoção**



Fonte: <https://tab.uol.com.br/adocao-tardia/#imagem-8>

Depois de aprovada a documentação, são encaminhados para um curso de preparação psicossocial realizado pela equipe técnica do Judiciário, composta por psicólogos e assistentes sociais. Posteriormente, é realizada a avaliação psicossocial, através de entrevistas feitas também pela equipe técnica.

Ao longo dessas entrevistas, são descritas as características da criança que se pretende adotar, expectativas e motivações do provável adotante são investigadas e orientações gerais são fornecidas<sup>15</sup>. Mediante aprovação do juiz, essa pessoa é considerada apta e passa a fazer parte do cadastro de pretendentes (CNA). Não sendo aprovada, é encaminhada para um acompanhamento técnico para que sejam trabalhadas as motivações para a adoção, podendo ser aprovada em outro momento. Um estudo psicossocial de crianças abrigadas e que aguardam uma adoção é realizado e o pretendente é convocado para uma nova entrevista (MUNIZ, 2016).

Quando encontrada uma criança compatível com o perfil fornecido pelo adotante, a etapa seguinte é uma aproximação gradativa entre ambos, objetivando um provável encaminhamento da criança à família adotiva. Importante ressaltar que a criança é ouvida após esse encontro, podendo, assim, expressar sua vontade e seus medos diante da adoção (GHIRARDI, 2015; MUNIZ, 2016).

Muito se questiona sobre o tempo de espera por uma criança adotiva, mas esse tempo irá variar de acordo com a disponibilidade da criança com perfil definido pelos pretendentes,

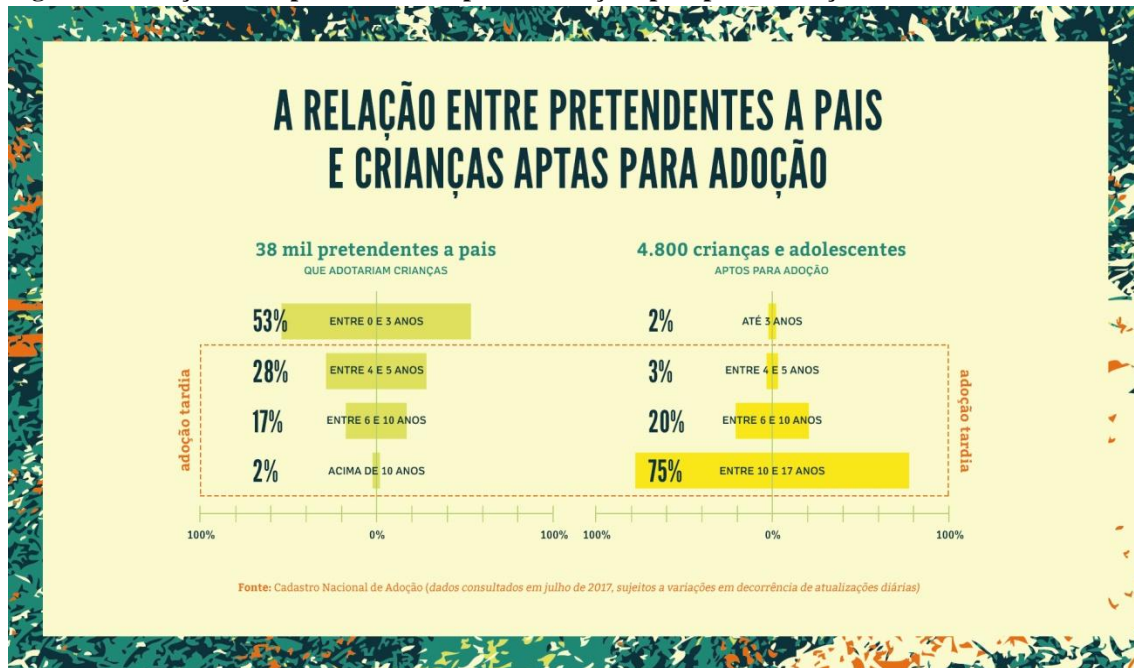
<sup>15</sup> Segundo Muniz (2016), na prática, comumente essa ordem não é seguida, e, frequentemente, as entrevistas são realizadas antes do curso preparatório.



bem como os trâmites legais de destituição do poder familiar, necessário para a liberação da criança para a adoção. Esse quadro vem se modificando, a partir da criação do Cadastro Único da Adoção, sendo que nele as crianças passam a fazer parte de uma lista de âmbito nacional (GHIRARDI, 2015).

A despeito da compatibilidade entre o perfil desejado pelos adotantes e aquele oferecido pelas crianças que aguardam uma adoção, um dado que chama muita atenção diz respeito aos números em cada um dos grupos. Enquanto muitas crianças aguardam por uma família adotiva, um número bem maior representa as famílias que aguardam por um filho adotivo. Atualmente, de acordo com dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a proporção entre os dois universos é de aproximadamente cinco pretendentes para cada criança cadastrada. Essa discrepância se justifica pelo desacordo entre o perfil desejado por aqueles que pretendem adotar e a realidade das crianças aptas à adoção (Figura 4).

**Figura 4 - Relação entre pretendentes a pais e crianças aptas para a adoção**



Fonte: <https://tab.uol.com.br/adocao-tardia/#imagem-2>

Geralmente, o perfil mais desejado é aquele mais raro (Figura 5). As principais preferências observadas dizem respeito à idade da criança (a grande maioria dos adotantes, 53,0%, deseja crianças entre zero e cinco anos, enquanto apenas 5,0% das crianças cadastradas têm essa idade); cor da pele (preferência por crianças brancas, apenas 31,0% das crianças aptas); sexo feminino (43,0% das crianças cadastradas) (MUNIZ, 2016; CNJ, 2017).

Quanto à preferência por crianças menores, estudos indicam que os pretendentes à adoção se pautam na ideia de que crianças maiores trazem consigo alguns problemas, como defeitos de caráter e maus hábitos, adquiridos em suas famílias biológicas, ou ainda em abrigos pelos quais passaram. A busca por crianças do sexo feminino reflete uma ideia, socialmente construída, de que as mulheres apresentam um comportamento mais adaptável. A respeito da preferência por crianças brancas, a justificativa está na procura, por parte daqueles que querem adotar, de semelhanças físicas. A existência dessas características físicas pode fortalecer laços em contextos nos quais a falta da genética seria uma ameaça para a formação de vínculos (VARGAS, 1998; COSTA; CAMPOS, 2003; WEBER, 2003, COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007).

**Figura 5 - Perfil das crianças que aguardam adoção no Brasil**



Fonte: <https://tab.uol.com.br/adocao-tardia/#imagem-5>

Esse perfil almejado pelos pretendentes faz parte de uma construção do filho idealizado e engloba outras características além das físicas. Porém, a maioria das crianças aptas para a adoção possui uma história comprometida, com vivências de abandono e negligência que deixam profundas marcas. Assim, o filho idealizado pode não possuir tantas cicatrizes emocionais quanto o filho possível (MUNIZ, 2016).

No momento em que a criança é colocada na família adotiva, inicia-se o estágio de convivência e o adotante recebe a guarda provisória dessa criança. Depois de um período de convívio e com o acompanhamento da equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude, que avaliará a qualidade da relação, a sentença da adoção é promulgada pelo juiz, legitimando a

filiação por adoção. É emitida uma nova certidão de nascimento para a criança, apagando as referências da sua história anterior (GHIRARDI, 2015; MUNIZ, 2016).

Esse ato é justificado como uma tentativa de proteger a criança de uma exposição de sua condição, no entanto, abre um espaço para os ‘não ditos’ sobre a história da criança, o que normalmente ocorre em contextos que envolvem crianças adotadas mais precocemente (GHIRARDI, 2015).

#### 2.4 A ADOÇÃO TARDIA

A adoção de crianças com idade a partir de três anos é nomeada de ‘adoção tardia’, e essa denominação não é bem aceita pelos grupos de apoio à adoção, por defenderem o entendimento de que nenhuma adoção é tardia, pois nunca é tarde demais para se criarem vínculos afetivos que ofereçam segurança para pais e filhos adotivos. Contudo, parece evidente que é mais fácil adotar um bebê que uma criança maior. Quando a adoção ocorre mais tarde, as dificuldades encontradas na adaptação e na criação de vínculos se apresentam bem maiores do que na adoção de bebês ou crianças menores. Acredita-se que isso ocorra porque a criança mais velha se posiciona mais ativamente no processo interativo, aceitando ou negando o que lhe é atribuído. Ademais, sua história de vida está presente em sua memória, o que pode incomodar o adotante. Esse, por vezes, parece desejar que o passado da criança seja apagado, talvez pelas marcas presentes de episódios dolorosos. E essa postura é um equívoco, visto que ignorar a origem da criança não é favorável para ela, e prejudicial também à formação do vínculo. É importante, sempre que possível, buscar a história da criança, as experiências do seu passado e elaborar situações não entendidas (COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007; MUNIZ, 2016).

Levy (2009) considera que, quando se trata de uma adoção tardia, aumenta a necessidade de um acompanhamento àquele que pretende adotar, para que a criança ideal, aquela imaginada pelos futuros pais adotivos, seja confrontada à realidade da criança a ser adotada. As dificuldades existentes para se criar laços emocionais com crianças adotadas tardiamente são fato, em vista de que nesse contexto a criança tem consciência de que não existe um vínculo de filiação biológica com os pais adotivos. A autora afirma que, “[...] tributária de uma história anterior, a criança, por vezes, age como se desejasse apagar o que viveu até então” (LEVY, 2009, p. 32). De acordo com essa autora, é importante que os pais adotivos acolham a história pregressa da criança e um dos meios para isso é aceitar o nome recebido pela criança no seu nascimento, oferecendo-lhe uma possibilidade de elaboração. Acrescentar outro nome

ou o sobrenome da família ao já existente tanto indica o estabelecimento de uma nova filiação, como também implica um reconhecimento da criança com suas marcas históricas, possibilitando novas construções, ou seja, “[...] a co-escritura de uma terceira história pela criança e seus pais adotivos” (LEVY, 2009, p. 33).

A relação ideal estabelecida entre uma criança adotada mais velha e os pais adotivos pode ser definida como adoção recíproca ou mútua. Hamad (2002, p. 135) aponta que, nesses casos, “[...] é melhor falar de criança adotiva, exatamente como se fala de pais adotivos, a fim de pôr o acento no fato de que a criança adota seus pais e, por isso, se coloca e é colocada como sujeito responsável por seu ato e pelas implicações do seu ato”. Destarte, difere da adoção de um bebê ou uma criança pequena, pois, além dos pais, será o filho que adotará a família que ele quer para si.

Pesquisas apontam baixa incidência de adoções tardias no Brasil, embora esses números pareçam apresentar um aumento gradativo. Em um estudo realizado por Weber (2001), com uma amostra de 240 adotantes, 14,8% tinham adotado crianças maiores. Schettini (2007) encontrou um percentual de 16,0%, em um grupo de 200 participantes. Weber e Pereira (2009) constataram que em uma amostra de 203 pessoas que adotaram, 22,0% realizaram adoções tardias.

Apesar de se vislumbrar um quadro diferente para as adoções tardias no Brasil, Schettini (2007) afirma que essa modalidade de adoção ainda impacta a sociedade, visto que expõe as diferenças entre as crianças e quem as adota, e, como já visto, a tendência em compor o modelo de família por vínculos consanguíneos ainda é uma forte inclinação na contemporaneidade. Somado a isso, o posicionamento ativo característico das crianças mais velhas e os medos que acompanham aqueles que adotam, referentes à história da criança anterior à adoção, compõem alguns dos motivos que justificam porque a maior incidência de devoluções ocorre nas adoções tardias.

## 2.5 SOBRE A DEVOLUÇÃO DA CRIANÇA

Devolver significa mandar ou dar de volta o que foi entregue, remetido, esquecido; restituir algo a alguém por não haver legitimidade sobre o objeto. Sugere também uma apropriação indevida de algo que se entende não lhe pertencer (HOLLANDA, 2004, p. 33 *apud* GHIRARDI, 2015).

O Código Babilônico de Hamurabi, no II milênio a.C., apresenta a primeira regulamentação escrita sobre abandono e adoção de crianças: “Se um homem tomou uma criança para adotar com o seu próprio nome e a educou, esse filho adotivo não pode ser reclamado” (MARCÍLIO, 1998, p. 21).

Na sociedade contemporânea, em alguns casos de adoção, os pais adotivos ainda optam por essa decisão. De acordo com Ghirardi (2015), na literatura existem muitos trabalhos que tratam das dificuldades da filiação adotiva, contudo, são poucos os que se referem diretamente à temática da devolução.

Segundo Levinzon (2004), no processo adotivo existem, por parte dos pais e também da criança, ideias de que pode haver uma devolução ou novo abandono, pois não será possível suportar os dissabores advindos desse relacionamento. Para Rocha (2007), a devolução advém de uma adoção mal construída desde o seu início, e ressalta que a forma de se evitar essa ocorrência seria por meio de melhor preparação das crianças a serem adotadas e dos pretendentes à adoção. A autora tece críticas ao Judiciário, afirmando que as Varas de Infância se encontram desestruturadas, sem recursos materiais e humanos, mostrando-se desaparelhadas para cumprir, de modo eficaz, a preparação aos candidatos a pais adotivos.

Rocha (2007) salienta, ainda, que as dificuldades normalmente são desencadeadas quando a criança entra na idade escolar ou na pré-adolescência, quando passam a se posicionar subjetivamente. Em consonância com esse pensamento, Ghirardi (2015) reforça que na relação entre pais e filhos adotivos surgem momentos de vulnerabilidade em situações nas quais se manifesta a singularidade da criança, provocando reações nos pais. Essa autora afirma que essas dificuldades também surgem na relação com filhos biológicos, porém, na adoção haverá a influência de questões pessoais relativas às motivações para adotar e os motivos que impedem ter um filho biológico.

Diante desse contexto, os profissionais responsáveis por reavaliarem as condições de permanência da criança no ambiente familiar são os técnicos da Vara da Infância e da Juventude, que acompanharam todos os trâmites da adoção e, dessa forma, julgarão sobre a possibilidade de desligamento da criança daquela família que mantém a sua guarda. Após o desligamento, a criança retorna à instituição, na qual se mantinha abrigada, e os adotantes têm a guarda revogada, podendo se candidatar para uma nova adoção, dependendo das circunstâncias que envolveram a devolução, decisão que caberá ao juiz (GHIRARDI, 2015). De acordo com a autora, a devolução da criança adotada, no âmbito do Judiciário, é entendida como o fracasso daquela adoção, pois ocorreu uma descontinuidade do vínculo que parecia estabelecido.

Spina (2001), em sua pesquisa sobre a devolução de crianças em processo de adoção, destaca aspectos importantes referentes ao Judiciário, a exemplo de que é observado um incômodo dos profissionais frente ao tema da pesquisa, na medida que eles procuram minimizar a relevância da devolução, o que leva a autora a sugerir a existência de um mecanismo psíquico

de negação. Nesse estudo, as devoluções reconhecidas pelos técnicos ocorreram durante o estágio de convivência e são entendidas como uma guarda que não evoluiu para a adoção. Sobre esse ponto, Frassão (2000) assinala que a guarda é o tipo de vínculo mais vulnerável a devoluções, por ser revogável. Assim, evita-se falar em devolução, referindo à ocorrência como um insucesso na adoção. Essa tentativa de diminuir a relevância do fato, denuncia, segundo as autoras supracitadas, um sentimento de fracasso dos profissionais do Judiciário em relação ao trabalho desempenhado durante o desenrolar da adoção.

Em se tratando dos sentimentos provocados pelo tema da devolução em adoção, de forma abrangente, Ghirardi (2015) afirma que os sentimentos despertados são múltiplos. De acordo com a autora, o assunto adoção não deixa indiferente quem a ele se vincula, desperta paixões, e a ocorrência da devolução provoca “reações que vão do descrédito à indignação, passando pela incompreensão, espanto e horror” (GHIRARDI, 2015, p. 36). Essas variações afetivas e suas intensidades irão depender das experiências subjetivas relacionadas ao abandono e à rejeição. Sendo a adoção uma tentativa de solucionar o abandono, é compreensível o porquê de ela estar cercada de idealizações. Em contraponto, a devolução é a reedição do abandono e, portanto, desencadeadora de sentimentos de angústia.

Dentre as fantasias das crianças, está o fato de elas poderem “[...] imaginar que já que não foram ‘boas o suficiente’ para serem mantidas ‘da primeira vez’, podem ainda não ser ‘boas’ para ser mantidas pelos pais adotivos” (LEVINZON, 2004, p. 87, grifos do autor). Para solucionar essa questão, a criança pode desenvolver um comportamento provocativo que represente um teste quanto ao vínculo estabelecido com os pais adotivos. Esses, por sua vez, imaginam que tais situações não ocorreriam com um filho biológico. É possível que isso seja real, visto que, provavelmente, o filho biológico não tivesse necessidade intensa de testar o vínculo. Para o sucesso da relação entre pais e filhos é necessário, portanto, que exista um sentimento de pertencimento.

Quando isso não ocorre, e as dúvidas quanto à aceitação e real vinculação predominam, todos os integrantes da família passam a reagir defensivamente de forma inconsciente, o que repercute às vezes de forma dramática no seu relacionamento. Se o sentimento de filiação não está bem estabelecido, e a criança, ligada por um vínculo adotivo a seus pais, os decepciona, o pensamento íntimo que a invade, de forma inconsciente, é: “serei abandonado?”. Da mesma forma, os pais podem pensar: “não sabia que a adoção ia dar nisso” ou “ele age desta forma porque não é meu [...]” (LEVINZON, 2004, p. 132, grifos do autor).

A insegurança quanto ao vínculo estabelecido demonstrada por meio dos testes tende a ser transitória, pois, quando a criança percebe que a tolerância que os pais sentem por ela é forte

o suficiente, as relações voltam a ser satisfatoriamente harmônicas. Contudo, algumas crianças que vivenciaram, anteriormente à adoção, uma separação traumática, são levadas a buscar rejeição e abandono repetidamente, apresentando, por vezes, comportamentos desajustados. A forma como os pais irão lidar com o problema será decisiva para a manutenção do laço com o filho. Se conseguirem com tranquilidade impor os limites necessários, permitirão que a criança perceba o quanto estão comprometidos com ela, mas se os limites forem inconsistentes e confusos, somados à angústia desses pais, a situação tenderá a uma decisão destes em não permanecer com a criança (LEVINZON, 2004).

Frassão (2000) conclui em seus estudos que vários aspectos podem conduzir a uma devolução, como os conflitos familiares, a história pregressa da criança, falhas no manejo técnico dos profissionais que conduzem o processo de adoção e o comportamento da criança, que não condiz com as expectativas de quem adota. Ao destacar a adoção tardia, a autora salienta que a colocação de crianças maiores em famílias despreparadas se transforma em um terreno fértil para o surgimento de conflitos, o que impossibilita a formação de vínculos afetivos. Ademais, a dificuldade em lidar com o comportamento hostil da criança é o principal motivo para a devolução, e essa decisão é vista por pretendentes a pais e mães adotivos como uma saída para a resolução dos conflitos existentes.

No todo de um processo de adoção que culmina em uma devolução é importante investigar em que dimensão essa vivência repercute em todos os envolvidos: a criança e suas rupturas de vínculos, compreendendo a fragilidade da família biológica, e buscando pelo entendimento das representações produzidas pelos que pretendem adotar. Para Oliveira (2010), é importante se analisar o contexto da família que adota e decide pela devolução, com o objetivo de compreender a dinâmica da relação com a criança, situação que pode conduzir a esse desfecho.

## 2.6 A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE

O papel da mulher na sociedade foi por muito tempo associado à maternidade, como uma condição inerente ao feminino. Entretanto, para Badinter (1985, p.22), “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito”. Conforme a autora, “aos olhos da sociedade, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe” (BADINTER, 1985, p. 15).

Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode ‘maternar’ uma criança. (BADINTER, 1985, p. 17).

Nos séculos XVIII e XIX, essa visão social do papel da mulher na família se intensificou, fazendo surgir uma exaltação ao amor materno como algo incontestável e presente em todos os tempos (BADINTER, 1985). Almeida (1987) afirma que a mística da natureza feminina depois de muito tempo começa a ser contestada. Segundo essa autora, o instinto materno como condição da natureza feminina condicionou ao longo do tempo as atividades da mulher, restringindo suas oportunidades na sociedade. Hilferding (1991, p.89) também questiona o caráter instintivo do afeto materno e afirma que “[...] a ausência de amor materno frequentemente se exprime pela recusa em amamentar a criança ou pela intenção de não ficar com ela”. Beauvoir (1980), em defesa dos direitos de liberdade da mulher, afirma que a atitude frente à aceitação ou não de um filho dependerá das vivências de cada uma.

Assim, a partir do século XX, a concepção da maternidade, até então naturalizada, passou por transformações significativas e outros aspectos referentes às experiências da mulher, como vida profissional, controle da natalidade e igualdade de direitos, foram valorizados e a maternidade passou a ser percebida como uma escolha disponível à constituição feminina. A pílula anticoncepcional, difundida na década de 1960, se consolidou como um ícone da libertação da mulher, separando a sexualidade da reprodução. Contudo, as mulheres continuam gerando filhos não desejados, que poderão ser abortados ou abandonados, o que conduz a uma reflexão de que a maternidade é vivenciada com intensos sentimentos contraditórios e ambivalentes, que levam as mulheres a buscar ou rejeitar a concepção (BADINTER, 1985; BAPTISTA, 1995; RUBIM, 2010).

A existência ou não do desejo de ser mãe é assunto questionado por estudiosos, a exemplo de Quinet (2001), o qual afirma que a carreira profissional e a beleza poderão ser constituídas como outros objetos de desejo. Segundo esse autor, na contemporaneidade observa-se um redimensionamento do papel feminino, dando origem a novos ideais para a mulher, como a realização profissional e a independência financeira. Assim sendo, são encontradas mulheres que optaram por não ter filhos, sem que essa decisão seja motivo de sofrimento ou espanto.

O pensamento de que a mulher havia nascido para ser mãe, sem se levar em consideração o seu desejo, dá lugar atualmente à convicção de que a maternidade é um caminho para a mulher, mas não o único. Para Safer (1997, p. 17), “[...] ser mãe não é mais condição



necessária, nem suficiente, para a maturidade ou a satisfação. É um potencial biológico e uma vocação psicológica que uma minoria significativa de mulheres, depois da reflexão, reconhece não serem adequados a elas”.

Apesar das mudanças observadas nos significados de maternidade, ainda nos dias atuais ela é concebida como condição desejável e necessária para tornar a mulher completa e realizada, atribuindo-lhe um valor intimamente ligado à identidade feminina (VARGAS, 2006). Na contemporaneidade, ainda permeia no imaginário de muitas mulheres uma estreita relação entre feminilidade e maternidade, associada à figura de uma mãe amorosa e abnegada. O fato de não poder conceber um filho pode ser uma situação assustadora, motivo de sofrimento, provavelmente porque foi assimilado culturalmente que ser mulher é ser mãe. Ademais, a atitude frente à aceitação ou não de um filho dependerá das vivências de cada uma (TUBERT, 1996).

Dessa forma, para a mulher contemporânea, uma das questões mais complexas, problemáticas e conflitantes ainda é a maternidade. Para Szapiro e Féres-Carneiro (2002), apesar das transformações, a maternidade ainda é vista como um fator fundamental e constituinte da identidade feminina, mesmo quando a mulher desempenha atividades profissionais ou quando não pode ter filhos.

Essa transição para a maternidade como processo de desenvolvimento, segundo Cowan (1991), é marcada por mudanças corporais e psicológicas, cujos significados diferem de acordo com o momento e situação na qual o evento transcorre. Dessa forma, para cada mulher que se torna mãe, essa passagem chega imbuída de desejos, expectativas, sentimentos e crenças com um enquadramento que é próprio, com base em uma construção social e cultural de significados.

Para Bastos (2015), existem muitas formas diferentes de tornar-se mãe e exercer a maternidade. Segundo a autora, o processo de tornar-se mãe é uma transição desenvolvimental, que apresenta características como: 1) ser um processo relacional, um modo particular de relação eu-outro, no sentido de que ser mãe é sempre ser mãe de alguém; 2) continua a acontecer durante o curso da vida, através dos estágios de desenvolvimento familiar; 3) essa relação é orientada por diferentes signos em diversos momentos, como consequência das mudanças desenvolvimentais dos envolvidos; 4) essas mudanças, ao longo do ciclo de vida, promovem um processo contínuo de construção de significados. A autora pontua que alguns significados se destacam: cuidado ao outro, autoridade e poder sobre a vida das crianças, o sentido da vida, responsabilidade e abdicação da própria vida.

### 2.6.1 A maternidade pela adoção

O tornar-se mãe por meio da adoção é um dos focos de interesse deste estudo. Como se processa uma decisão de ser mãe pela adoção? Que lugar um filho adotivo ocupa? Salienta-se que, nessa transição no ciclo de vida, cada mulher deve ser tomada como única, deve ser vista em sua particularidade e singularidade. Tubert (1996) afirma que a maternidade realizada pela via de uma adoção, muitas vezes, faz possível a concepção de um filho. Para tanto, requer que seja reconhecido o lugar desse filho na individualidade feminina.

Semelhante à chegada de uma criança na vida de sua mãe biológica, a chegada de uma criança adotiva provoca abalos emocionais e psíquicos. Para Morales (2004), o período de gestação de um filho oferece oportunidade aos pais de se constituírem em suas novas identidades de pai e de mãe. Entretanto, na adoção, essa constituição da identidade parental demanda um processo de identificação por meio de uma gestação psicológica (HAMAD, 2002). Em casos de infertilidade, um dos principais motivos que levam à busca pela adoção, Ribeiro (2004) sugere ser necessário que os adotantes consigam aceitar a impossibilidade do filho biológico, para que o filho adotado possa encontrar um lugar de pertencimento nessa nova família, e não de estranheza.

A representação da maternidade geralmente surge relacionada às questões que envolvem a gestação e o nascimento de um bebê, entretanto, esta não é a única forma de uma mulher exercer a maternidade, pois existe a possibilidade de se adotar uma criança (SONEGO; LOPES, 2009). Segundo Paiva (2004), é necessário dar mais atenção aos sentimentos de quem adota, em vista da parentalidade adotiva apresentar peculiaridades que devem ser observadas e discutidas, mas que, não necessariamente, são causadoras de conflito.

De acordo com Sonego e Lopes (2009), parece ainda haver, entre os estudiosos da adoção, um interesse maior nas questões relacionadas à criança adotada. Para as autoras, de um modo geral, os estudos sugerem que existem peculiaridades na parentalidade adotiva, todavia, não causariam problemas futuros, se pais e mães compreendessem a existência dessas peculiaridades, algumas descritas: o tempo de espera pelo filho difere do tempo gestacional; as expectativas pela chegada desse filho; o período de adaptação a esse filho é mais intenso que em famílias biológicas. Acrescentam, ainda, que os estudos abordam, em sua maioria, pessoas inférteis, e que essa não é a única causa para a busca pela adoção de um filho. Assim, concluem que os estudos carecem de mais atenção sobre os sentimentos de pais e mães adotivos, ou seja, a visão deles acerca da filiação adotiva.

Algumas pesquisas apresentam achados referentes aos sentimentos de maternidade pela via adotiva: 1) identificaram uma forte idealização das mães em relação aos filhos; 2) indicaram que, tanto os pais adotivos quanto os biológicos podem idealizar uma criança e precisam se afastar dessa imagem criada para conseguir perceber a criança real; 3) as mães sentem uma necessidade de amar o filho biológico como uma obrigação e não conseguem entender a condição de um amor que surge de forma natural, mediante a convivência<sup>16</sup>; 4) é comum a presença de uma excitação nas atitudes das mães adotivas, uma tendência a emoções profundas, explicada, talvez, pela espera, e pelas decepções e frustrações vivenciadas antes da chegada da criança; 5) o discurso das mães sobre a filiação adotiva é permeado de ambivalências, o que denota o quanto a maternidade adotiva pode ser conflituosa e não estar bem compreendida por elas<sup>17</sup>; 6) nas falas dessas mães são encontrados traços marcantes da importância dada à consanguinidade e hereditariedade, presentes na cultura social, o que faz com que elas atribuam a origem dos problemas, surgidos na relação parental, à família biológica, se isentando da responsabilidade sobre pontos negativos dos seus filhos adotivos (BOWLBY, 1997; LEVY; FÉRES-CARNEIRO, 2001; LEVY; JONATHAN, 2004; SONEGO; LOPES, 2009).

Importante salientar que a existência dessas peculiaridades envolvidas na maternidade adotiva não significa que surgirão problemas ou dificuldades futuras na relação parental, pois o que parece ser primordial é o modo como pais e mães vão vivenciar a parentalidade adotiva (SONEGO; LOPES, 2009). Para as autoras, é necessário que as mães por adoção possam vir a ser escutadas para se perceberem e se assumirem efetivamente como mães, tanto quanto o são as mães biológicas.

O modo como será vivenciada a filiação adotiva dependerá da trajetória de vida de cada uma dessas mães, ou seja, do processo de construção da história pessoal. O conceito de trajetória de vida, desenvolvido no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento, esclarece que essa trajetória apresenta diferentes situações e momentos de risco, sendo marcadas por transições, normativas ou não. Além disso, qualquer mudança no curso de vida de um membro ou mais, pode desequilibrar ou reorganizar todo o grupo familiar (COWAN, 1991).

---

<sup>16</sup> Volkmer (2009) realizou pesquisa com mães que tiveram abortos recorrentes, que resultou em dissertação de mestrado sobre este tema. Ela encontrou entre os casos estudados uma diferenciação dos significados de maternidade relacionados a ter um filho biológico e ter um filho adotivo.

<sup>17</sup> Esse ponto também foi apresentado na pesquisa de Volkmer (2009), quando a questão da maternidade pela via da adoção de uma criança foi abordada em uma das narrativas, e pôde-se identificar uma certa ambivalência com relação a essa alternativa à vontade de ser mãe.

Outro ponto a ser destacado no processo de construção do papel de mãe pela adoção, evidenciado nos estudos de Sonego e Lopes (2009), diz respeito à ambivalência presente nos seus discursos e sentimentos, em especial ao fato de verem seus filhos adotivos *como se fossem* filhos, e não como filhos realmente. Assim, se torna pertinente direcionar uma atenção maior, para as mães adotivas, pois o modo como elas vivenciam a experiência da maternidade poderá influenciar no desenvolvimento dos seus filhos.

No intuito de melhor compreender o processo da maternidade adotiva e os conflitos inerentes, serão brevemente abordados, no próximo capítulo, os conceitos de ambivalência, transição e ruptura, desenvolvidos pela Psicologia Cultural.

### 3 APORTES TEÓRICOS

“Procriar é uma condição dada pela natureza, criar é uma responsabilidade no âmbito da ética entre os homens. Procriar é um momento; criar é um processo. Procriar é fisiológico, criar é afetivo.”

(Luiz Schettini Filho)

#### 3.1 CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Do ponto de vista da Psicologia Cultural, a cultura é entendida como um processo semiótico caracterizado pela troca constante entre a cultura pessoal<sup>18</sup> e a cultura coletiva, historicamente construída e reconstruída. Assim sendo, o desenvolvimento humano pressupõe a interação sujeito, sociedade e cultura (BRUNER, 1997; BASTOS, 2007). A orientação semiótica, capacidade humana de criar e usar signos, conduz a uma conclusão de que a nossa mente é constituída por signos (VALSINER, 2007).

Esse entendimento de que a cultura tem papel preponderante na constituição e desenvolvimento humano se respalda nas ideias de Vigotski, às quais Reis (2010) se refere:

Através de estudos das funções psicológicas superiores (consciência, percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem, dentre outras) Vigotski se preocupou em evidenciar aspectos que diferenciavam o ser humano dos seres animais, e em contrapor-se às teorias que consideravam apenas os elementos biológicos no processo de desenvolvimento (REIS, 2010, p. 44).

De acordo com Lyra e Valsiner (2011), a Psicologia Cultural olha para a realidade social do dia-a-dia das pessoas, levando em conta a historicidade. As pessoas vivem as experiências do mundo e constroem significados pela via da criação e uso de signos. Esses significados são co-construídos entre seres humanos e ambiente, numa relação afetivo-cognitiva, atribuindo um processo de internalização e externalização, o que está de acordo com Zittoun (2009), ao afirmar que a construção de significados só pode ser acessada por meio do processo de externalização: “[...] pode-se saber em quais circunstâncias a pessoa foi exposta a A (ou seja, as condições de

---

<sup>18</sup> *Cultura pessoal: repertório de elementos culturais internalizados e apropriados pelo indivíduo (ZITTOUN, 2002).*

uma internalização possível), e o que ela diz ou faz sobre A (o que ela externaliza) [...]” (p.407). É por meio dessas bases que se acessa o pensamento que uma pessoa tem sobre algo.

Para Valsiner (2007), a cultura abrange processos nos quais a pessoa se relaciona e modifica o seu mundo social, ao mesmo tempo em que é modificada por ele. Envolve, assim, sistemas psicológicos humanos intrapessoais – sentir, agir, pensar – e interpessoais – a relação com outras pessoas. A cultura e o ser humano são reconhecidos como fenômenos separados, mas tendo uma interdependência entre eles, estabelecendo uma relação denominada separação inclusiva, de tal forma que não é possível conceber um dos polos sem o outro: definem-se mutuamente. A cultura, assim, trabalha transformando ou mantendo normas e valores, funcionando como guias e reguladores das experiências de vida (VALÉRIO; LYRA, 2014).

Desse modo, a cultura pode ser entendida como mediação semiótica, estabelecida por signos e que integra o sistema de funções psicológicas desenvolvidas pelo indivíduo na organização histórica do seu grupo social, como também desempenha uma função reguladora nos processos inter e intrapsicológicos. Essa mediação semiótica vai além da representação do mundo como ele é, já que a cada representação de um signo corresponde uma apresentação, uma sugestão para o futuro, que pode variar conforme as influências histórico-culturais de cada pessoa (ABBEY; VALSINER, 2005; VALSINER, 2007). É possível afirmar que a mediação semiótica se refere a uma adaptação ao presente, regulado semioticamente pelo futuro, cheio de incertezas, que não pode ser predito, mas imaginado (ZITTOUN, 2013).

Os signos operam psicologicamente mediante os mundos intrapsicológicos e na constante reconstrução desses mundos; por meio de trocas contínuas de materiais perceptivos e semióticos, os seres humanos são guiados por sugestões sociais e campos afetivos. Valores pessoais e crenças, presentes nos significados, são reconstruções internalizadas das sugestões sociais (VALSINER, 2007).

A construção de significados sobre a experiência conduz a uma transformação qualitativa nas habilidades de pensamento e de agir sobre o mundo, bem como uma mudança na percepção de si, o que caracteriza o desenvolvimento humano (ZITTOUN, 2006).

### 3.2 SOBRE A AMBIVALÊNCIA

Conforme Valsiner (2007), no processo de construção de significados surge a tensão entre os valores da cultura pessoal e o que é valorado no mundo social, e novos signos são criados como forma de superar essa tensão. Esse processo é bastante complexo, e para explicá-

lo Abbey e Valsiner (2005) recorreram à noção de ambivalência, definida como “uma tensão produzida por um sistema composto de um centro e no mínimo dois vetores não-isomórficos em tamanho e direção.” (p. 4).

Novos significados são criados, tomando como base cada pessoa, na tentativa de se eliminar a ambivalência, produzida pela confrontação de mediadores semióticos incompatíveis. Abbey e Valsiner (2005, p.15) afirmam que “há ambivalência na relação organismo-ambiente”. Dessa forma, sempre que a ambivalência é produzida para uma pessoa, mediante demandas semióticas – padrões de preferências de signos – incompatíveis, de tal modo que essa pessoa precisa dar um significado ao contexto apresentado, se posicionando socialmente.

[...] quando as condições mudam, ou as pessoas encontram-se em ambientes desconhecidos encarando experiências desconhecidas, demandas semióticas contraditórios à ambivalência apresentam-se como interpretações possíveis. Nós consideramos a ambivalência como a experiência de lidar com a saturação semiótica em relação a um evento. (ZITTOUN et al., 2011, p. 73)

Valsiner (2007) reforça tal ideia, quando afirma que “os campos de opostos estão automaticamente implicados a cada momento” (p.160). Fica entendido que em um contexto aqui-e-agora, são apresentadas várias possibilidades de significados construídos, que surgem quando há uma incompatibilidade entre os *sets* semióticos presentes, alguns podendo fazer parte de uma cultura pessoal e outros consolidados coletivamente. Conforme o autor, os mundos pessoais-culturais estão constantemente sujeitos à entrada de sugestões sociais heterogêneas, frequentemente contraditórias ou ambivalentes.

O indivíduo é chamado a dar um significado a cada situação apresentada, agindo ou se posicionando frente à mesma. Assim, os indivíduos criam múltiplos significados ao se depararem com uma situação, e constroem, através de uma variedade de caminhos ao longo do tempo, a sua relação com o mundo. Os significados surgem e mudam ao longo do tempo e a experiência humana é profundamente marcada pelo aspecto temporal, no qual cada experiência é irreversível (ABBEY, 2012).

As sugestões sociais associadas aos campos afetivos fazem surgir um valor que orienta ações futuras. A ideia de campos afetivos sugere que a vivência de situações para as quais se atribui um sentimento específico irá regular a relação futura entre o indivíduo e o seu mundo social. Esses campos afetivos podem surgir como significados hipergeneralizados (generalização do sentimento elevada ao nível mais alto de abstração), passando a regular as novas experiências (VALSINER, 2007).

Em consonância com Abbey (2012), o indivíduo necessariamente experimenta situações de ambivalência, causadas pela natureza humana de criar signos. Entretanto, os níveis de ambivalência podem sofrer uma flutuação, construindo um processo contínuo de construção de significados. Ao produzir um conhecimento, surge uma tensão entre o presente e o futuro. Essa tensão é superada com um novo significado, sempre renovando a produção de ambivalência e fazendo desse processo uma condição humana.

### 3.3 TRANSIÇÃO E RUPTURA

Com base na noção de desenvolvimento como um processo inacabado e sujeito à imprevisibilidade futura, a trajetória de vida é marcada por rupturas, seguidas por uma transição – período de reestruturação para alcançar o equilíbrio. Na transição, a pessoa pode adquirir novas competências sociais e cognitivas, além de transformações na percepção de si mesma, o que reforça o senso de continuidade da vida (ZITTOUN, 2006, 2009).

Conforme Zittoun (2009), as pessoas não vivenciam apenas regularidades em suas trajetórias de vida, mas também momentos nos quais essas continuidades são interrompidas e precisam ser reorientadas, os quais podem ser definidos como rupturas. São experiências que exigem mudanças substanciais e um processo de ajustamento entre a pessoa e o seu ambiente, podendo surgir a ambivalência no processo de construção de significados dessas experiências (ABBEY, 2007). As trajetórias de vida são construídas histórica e culturalmente, num tempo irreversível, como resultado das interações pessoa/ambiente (SATO et al., 2009).

Uma experiência de ruptura pode ser provocada por fatores internos e externos e constitui um ponto de bifurcação em uma trajetória de vida, exigindo um processo de ajustamento entre o indivíduo e o seu ambiente. Neste ponto, se instala a ambivalência, pois as demandas semióticas mobilizadas para o enfrentamento da situação não são compatíveis (ABBEY, 2007).

O conceito de transição desenvolvimental corresponde ao período de mudança de estágio ao longo do ciclo de vida, normalmente, que se segue a algum acontecimento, provocando uma ruptura com um modo de vida anterior, e levando a pessoa a questionar suas certezas em relação ao mundo e a si mesma. Essa mudança resultará em um novo equilíbrio e



uma nova orientação para o futuro (PERRET-CLERMONT; ZITTOUN, 2001; ZITTOUN, 2002; BASTOS, 2007).

Nessa direção, Zittoun (2007) afirma que a vida psíquica se constitui pela elaboração simbólica das percepções, afetos, ações e desejos. Por meio dos signos, as experiências presentes se vinculam às do passado, e novas formas de ser e agir no mundo se desenvolvem. Os artefatos culturais ou signos levam a pessoa a funcionar de modo a reorganizar sua experiência e projetar o futuro. Essas rupturas no fluxo da experiência exigem processos de reposicionamento e podem solicitar novas aquisições, entendimentos e redefinições pessoais, até que o indivíduo possa encontrar um caminho pela incerteza, em direção a uma estabilidade. Isto pode exigir tempo e espaço, configurando um período de transição.

Durante o período de transição, a construção de um significado pessoal para o evento disruptivo se faz necessária. Quando uma experiência sofre uma interrupção inesperada causada pela modificação significativa do seu ambiente, pode ocorrer uma percepção de incerteza frente ao futuro e a intensificação da ambivalência. Essas ocorrências se configuram como uma ruptura, uma descontinuidade na trajetória individual (ZITTOUN, 2004).

### 3.4 NARRATIVAS: A EXPERIÊNCIA PESSOAL

Bruner (1987) afirma que a narrativa é o modo como o ser humano capta o sentido da experiência vivida. Simplesmente, quando uma pessoa relata sobre sua vida está realizando uma narrativa. Sarbin (1986) defende que a narrativa é um termo correlato à história e que a vida é descrita por narrativas. Além disso, para o autor, essa é a forma de se organizarem as experiências de vida. A narrativa é considerada um importante instrumento de compreensão da vida, dando sentido e ordem aos eventos.

A Psicologia Narrativa se interessa não somente pelo que as pessoas fazem, mas também pelo que é dito dessa ação e dos motivos que a levaram a agir. Por meio da narrativa, o sujeito constrói novos significados e organiza sua experiência, dando sentido aos eventos da sua existência. Esse processo ocorre pelo uso da linguagem, considerada como uma ferramenta primordial para a organização da experiência humana. Assim, os significados que uma pessoa atribui ao mundo e a si mesma são construídos pela linguagem, na proporção em que ela organiza os acontecimentos de sua experiência, narrativamente. Outro aspecto importante encontrado nas narrativas é a apresentação dos eventos em sequencialidade. A temporalidade,

presente na estrutura narrativa, faz com que esta se aproxime da própria existência humana (BRUNER, 1987, 1997).

Um ponto importante sobre o tema das narrativas, e defendido por Barthes (2008), esclarece que o que interessa na narrativa não é a forma como ela é apresentada, ou seja, pelo uso da linguagem oral, escrita, gestos ou imagens, nem se utilizando recursos como lendas, fábulas, contos, pinturas ou conversação, e sim o fato de tratar de acontecimentos vivenciados por quem narra. A pessoa, ao narrar sua experiência, busca memórias, adaptando ao seu contexto presente. Para Bastos (2004), a narrativa emerge a partir de algo extraordinário, um acontecimento que rompe o fluxo do curso da vida.

### 3.5 ARTICULAÇÃO DOS CONCEITOS TEÓRICOS

A Psicologia Cultural defende que os seres humanos são únicos e devem ser estudados em seus contextos de vida. De acordo com Valsiner (2007), o indivíduo transita na vida marcada por rupturas, ambivalências, tensões e instabilidades. A partir desses conceitos que servirão de auxílio na análise das narrativas deste estudo, é possível se pensar nos mecanismos implícitos no processo de significação da devolução de crianças e adolescentes adotados. Nesse sentido, os conceitos de ruptura-transição e ambivalência se mostram adequados para analisar as experiências das participantes no processo de construção do papel de mães pela adoção que, em seguida, devolvem os seus filhos.

Em referência à maternidade adotiva, é importante pensar que signos constituem a construção dos processos afetivos, considerando que as experiências humanas são afetivas e cognitivas e que a vida psicológica é mediada por signos e afetiva em sua natureza (VALSINER, 2012). Pela perspectiva desenvolvimental, as transformações pelas quais a mulher passa na transição para a maternidade, seja biológica ou adotiva, são impactantes para a sua existência. É um momento de ruptura no contexto social e na experiência pessoal. Na adoção, a chegada da criança altera toda a rotina da família e essa nova situação exige mudanças nos papéis e status sociais. De acordo com Zittoun (2002, 2004, 2006), esse contexto caracteriza-se como uma transição desenvolvimental, visto que as mudanças provocam a

necessidade de novas respostas emocionais e cognitivas e exigem um intenso movimento de construção de novos significados, implicando mudanças extrínsecas<sup>19</sup> e intrínsecas<sup>20</sup>.

As razões que levam à desistência de uma adoção podem variar, sendo que os problemas geralmente começam com a convivência e os problemas do cotidiano. Assim, definir a adoção de uma criança como uma situação que não trará dificuldades, não terá conflitos, pertencentes a qualquer vínculo mãe-criança ou intensificados pela própria condição implícita nessa vivência de adotar, pode sugerir significados regulados por um sistema de crenças e valores que guiam os sentimentos dessa mãe no contexto da adoção, podendo levá-la a decidir-se pela devolução da criança adotada.

Tomando como referência o conceito de ruptura e investigando a relação mãe-criança, fica entendido que cada um nessa interação é afetado pelo próprio comportamento (HVIID; VILLADSEN, 2015). Ambivalências e rupturas surgem na trajetória de vida das participantes deste estudo, devido à inesperada diferença entre o filho idealizado e a criança real. Diante desta situação, é possível que se instaure uma ruptura que provocará a transformação e o surgimento de um novo momento.

Os conceitos anteriormente abordados serão utilizados como elementos importantes na discussão dos resultados obtidos no presente estudo.

---

<sup>19</sup> A posição que o indivíduo ocupa no espaço social (ZITTOUN, 2002, 2004, 2006).

<sup>20</sup> Mudanças de significados pessoais (ZITTOUN, 2002, 2004, 2006).

## 4 ASPECTOS METODOLÓGICOS, OPERACIONAIS E ÉTICOS

“Rever a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário do ordinário, esse é o desafio.”

(Henri Lefebvre)

### 4.1 DELINEAMENTO

A metodologia de pesquisa é a utilização de procedimentos para a construção de um caminho científico, que se estrutura no estudo crítico dos métodos empregados nas ciências (MINAYO, 2007). Desenvolver uma pesquisa envolve, assim, aspectos como a escolha do método adequado ao objetivo apresentado, aos recursos do pesquisador e ao perfil do objeto de estudo. Para Richardson (2009), “a estratégia utilizada em qualquer pesquisa científica fundamenta-se em uma rede de pressupostos ontológicos e da natureza humana que definem o ponto de vista que o pesquisador tem do mundo que o rodeia” (p. 32).

No estudo ora desenvolvido, utilizou-se uma abordagem de cunho qualitativo, cujas características indicam uma relação dinâmica entre a realidade e o sujeito e atendem à necessidade de construir uma compreensão complexa e detalhada da relação entre a devolução de crianças adotadas e o processo de construção da maternidade de mães adotivas. Além disso, outro ponto importante se refere ao fato de que “a pesquisa qualitativa é sempre uma pesquisa-ação, pois conforme a ação vai sendo construída é também investigada e interpretada, modificando o próprio processo” (BATISTA PINTO, 2004). Outra característica deste estudo se refere ao caráter exploratório, que Gil (2004) define como aquele que busca tornar o problema pesquisado mais explícito ou construir hipóteses.

De acordo com Minayo (2009), as abordagens descritivas qualitativas buscam compreender a realidade que os números indicam, mas não revelam, partindo da premissa de que é imprescindível compreender os determinantes sociais que conduzem a vida das pessoas. Para tanto, requer flexibilidade, capacidade de observação e de interação com os participantes da pesquisa. O objetivo da pesquisa descritiva envolve a observação dos fenômenos, a descrição

das situações e experiências, para conhecer a realidade e interpretá-la. Essa autora ressalta que o delineamento da pesquisa qualitativa abrange questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, envolvendo crenças, valores e atitudes. Sendo assim, concebe que o fenômeno social deve ser entendido por meio de determinações e transformações dadas pelo próprio sujeito (MINAYO, 1994).

Segundo González Rey (2002), na epistemologia qualitativa “a informação expressa por um sujeito concreto pode converter-se em aspecto significativo para a produção de conhecimento, sem que tenha que se repetir necessariamente com outro sujeito” (p. 35). Desse modo, um estudo qualitativo permite a criação teórica acerca da realidade de casos com naturezas diversas, podendo o sujeito expor suas ideias, concepções e significar sua experiência (GONZÁLEZ REY, 2002).

A pesquisa foi desenvolvida por meio do estudo de casos múltiplos, adotando uma abordagem narrativa das histórias de vida como via de acesso às experiências das participantes da pesquisa, sendo um caso acessado mediante entrevista e os demais recolhidos da internet e analisados agrupadamente. O estudo de caso, conforme Yin (2005), é uma estratégia para investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, preservando as características holísticas e significativas de um determinado evento. Esse autor também indica que tal estudo pode focalizar objetos mais concretos, como os indivíduos, pequenos grupos e organizações, ou menos concretos, a exemplo das relações interpessoais. A possibilidade de uma análise em profundidade pelo pesquisador, conduzindo à exploração de elementos imprevistos, à precisão de detalhes e à construção de uma compreensão mais criteriosa, se torna uma característica marcante dessa estratégia (LAVILLE; DIONNE, 1999). Para Mann (2006), esta é a estratégia adequada quando se quer fazer uma descrição minuciosa de um fenômeno, encontrar um padrão nos dados coletados ou avaliar uma série de afirmações sobre um tema.

Como relata Sales (2011), apesar de a estratégia do estudo de caso ser muito utilizada nas ciências sociais e humanas, ela sofre críticas quanto ao seu rigor, objetividade, interferência do investigador e pouca ou nenhuma capacidade de produzir generalizações, o que seria uma visão equivocada, pois, sendo uma estratégia afinada com o paradigma interpretativo, está em conformidade com a ideia de que tanto a realidade como os resultados das pesquisas são construções humanas e, dessa forma, o pesquisador também participa delas. Quanto à crítica sobre a capacidade de generalização, o objetivo do estudo de caso é ampliar a compreensão dos

fenômenos, ou seja, da problemática em geral, extraindo hipóteses de trabalho para novas investigações.

Nessa direção, esta pesquisa pretende ampliar a compreensão da relação entre a devolução de crianças adotadas e o processo de construção da maternidade, focando nas narrativas sobre as realidades vivenciadas, que expressam significados individuais e culturais.

## 4.2 O PERCURSO DA PESQUISA

Conforme Quivy e Campenhoudt (1998), a tarefa do pesquisador em ciências sociais pode ser comparada com a do geólogo que busca petróleo, pois ambos devem evitar a perfuração ao acaso e só realizar esse procedimento após o estudo dos terrenos. Esses autores orientam que na elaboração do projeto de pesquisa, apesar de uma flexibilidade necessária, o investigador deve conceber um dispositivo que leve à elucidação do real, o que não significa uma soma de técnicas aplicadas como se apresentam, “mas sim como um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho” (p. 15).

A presente pesquisa foi conduzida desde o seu início pelo desejo da pesquisadora em estudar o processo adotivo focado no lado da família adotiva, por entender que nesse campo se concentram as principais razões para o sucesso da adoção. Parecia ser esse o caminho escolhido: “A adoção bem-sucedida: a atuação da família adotiva nesse processo”. Esse foi o título do anteprojeto apresentado para a seleção do curso de mestrado, objetivando desenvolver a visão de que se fazem necessários o entendimento e a atenção prévia a esses candidatos a pais adotivos.

Na evolução das reflexões sobre esse projeto inicial, ficou constatado que o foco desejado era estudar não o sucesso, e sim, especificamente, o fracasso das adoções, no sentido de entender o que se passa com as famílias adotivas que resolvem devolver as crianças ou adolescentes adotados. Refinando esse propósito, foi definido que esse estudo seria focado na mãe como protagonista do evento. Assim, surgiram as dificuldades para o presente estudo.

Conforme já explicitado neste trabalho, o tema em estudo se apresenta envolto em tabu, mantendo-se silenciado, apesar de ser uma realidade não raramente encontrada em contextos de adoção. Desse modo, o acesso ao objeto de estudo – ou seja, as mães que adotaram e devolveram essas crianças – encontrou vários obstáculos decorrentes da reação aos preconceitos e julgamentos que elas sofrem, e, conseqüentemente, poucas aceitam falar sobre o assunto e admitir a decisão que tiveram. Frente a essa dificuldade e após tentativas malsucedidas de acesso a essas

mulheres para a realização de entrevistas, a metodologia foi reformulada e decidiu-se que as informações a respeito dessas mães seriam coletadas por intermédio da equipe técnica envolvida com os processos adotivos, tanto da Vara de Infância e Juventude, bem como das instituições que abrigam as crianças e adolescentes que aguardam adoção.

Entretanto, essa decisão não contemplava plenamente o objetivo de se ter uma compreensão maior sobre o que essas mães sentem ao decidir pela devolução da criança adotada, apresentando claramente uma inadequação entre os objetivos e os participantes da pesquisa. Tornava-se fundamental entrevistar mães que decidiram devolver uma criança ou adolescente que fora adotado, o que consistia numa tarefa de grande complexidade. A fim de localizar essas mães, a pesquisadora investiu em vários contatos, como sendo:

- 1) Vara da Infância e Juventude (VIJ- BA) – foi agendado um encontro com uma das psicólogas integrantes da equipe técnica da Vara e confirmada a impossibilidade de acesso às mães, tendo como justificativa as questões éticas inerentes. Essas questões dizem respeito ao fato de todo o processo de adoção desenrolar-se em segredo de justiça, e qualquer divulgação ficaria sujeita a uma abertura de processo;
- 2) Grupos de Apoio à Adoção (locais) – obteve-se a informação de que estão desativados. Entretanto, foram feitos contatos através de ligações telefônicas e e-mails divulgados no site da ANGAAD (Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção), sem obtenção de sucesso;
- 3) Grupo de Estudo e Apoio à Adoção do Vale do Ipojuca (GEADIP) – apesar de realizado contato com uma das coordenadoras desse grupo de Pernambuco, não haviam casos de devolução entre as participantes;
- 4) Famílias para Acolhida – “rede de famílias espalhadas em todo o território italiano e em diversos países do mundo, que se sustentam na experiência da acolhida familiar e a promovem como um bem para a pessoa e para toda a sociedade”<sup>21</sup>. Em contato com uma integrante dessa rede, na cidade de Salvador-Bahia, esta explicou que são poucas as famílias nesta cidade e que nenhuma delas passou pela experiência de devolução de crianças.
- 5) Pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea – foram realizados contatos com pesquisadoras de outros temas

---

<sup>21</sup> Disponível em: [familiasparaacolhida.blogspot.com.br](http://familiasparaacolhida.blogspot.com.br).

ligados à adoção, as quais informaram ter trabalhado com casos acessados por indicação, mas não fizeram contato com nenhuma instituição específica;

- 6) Equipe técnica de abrigos para crianças e adolescentes em Salvador – um desses abrigos contatados indicou dois casos de devolução de crianças nele abrigadas, sendo que em apenas um deles, se obteve aceite para participação neste estudo.

Como exposto anteriormente, após todos os contatos realizados, existia apenas uma participante disponível para a realização da entrevista. Entretanto, ao se observar que alguns casos de devolução eram descritos em notícias publicadas em jornais e revistas, foi iniciada uma pesquisa por esses casos, via mecanismos de busca na internet, sendo que nela os dados são acessados por meio de palavras-chave, o que poderia ser definido como um trabalho de garimpo. Desse modo, foram encontrados relatos sobre o tema em diversas categorias de sites, como jornais, revistas, fóruns de discussão, blogs e portais, o que será detalhado na sequência.

#### **4.2.1 Caracterização das fontes acessadas**

O uso crescente da internet na contemporaneidade vem merecendo atenção dos estudiosos, em especial pelo uso que as mulheres fazem das mídias digitais, o que costumam chamar de feminização das mídias, em particular do ciberespaço (OLIVEIRA, 2007). Assim, ela se oferece como uma das possibilidades de estudar a interação e identificação das pessoas, bem como permitir a socialização de saberes e significados relacionados ao mundo, à vida, à sociedade e à natureza (MÁXIMO, 2000). Para Sales (2011), é possível acessar na internet relatos espontâneos que ocorrem de acordo com a necessidade do indivíduo expressar uma experiência, ressignificando fatos do cotidiano.

Este estudo recorreu às informações que constam do ambiente da internet, através de sites que devem ser caracterizados. Os fóruns de conversação permitem que os seus membros se comuniquem uns com os outros, expondo e esclarecendo dúvidas, o que constitui um ambiente de interação verbal<sup>22</sup>. Para Sales (2011), “trata-se de um tipo de interação assíncrona, composto por tópicos de discussões sobre assuntos propostos pelos usuários” (p.41).

---

<sup>22</sup> Disponível em: Definição: <http://www.criarsites.com/principais-tipos-de-sites-que-podem-ser-encontrados-na-internet>



Os sites midiáticos são aqueles que se utilizam de publicações de notícias e reportagens; são os jornais, revistas e blogs<sup>23</sup>. Do total de dezessete casos selecionados, cinco foram encontrados em fóruns de conversação<sup>24</sup> e doze em sites midiáticos<sup>25</sup>.

#### 4.3 O ESTUDO DE CASOS: PARTICIPANTES

Considera-se adequada a utilização do estudo de caso como método de pesquisa, quando o objetivo for a investigação de um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, sem o controle ou manipulação de variáveis, com o intuito de se obter informações sobre um ou poucos casos<sup>26</sup> (BENBASAT; GOLDSTEIN; MEAD, 1987). Yin (2005) caracteriza esse método como: 1) descritivo, pois visa descrever o fenômeno dentro do seu contexto; 2) exploratório, visto que busca definir hipóteses ou proposições para futuras pesquisas; 3) explanatório, no sentido de que procura explicar relações de causa e efeito.

Como mencionado anteriormente, esta pesquisa utilizou como dados, alguns casos recolhidos na *rede mundial de computadores*<sup>27</sup> e o relato de uma participante, colhido por intermédio de uma entrevista narrativa. Todos esses casos, dezoito no total (dezessete casos publicados e uma entrevista), foram selecionados a partir de alguns critérios previamente estabelecidos: 1) Mães que adotaram e devolveram as crianças e/ou adolescentes; 2) Adoções caracterizadas como tardias; 3) Localização restrita ao Brasil.

<sup>23</sup> Disponível em: Definição: <http://ikaro.net.br/2009/10/sites-principais-tipos.html>

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.e-familynet.com/phpbb/adocao-f47.html>. Acesso em: 19 jan. 2017.

Disponível em: <http://www.euconfesso.com/confissao-14022.html>. Acesso em: 17 dez. 2016.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/noticias/geral,falta-de-preparo-leva-pais-adotivos-a-devolverem-criancas-aos-abrigos,299459>. Acesso em: 24 jan. 2017.

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI83098-15228,00-O+LADO+B+DA+ADOCADO+TRECHO.html>. Acesso em: 29 nov. 2016.

Disponível em: [http://istoe.com.br/168178\\_O+SEGUNDO+ABANDONO/](http://istoe.com.br/168178_O+SEGUNDO+ABANDONO/). Acesso em: 29 nov. 2016.

Disponível em: <http://www.bonde.com.br/mulher/comportamento/devolucao-da-crianca-reflete-despreparo-para-adocao-112173.html>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Disponível em: <http://infanciaurgente.blogspot.com.br/2008/12/uma-tarde-na-vara-de-infancia-histrias.html>. Acesso em: 29 nov. 2016.

Disponível em: <https://lanyy.jusbrasil.com.br/noticias/207396919/mae-adotiva-devolve-crianca-apos-5-anos-de-convivio-e-e-condenada-a-pagar-100-mil-de-indenizacao-a-menina-rejeitada>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Disponível em: <https://jus.com.br/duvidas/249680/guarda-provisoria-devolucao-da-crianca>. Acesso em: 17 dez. 2016.

Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/Geral/2014/05/10-dos-adotados-sao-devolvidos.html>. Acesso: 17 dez. 2016.

Disponível em: <http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI11532-10514,00.html>. Acesso: 17 dez. 2016.

<sup>26</sup> Sejam pessoas, grupos ou organizações (BENBASAT; GOLDSTEIN; MEAD, 1987).

<sup>27</sup> Internet.

### 4.3.1 Os casos publicados

A partir das fontes descritas, foram selecionados dezessete casos de mães adotivas que decidiram pela devolução das crianças e adolescentes que adotaram, publicados na internet em sites de revistas, jornais e fóruns. Assim, esses casos apresentavam histórias publicadas por terceiros, a exemplo de revistas e jornais, ou pelas próprias mães, em fóruns e sites criados para confissões de histórias pessoais. Desse modo, de acordo com Martins e Mamede-Neves (2011),

[...] tudo o que se expõe no ambiente online, e que é de uma riqueza imensurável para novas pesquisas, faz parte da construção que cada indivíduo faz de si mesmo e de suas representações virtuais. Hoje o que encontramos na Web é o outro que se constitui a si mesmo, produzindo a sua verdade. (MARTINS; MAMEDE-NEVES, 2011, p. 128)

Foram realizadas tentativas de contato com algumas das mães participantes dos fóruns, por meio de mensagens eletrônicas privadas, disponibilizadas nessas redes de conversação, no intuito de conseguir a anuência delas para uma entrevista, via programa da internet para realização de videoconferências – Skype, entretanto, não houve respostas. Esse recurso seria adotado por se tratar de participantes de outros estados do País.

### 4.3.2 A entrevista

Foi realizado um estudo de caso de uma pretendente a mãe adotiva, entrevistada em profundidade. A participante é de classe média, tem 45 anos de idade, é casada, e passou pela experiência de adoção tardia no ano de 2011, decidindo-se depois pela devolução da criança. O contato com essa mãe foi feito inicialmente pela psicóloga do abrigo no qual a criança vivia, para onde também foi devolvida. Após essa consulta prévia sobre a sua disponibilidade em falar da experiência vivida e colaborar com a pesquisa, a pesquisadora realizou um novo contato para confirmar a aceitação da participante e combinar o encontro. No dia e local combinados, a participante recebeu informações sobre a pesquisa, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A), e, após assinatura, a entrevista foi iniciada e gravada digitalmente.

### 4.3.3 Estratégia para agrupamento dos casos

Com o objetivo de organizar a análise dos casos, esses foram agrupados em três situações diferentes, de acordo com a forma de coleta e publicação dos casos. Assim, os casos coletados na internet foram subdivididos em duas seções: A) Casos publicados na internet por

iniciativa de terceiros; B) Casos publicados na internet por iniciativa da própria mãe. A terceira seção (C) foi reservada para a análise da entrevista narrativa.

#### 4.3.4 Caracterização sociodemográfica

O levantamento sociodemográfico foi realizado com os dados coletados na entrevista e em alguns dos casos disponibilizados na internet (Quadro 1). As participantes desta pesquisa possuíam idades que variavam de 28 a 76 anos de idade, cinco delas com escolaridade de nível superior completo, sendo que para as outras não havia essa informação. Elas residiam em diferentes estados do Brasil: uma na Bahia, uma no Ceará, uma no Distrito Federal, uma em Santa Catarina, uma em Minas Gerais e sete em São Paulo, as demais sem informação. Com relação à profissão, cinco delas desempenhavam atividades laborais que indicavam uma classe social de média a média alta. Quanto ao estado civil, quase todas eram casadas, sendo que sete delas possuíam filhos biológicos, sete não possuíam e para quatro não consta essa informação.

**Quadro 1 - Perfil sociodemográfico das participantes**

Participantes <sup>1</sup>	Idade	Estado Civil	Filhos biológicos <sup>2</sup>	Escolaridade	Profissão	Localização
<b>A</b>						
Caso A1	33	Casada	Sim - 1	-	-	São Paulo
Caso A2	45	Casada	Não	-	-	São Paulo
Caso A3	-	Casada	-	-	-	Minas Gerais
Caso A4	-	-	-	-	-	São Paulo
Caso A5	-	Casada	Sim - 1	Superior Completo	Professora Universitária	Santa Catarina
Caso A6	-	Casada	Sim - 1	-	-	São Paulo
Caso A7	-	Casada	Não	-	-	São Paulo
Caso A8	-	Casada	-	Superior Completo	Professora	São Paulo
Caso A9	76	Casada	Sim - 1	Superior Completo	Procuradora Federal	Distrito Federal
Caso A10	-	Casada	Sim	-	-	-
Caso A11	40	Casada	Não	-	Assistente Administrativa	São Paulo
Caso A12	-	Casada	-	-	-	Ceará
<b>B</b>						
Caso B1	-	-	Não	-	-	-
Caso B2	30	Casada	Não	-	-	-
Caso B3	34	Casada	Não	-	-	-
Caso B4	-	-	Sim - 2	-	-	-
Caso B5	28	Casada	Sim - 1	-	-	-
<b>C</b>						
Entrevista	45	Casada	Não	Superior Completo	Contadora	Bahia

(1) A – Publicados por terceiros; B – Publicados pelas próprias mães; C – Entrevista.

(2) A coluna registra também o número de filhos biológicos.

#### 4.4 CONTEXTO DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Para a realização da entrevista narrativa, em comum acordo com a participante, foi utilizada a sala de consultório da pesquisadora, ambiente caracterizado pela neutralidade, por ser bem climatizado e iluminado, com boa acústica, garantindo a privacidade e a confidencialidade das informações concedidas.

#### 4.5 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Esta investigação utilizou a técnica da entrevista narrativa para acessar a história de uma das participantes, que consiste, de acordo com Jovchelovitch e Bauer (2002), na proposição pelo pesquisador, estimulando o entrevistado a relatar acontecimentos pessoais ou do seu contexto social, com o mínimo possível de interferência do entrevistador e que se define como não estruturada e em profundidade. Os acontecimentos narrados pelo sujeito retratam o significado subjetivo da sua experiência. Para esses autores, “as narrativas não estão abertas à comprovação e não podem ser simplesmente julgadas como verdadeiras ou falsas; elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço” (p. 110).

A entrevista foi aberta, configurando uma conversação focada sobre a decisão da participante em se tornar mãe pela via da adoção e posteriormente resolver pela devolução da criança e/ou adolescente adotado. A narrativa foi iniciada com uma proposição geral, com o objetivo de estimular o relato da participante (Apêndice B). No decorrer da narrativa, algumas questões específicas foram formuladas, a fim de retomar pontos que não foram suficientemente esclarecidos e que eram do interesse da pesquisa. Essa entrevista foi gravada e realizada a sua transcrição, de modo literal, para posterior análise.

Quanto às demais participantes, suas experiências de vida foram coletadas por meio do banco de dados da internet, de acordo com os critérios já descritos e utilizando palavras-chave relacionadas ao tema em estudo. Desse modo, inicialmente foi acessado todo um material escrito que versava sobre “adoção e devolução”, sendo depois restringido, conforme os critérios que o tornaria adequado aos objetivos do estudo.

#### 4.6 ASPECTOS ÉTICOS

O presente estudo se encontra de acordo com os parâmetros éticos estabelecidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, pela Resolução do Conselho Federal de Psicologia - CFP nº 010/05 e pelas Resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde - CNS, que dispõem sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Católica do Salvador - UCSal, em consonância à Comissão Nacional de Ética - CONEP, sendo aprovado em 29 de dezembro de 2016, sob parecer nº 1.883.585 e CAAE nº 60611816.1.0000.5628 (Anexo A).

Em consonância com as resoluções supracitadas, a informante entrevistada foi devidamente esclarecida quanto aos propósitos do estudo e garantidos os seus direitos à participação livre, sigilo absoluto da sua identificação e confidencialidade dos dados fornecidos, e a sua anuência foi confirmada mediante preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaborado em duas vias, sendo uma entregue à participante da pesquisa e a outra arquivada pela pesquisadora.

A respeito dos riscos e benefícios suscitados pela pesquisa, foi previsto que, caso surgisse a necessidade de um atendimento psicológico, demonstrada pela participante ou identificada pela pesquisadora, ela receberia o devido encaminhamento a um profissional da área. Desse modo, no decorrer da entrevista, ao falar sobre sua história e ter emoções provocadas pela construção da sua narrativa, a participante mostrou ter ressignificado, somente no momento da entrevista, alguns aspectos de sua trajetória como pretendente a mãe adotiva. Assim, foi sugerido pela pesquisadora que a participante, caso desejasse, iniciasse esse acompanhamento, como meio de conduzi-la a uma compreensão maior da sua experiência.

Os demais casos trabalhados nesta pesquisa, não necessitaram ser analisados pelo Comitê de Ética, por serem informações de domínio público, conforme inc. III do parágrafo único do art. 1º da Resolução CNS nº 510/16.

#### 4.7 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados desta pesquisa seguiu o modelo da análise categorial, uma das abordagens propostas por Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998) para classificação e

organização dos tipos de análises narrativas. A análise categorial privilegia o conteúdo das narrativas como manifestado e separado em seções, definidas por categorias do problema estudado. Assim, palavras ou eventos das narrativas são classificados por categorias, sendo realizada uma análise dessa unidade categórica. As sessões passaram por uma análise de conteúdo, considerando os aspectos explícitos e implícitos, e seguindo etapas: 1) Leitura minuciosa e por repetidas vezes da entrevista narrativa transcrita e dos relatos dos casos, com o objetivo de observar pontos importantes dos eventos significativos na experiência de mães adotivas que devolveram as crianças adotadas; 2) Foram feitos recortes dos relatos, formando unidades de registro em torno de eventos, como: tipo de família, conflitos, tomada de decisão, motivos mediatos e imediatos, relação com a criança, saúde da criança, recursos pessoais e materiais da mãe e incidente desencadeador da decisão de devolver a criança; 3) Essas unidades de registro foram agrupadas em quatro blocos de temas principais, dando origem a quadros (Apêndices C e D), reunindo episódios específicos que apontaram aspectos da experiência narrada importantes para a realização da análise dos relatos; 4) Os episódios relatados foram analisados, sendo articulados com as ideias teóricas que respaldaram esta pesquisa.

Desse modo, no capítulo a seguir serão apresentados os casos que deram subsídios a este estudo e, no capítulo subsequente, suas análises e discussão.

## 5 OS CASOS: UMA DESCRIÇÃO SUMÁRIA

“A chegada de uma criança ou adolescente na família (adotiva) é festejada, mas, o dia a dia não é uma festa.”

(Halia Pauliv de Souza)

Este estudo visa compreender a experiência de mulheres que adotaram e, posteriormente, decidiram pela devolução dessa criança ou adolescente. Na busca de subsídios para a pesquisa, como já descrito no capítulo anterior<sup>28</sup>, chegou-se a alguns casos relacionados ao tema que foram publicados na *internet*. Foram selecionados alguns desses, em virtude da dificuldade encontrada no acesso às mães com tal vivência. Tal fato se justifica pelos preconceitos e tabus envolvidos nessa situação, o que faz com que essas mães prefiram se manter anônimas e não falar sobre o assunto.

Considerando a forma de publicação dos casos, se por terceiros ou pela própria mãe, esses serão divididos em dois blocos (A e B). Desse modo, os resultados desta pesquisa serão apresentados em etapas distintas, de tal forma que, inicialmente, serão apresentados os casos que foram publicados por iniciativa de terceiros (A), a exemplo de reportagens em jornais e revistas, sites de conteúdo jurídico e postagens realizadas por algum familiar, em geral na busca por esclarecimentos de como proceder. Posteriormente, serão apresentados os casos que foram publicados pelas próprias pretendentes à adoção (B). Esses relatos foram produzidos em fóruns de conversação e sites para confissões de experiências, sendo essas feitas anonimamente. A amostra contou com dezessete casos, sendo doze publicados por terceiros e cinco pelas próprias mães. As idades das mães variaram entre 28 e 76 anos de idade<sup>29</sup>.

No presente capítulo, serão apresentados, sumariamente, todos os casos selecionados, assim como a entrevista com a participante deste estudo (Quadro 2). As sínteses foram organizadas e identificadas pela letra correspondente ao bloco (A ou B) e a distinção entre os casos, feita por números.

---

<sup>28</sup> Seção 4.2 Percurso da Pesquisa.

<sup>29</sup> Quadro 1. Perfil sociodemográfico das participantes.

No bloco subsequente será apresentada uma síntese da entrevista realizada com a participante desta pesquisa, uma pretendente à adoção que adotou uma criança, mas que decidiu pela sua devolução durante o estágio de convivência.

**Quadro 2 - Motivos para a adoção e posterior devolução da criança**

<b>Participantes<sup>1</sup></b>	<b>Motivos para a adoção</b>	<b>Tempo de convívio com a criança</b>	<b>Guarda provisória ou definitiva</b>	<b>Motivos para a devolução</b>
<b>A</b>				
Caso A1	Não podia ter mais filhos	Três meses	Provisória	Comportamento da criança - atribuído à sua origem
Caso A2	Mudança na rotina e altruísmo	Algumas semanas	Provisória	Comportamento indiferente da criança
Caso A3	Sem referência	Oito meses	Provisória	Sem referência
Caso A4	Sem referência	Cinco anos	Definitiva	Comportamento - Desobediência
Caso A5	Sem referência	Sete anos	Definitiva	Comportamento - Desavenças com o filho biológico
Caso A6	Sem referência	Onze meses	Definitiva	Comportamento – Desobediência
Caso A7	Infertilidade	Sem referência - “Pouco tempo”	Provisória	Criança tinha oito anos – Não queria adoção tardia
Caso A8	Sem referência	Um mês	Provisória	Considerou o processo muito rápido
Caso A9	Sem referência	Cinco anos	Definitiva	Mau comportamento
Caso A10	Sem referência	Sem referência	Definitiva	Comportamento da criança
Caso A11	Infertilidade	Sem referência	Sem referência	Mudança na rotina de vida – perda da liberdade
Caso A12	Sem referência	Sem referência	Sem referência	Não conseguiu amar a criança como filha
<b>B</b>				
Caso B1	Sem referência	Dois anos	Definitiva	Não estava preparada para os desafios
Caso B2	Infertilidade	Três meses	Provisória	Comportamento da criança
Caso B3	Infertilidade	Nove meses	Provisória	Comportamento agressivo da criança
Caso B4	Sem referência	Sem referência	Provisória	Comportamento agressivo da criança
Caso B5	Sem referência	Sem referência	Definitiva	Comportamento da criança
<b>C</b>				
Entrevista	Querida uma adoção tardia	Um mês	Provisória	Comportamento da criança

(1) A – Publicados por terceiros; B – Publicados pelas próprias mães; C – Entrevista



## 5.1 CASOS PUBLICADOS POR INICIATIVA DE TERCEIROS (A)

### 5.1.1 Caso A1

Publicado em 2008. Mulher casada, 33 anos, com uma filha biológica de nove anos e outra adotiva de sete anos de idade. Decidiu adotar por não poder ter mais filhos. Relata que pensava que a criança seria meiga, doce e grata a ela, por ter finalmente um lar, mas as duas meninas começaram a brigar logo nos primeiros dias de convivência, por motivos como roupas e brinquedos. Essa desavença entre as crianças a fez pensar que a filha poderia ter herdado um temperamento ruim dos pais biológicos. Nesse momento entendeu que a adoção tinha sido um erro. Afirma que faltou preparo e paciência para os testes e que se envergonha do processo, mas sente que não conseguiria tratar a menina realmente como uma filha, sem a distinção entre biológico e adotado.

### 5.1.2 Caso A2

Publicado em 2008. Casal sem filhos, ela com 45 anos e ele com 47 anos de idade, vida financeira estável, adotaram duas crianças, de cinco e sete anos de idade. Sobre a decisão de adotar, o casal achava que isso traria uma mudança na rotina, sendo benéfico, além de estarem fazendo uma boa ação. Os dois irmãos foram abandonados pela mãe biológica e se mostravam muito quietos, não interagiam muito com o casal. Esse comportamento indiferente das crianças levou o casal, em algumas semanas de convivência, a desistirem da adoção.

### 5.1.3 Caso A3

Publicado em 2009. Casal adota criança de oito anos de idade e fica com a sua guarda provisória durante oito meses. No dia da audiência final, para homologação da adoção, desiste da adoção e devolve a menina aos cuidados do Estado. Não apresentam justificativas para a decisão. Esse ato gerou uma ação proposta pelo Ministério Público (MP), pedindo a reparação de danos causados à criança, por meio de indenização e pensão alimentícia.

#### **5.1.4 Caso A4**

Publicado em 2009. Mãe devolve uma criança, após cinco anos de adotada. O menino, 12 anos de idade, foi adotado aos sete anos, e devolvido ao abrigo, sob a alegação de que ele não a obedecia. A intervenção do Conselho Tutelar não resolveu. O Judiciário propôs uma terapia familiar, mas a mãe não compareceu. Segundo os técnicos que acompanharam o caso, durante a infância do menino tudo parecia bem, a transformação veio quando ele entrou na adolescência e a mãe teve dois netos, passando a dar mais atenção a estes.

#### **5.1.5 Caso A5**

Publicado em 2016. Casal da classe média alta, ela, uma professora universitária, e ele, um estrangeiro envolvido com estudos no exterior, adotou um casal de irmãos, três e seis anos de idade, no ano de 2004. Já tinham um filho biológico. O interesse da mãe era de adotar a menina, tendo adotado o menino pelo fato de a Justiça, geralmente, não aceitar separar irmãos. Pessoas que conviveram com a família relatam que o menino nunca foi aceito como filho; não houve esforço do casal para inseri-lo no contexto familiar.

Os desentendimentos do menino com o filho biológico do casal começaram logo no primeiro dia de convívio. O tratamento dado ao menino era visivelmente diferente do que era dado à menina e ao filho biológico. Como exemplo, tinha que ir a pé para a escola, em um bairro vizinho, enquanto que a menina e o filho biológico frequentavam outro colégio e eram levados de carro. A mãe chegou a relatar que, no início, sentia carinho pelo menino, mas depois passou a odiá-lo.

O casal resolveu devolver apenas o menino, quando este completou 13 anos de idade, mas a Justiça não aceitou, e, assim, teriam que devolver os dois irmãos. A mãe entrou em desespero ao ser informada de que a menina também seria devolvida ao abrigo, mas foi mantida a decisão judicial.

#### **5.1.6 Caso A6**

Publicado em 2016. Casal, um filho biológico, adota dois irmãos, uma menina de oito anos e um menino de quatro anos de idade. Após onze meses de convívio com as crianças,

resolveu devolvê-las, alegando que a filha adotiva não se entendia com o seu filho biológico. Além disso, a mãe justifica o ato em função da desobediência da menina.

### **5.1.7 Caso A7**

Publicado em 2009. Em 2008, um casal adotou uma criança de oito anos de idade. Pouco tempo depois, voltou à Vara para devolvê-la. A mãe alega que a criança tinha um problema de saúde, e ela não foi comunicada previamente.

Foi constatado pela equipe técnica que essa mãe foi avisada sobre o problema da criança. Pressionada, ela admite que não queria uma criança com oito anos de idade, mas aceitou, já que correspondia à idade do filho que teria tido de forma natural, caso pudesse.

### **5.1.8 Caso A8**

Publicado em 2009. Uma professora adota uma criança de 10 anos de idade, no ano de 2008. Ela conheceu a criança em um abrigo e ficou encantada. Pediu a adoção e foi concedida pelo Juiz uma guarda provisória com duração de seis meses, antes da adoção definitiva. Um mês depois, essa mãe e o seu marido voltam à Vara da Infância e Juventude para devolver a criança, alegando que foi tudo muito rápido.

### **5.1.9 Caso A9**

Publicado em 2016. Em 2015, após cinco anos de convívio, mãe adotiva devolve filha e é condenada pelo Tribunal de Justiça a pagar uma indenização à criança, por danos morais. Ela, uma procuradora federal, 76 anos de idade, adotou uma menina com seis anos de idade, que, segundo histórico, foi encaminhada a uma instituição assistencial, juntamente com a sua irmã, após falecimento de sua mãe biológica. Essa sua irmã foi adotada pelo filho da idosa.

A justificativa dada pela senhora para a devolução, foi a de que a menina apresentava mau comportamento, e, por isso, o pedido de revogação da guarda. Acrescenta, ainda, que a menina foi adotada para que pudesse conviver com a irmã, mas que por ela, a mãe, se encontrar

idosa e doente, não apresenta condições de cuidar de uma garota de 12 anos. Segundo a mesma, a garota tentou agredi-la, e também estaria cometendo pequenos atos infracionais, o que levou o seu filho a pedir que a menina fosse retirada de casa.

#### **5.1.10 Caso A10**

Publicado em 2011. Nesse mesmo ano, uma mãe com outros filhos adultos adotou uma criança de onze anos de idade. O relato, apresentado por uma das filhas, é de que a criança, após ficar definitivamente na casa da mãe, mudou completamente o comportamento.

Essa filha informa que a sua mãe decidiu devolver a criança, após várias visitas ao Fórum e ao abrigo onde a criança vivia, concluindo que o tempo estava passando e nenhuma mudança de comportamento acontecia. Demonstra preocupação com o fato de que, segundo ela, as assistentes sociais do Fórum, ao tentarem fazer a sua mãe mudar de ideia, disseram que a senhora iria sofrer com as consequências por devolver a menina.

Enfim, questiona, em um site para esclarecimento de dúvidas jurídicas, se a sua mãe é obrigada a ficar com a criança.

#### **5.1.11 Caso A11**

Publicado em 2014. Mãe, 40 anos de idade, assistente administrativa, casada e sem poder ter filhos, resolveu adotar dois irmãos, com cinco e nove anos de idade, em 2012, após uma longa espera na fila de pretendentes, em virtude da preferência por apenas uma criança com até cinco anos de idade. Ela e o marido resolveram abrir mão dessa escolha anterior, para formar uma família, se tornando pais de dois irmãos.

Com essa mudança na sua vida, deixou de trabalhar e passou a ser dona de casa. A perda de uma vida com mais liberdade e independência, levou essa mãe a ter a intenção de devolver as crianças. A família foi encaminhada para uma terapia e a mãe disse, na ocasião, ter desistido da devolução.

### **5.1.12 Caso A12**

Publicado em 2013. Casal adota uma criança com seis anos de idade. No relato, feito pelo pai, é dito que a adoção foi realizada com a expectativa de que amariam essa criança, mas isso não aconteceu. O amor não surgiu da parte dele, nem da mãe. Afirma que tratam bem a criança, mas não pretendem ficar com ela, e que a convivência é boa, mas não existe amor e a criança se mostra indiferente.

## **5.2 CASOS PUBLICADOS POR INICIATIVA DA PRÓPRIA MÃE (B)**

### **5.2.1 Caso B1**

Publicado em 2009. Mãe adotiva de duas filhas, afirma que se arrependeu de ter adotado a mais velha delas. Relata que nunca deveria ter adotado uma criança maior e cheia de problemas, pois não estava preparada para tantos desafios. Está com a criança há dois anos e reconhece que não teve preparo algum para recebê-la. Queixa-se de que a menina se automutila e ninguém a avisou desse problema que ela apresenta.

Conta que tentou relatar tudo para a assistente social que acompanhou o processo e a mesma disse que, caso devolvesse a criança, não conseguiria mais adotar outra. Afirma que ama as duas filhas, mas a primeira não a deixa se aproximar dela e diz que não quer ser sua filha.

### **5.2.2 Caso B2**

Publicado em 2012. Casal sem filhos biológicos, mãe com 30 anos de idade, já passou por tratamentos e não consegue engravidar. Decidiu pela adoção, com o perfil escolhido de criança entre zero e nove anos de idade, sem nenhum tipo de doença. Desejava também que a criança gostasse de estudar, ler e fosse calma.

Em 2012, adotou um menino de nove anos, sendo informada de que ele já tinha sido devolvido uma vez por outra família, em decorrência de problemas financeiros desses pais. Foi dito que ele era inteligente, estudioso e saudável. Receberam a guarda provisória, após um período de aproximação.

Após quinze dias em casa, a mãe conta que a criança passou a não se comportar bem, a agrediu, pegou uma faca para ameaçá-la, e também agrediu outras crianças. Diz que o menino mente muito e cometeu alguns furtos. Relata que, ao ser advertido, demonstrou muito ódio. Afirma ter aguardado melhora, mas que ficou insuportável, fazendo com que ninguém da família o quisesse por perto. Todos achavam que ela devia devolvê-lo.

Diz não saber o que fazer, pois acha que ele não chegou por acaso para ela, acredita que Deus o enviou. Ela sempre pensou em adotar uma criança maior e jamais achou que resultaria em devolução. Encontra-se em dúvida entre persistir nessa situação ou desistir e devolver o menino. Não consegue vê-lo como filho, sente apenas raiva e pena dele. Essa mãe diz ter sido enganada desde o início, pois queria uma criança saudável, e lhe foi entregue uma criança com problemas psiquiátricos, segundo informaram dois psiquiatras consultados por ela.

Os técnicos do Fórum que acompanhavam o caso decidiram que essa mãe não estava preparada para ser mãe daquele menino, pois trabalhava e não tinha como educá-lo. Ela aceitou essa resolução e desistiu definitivamente da adoção, pois tudo o que passou com a criança a fez acreditar que não daria certo. Afirma que não queria devolvê-lo. Relata que teve que levar o menino no abrigo, e que chorou muito, enquanto que a criança não demonstrou sentimento. Esse desfecho aconteceu após três meses de convivência.

### **5.2.3 Caso B3**

Publicado em 2014. Mãe com 34 anos de idade, casada, sem filhos. Tentou engravidar ao longo de 12 anos, sem sucesso. Decidiu, juntamente com o marido, pela adoção de uma criança, e o perfil escolhido era de zero a dois anos de idade. Em 2013, adotou um menino de sete anos, e nove meses após decidiu pela devolução dessa criança. Relata que ele apresentava um comportamento agressivo, não respeitava ninguém e mentia muito. Afirma que dava carinho e era retribuída com socos e chutes, deixando explícito que não foi alertada, em momento algum, acerca do comportamento agressivo do garoto.

### **5.2.4 Caso B4**

Publicado em 2012. Em 2011, mãe de um casal de filhos biológicos resolveu adotar um casal de irmãos, um menino com nove anos e sua irmã de dois meses de idade. A mãe afirma ter adotado o menino em virtude de não poder separar irmãos.

Relata que o menino logo se mostrou agressivo, inclusive com os seus filhos biológicos, tornando a situação insustentável quando ele tentou abusar da sua filha. Conta que teve que devolver o menino, juntamente com a irmã pequena, e sofreu muito com o acontecido.

### **5.2.5 Caso B5**

Publicado em 2012. Mãe, 28 anos, casada, um filho biológico com oito anos, adotou um garoto de sete anos de idade. A única exigência, dela e do marido, era de que a criança fosse saudável. Segundo a mãe, isso foi confirmado pela equipe técnica que acompanhava o processo. Entretanto, essa mãe afirma que o menino tinha vários problemas mentais, descobertos um mês depois de receber a guarda provisória da criança.

Ela e o marido pensaram imediatamente em devolução, pois não tinham como cuidar de uma criança especial. Relata que o seu filho biológico é muito tranquilo e foi agredido pelo adotado, chegando a ser hospitalizado, e só depois ela entendeu que foi por ciúme. Nessa ocasião, pensou novamente em devolução, e procurou o Juizado para falar sobre a sua decisão. Conta que o bom senso falou mais alto e não o devolveu.

A mãe diz que tentou lidar com toda a dificuldade apresentada, colocando regras e afirmando para a criança sobre a sua vontade de ficar com ela e amá-la. Em abril de 2012, relata que tudo está um pouco mais calmo e que não se vê sem a criança. Em junho do mesmo ano, afirma que a adoção não deu certo, estava sofrendo, mas devolveria a criança ao abrigo, ainda naquela semana. Constatou que o garoto precisava de acompanhamento de várias especialidades, por conta dos distúrbios que apresentava: hidrocefalia, em grau leve, e macrocefalia. Descobriu também que toda a família biológica da criança apresentava problemas mentais.

Por conta desses problemas de saúde, a mãe chega à conclusão de que o menino precisa de muita atenção, que ela e o marido não podem dar. A mãe afirma que na última avaliação com a assistente social e a psicóloga do Juizado, no intuito de avaliarem se ela teria condições psicológicas para cuidar de uma criança especial, foi concluído que esta adoção não foi boa para a sua família, sendo pedido que ela devolvesse a criança, pois entrariam com pedido para tirá-la dela, em virtude de não dispor de tempo para os cuidados necessários a essa criança.

Com essa decisão, a mãe fala em desistir de adotar outra criança, e, inclusive, pensa em retirar o seu nome do CNA. Dois meses após, informa que, depois de muita luta, desistiu da devolução do filho e que já está com a guarda definitiva. Em abril de 2013, no entanto, relata

não aguentar mais os comportamentos ‘bizarros’ da criança, mas falta coragem para devolver. Pediu ajuda ao Fórum da cidade. Após essa data, não se manifesta mais no fórum de conversas.

### 5.3 ANA: PARTICIPANTE ENTREVISTADA

Ana<sup>30</sup> é casada, 45 anos, sem filhos biológicos. Seu marido possui uma filha de 21 anos, de outro relacionamento. Escolaridade de nível superior, trabalha em uma empresa contábil. Afirma nunca ter tido vontade de ter filhos biológicos, pois achava que uma criança pequena dava muito trabalho e ela não iria conseguir administrar tudo. Pensou em adotar uma criança maior, achando que o trabalho seria menor. Fez tudo em comum acordo com o marido. Passou por todo o procedimento legal, há quatro ou cinco anos (não recorda exatamente), e como seu perfil era de uma criança maior, o processo não foi demorado. Não colocou muitos pré-requisitos. Em pouco tempo lhe foi apresentada uma criança de seis anos de idade.

Vivenciou o processo de visitação no abrigo, como forma de aproximação da criança, saídas nos finais de semana, até receber a guarda provisória para um período de convivência de trinta dias. Sobre a preparação para a adoção que recebeu no Juizado, só recorda de ter passado por várias entrevistas com os profissionais, mas não lembra o conteúdo. Arrumou o quarto para a criança, comprou muitas roupas e brinquedos. Afirma que se sentiu muito frustrada com esse período concedido, e acha muito pouco para uma adaptação. Pediu afastamento do seu trabalho para dedicar-se ao garoto. Sua família é pequena, conta apenas com sua mãe e um irmão, e eles não concordavam muito com a adoção. A família do seu marido também achava que ela devia ter um filho biológico.

A criança, ao chegar em casa, começou a ficar muito agressiva; antes era ótimo, saíam, passeavam nos finais de semana. Foi matriculada em uma escola particular perto de onde morava, mas já no primeiro dia o seu comportamento foi agressivo, brigou com um colega, tentou jogar uma cadeira nele e bater na professora. A mãe foi chamada pela diretora da escola e informada de que a criança não poderia continuar lá. Sentiu-se muito perdida, sem saber o que fazer e se questionando se fez a coisa certa. Procurou os profissionais do Juizado, mas considera que a ajuda não foi suficiente no período.

---

<sup>30</sup> Nome fictício.



Não queria desistir, mas percebia que o comportamento da criança tendia a piorar muito, tornando-se cada vez mais rebelde, sendo que o tempo era curto para esperar as melhoras. Seu marido acompanhou tudo e concordou que eles não deveriam levar à frente o processo. Após avaliar sua dificuldade em lidar com o comportamento agressivo da criança, decidiu pela devolução e, ao procurar o Juizado, todo o processo foi tratado de forma normal, ‘procedimento normal de adaptação’.

A mãe afirma que a devolução aconteceu principalmente pelo medo que sentiu de ser responsabilizada judicialmente, caso algo acontecesse em decorrência do comportamento da criança. Poderia ser acusada de estar maltratando a criança e isso a deixava muito insegura, não conseguia ter atitude. A experiência se deu de forma sofrida para esta mãe. Várias vezes teve vontade de saber como a criança estava, mas não o fez. Afirma que sentiu alívio quando a psicóloga do abrigo entrou em contato com ela, um mês antes desta entrevista, para sondá-la sobre a sua aceitação em participar da pesquisa, e lhe disse que a criança estava bem e tinha sido adotada por outra família.

A convivência com a criança, entre conhecimento e devolução, durou de três a quatro meses, curto período, mas muito marcante para esta mãe. Acha que podia ter tentado mais, ter tido mais paciência. Sentiu-se arrependida e culpada por ter feito um mal para aquela criança. Acha que foi imatura de não saber lidar com a situação e achar que pelo fato de ser uma criança mais velha tudo ia ser mais fácil; criou essa ilusão. Fez uma tentativa de devolução antes, mas chegando lá a criança chorou muito e ela desistiu.

A mãe relata que a criança já apresentava um comportamento bem arreado no abrigo onde morava, mas acredita que pela pouca experiência achou que era porque ela estava em um abrigo, depois melhoraria. Entendeu muito tempo depois que tudo tem a ver com o histórico da criança.

A entrevistada apresentou durante sua narrativa vários momentos de esquecimentos, lacunas. Afirma que ela costuma apagar da mente coisas que não a fazem bem. Sobre adotar uma nova criança, não sabe ainda se quer, pois tem muito medo de passar por esse processo novamente. Ao longo da entrevista, apresenta em vários momentos sinais de que estava refletindo sobre a experiência vivida somente naquele momento, analisando inclusive a relação com a criança mais a fundo, além de compreender o porquê das reações da criança.

Como sugestões para a adaptação de crianças indica um tempo maior para o período de convivência, cursos teóricos, encontro de famílias que adotaram e também aquelas que desistiram, bem como a preparação da criança a ser adotada.

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO QUE FOI COLHIDO

“A adoção não é uma ação isolada e unilateral nas suas consequências. Sua função reestruturadora torna-se mais profunda do que a própria geração biológica, porque é uma interferência consciente, psicológica e social, em tantos quantos nela estejam envolvidos.”

(Luiz Schettini Filho)

Neste capítulo, os dados coletados e apresentados na seção anterior serão analisados. De acordo com Minayo (2012),

[...] na análise, o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados buscando as relações, entre as partes que foram decompostas e, por último, na interpretação, [...] buscam-se os sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado (MINAYO, 2012, p. 80).

Numa perspectiva qualitativa, o que é primordial é investigar o conjunto das opiniões sobre um tema, ao invés de contar essas opiniões (MINAYO, 2010). A expressão verbal dos participantes se torna indispensável para a compreensão de um problema e a análise dos enunciados procura entender as entrelinhas do discurso (SEVERINO, 2008). A Análise Temática (MINAYO, 2002) está relacionada à noção de tema, o que implica uma afirmação sobre determinado assunto, que pode ser representado através de uma palavra, frase ou resumo.

Na presente pesquisa, de caráter exploratório e com base em estudo de caso, a experiência de mães que devolveram a criança ou adolescente adotado foi observada, em alguns casos, de forma indireta, posto que o relato de tal vivência partiu da perspectiva de pessoas que tiveram contato com elas.

As informações a seguir serão dispostas de acordo com as fases que constituem um processo de adoção que culmina em devolução da criança. Primeiramente, será analisado o conjunto dos casos publicados, apresentados no capítulo anterior, e, em seguida, a entrevista feita com a participante, cuja síntese também foi apresentada. A análise da entrevista será realizada separadamente, objetivando um estudo mais aprofundado.

Para a análise, a partir da transcrição, o conteúdo foi selecionado e agrupado por eixos temáticos, assim descritos: os contextos familiares, a experiência da adoção, a relação mãe-

criança, a devolução da criança e as direções futuras nas trajetórias das participantes. Desse modo, foram selecionadas falas representativas para o estudo, salientando-se que essas falas foram sintetizadas pela pesquisadora, mas foi mantida ao máximo a originalidade dos trechos. Por motivos óbvios, foram encontradas mais falas nos casos descritos pelas próprias mães. Naqueles descritos por terceiros, foram disponibilizadas pequenas falas das mães envolvidas.

## 6.1 OS CASOS PUBLICADOS

### 6.1.1 Os contextos familiares

Da amostra de dezessete casos consultados, catorze mulheres foram declaradas casadas e quanto a três não consta essa informação. Em relação à presença de filhos biológicos, sete já são mães biológicas, outras sete não possuem filhos, e para quatro não há esse dado.

### 6.1.2 A experiência da adoção

#### 6.1.2.1 A tomada de decisão de adotar uma criança

Alguns relatos dos casos informam as razões que levaram as mães a decidirem pela adoção de crianças. Entre aquelas mães que não possuem filhos biológicos, a infertilidade é uma das razões apresentadas para a decisão: “Tenho 30 anos, nenhum problema real, mas não engravidado de jeito nenhum. [...] E resolvi partir para a adoção.” (B2)

Outras razões apontadas por essas mães são a vontade de mudar a rotina do casal e fazer uma boa ação. Entre aquelas mães que já tinham filhos ao decidir adotar, uma afirmou ter resolvido adotar por não poder ter mais filhos, outra, porque os filhos já estavam adultos.

#### 6.1.2.2 A busca pelo filho biológico

Daquelas mães que afirmaram ter buscado a adoção por conta da infertilidade, duas disseram ter-se submetido a tratamentos:

*[...] fui parar na UTI por causa de tratamentos... (B2)*

*[...] sou casada há 14 anos e estou tentando engravidar há 12 anos. (B3)*

### 6.1.2.3 Perfil escolhido para o filho adotivo – a adoção tardia

Em se tratando de adoção tardia, os critérios de escolha para a criança adotada estabelecidos pelas mães se centralizaram na questão da saúde da criança:

*[...] quando fizemos o nosso cadastro a nossa única exigência seria que fosse uma criança saudável. (B5)*

*Depois de muita conversa, decidimos pela adoção de uma criança de zero a nove anos, sem nenhum tipo de doença, sem ser filhos de pais HIV positivos e nem usuários de drogas, ou seja, um perfil bem abrangente. Tínhamos total noção da idade, mas para meu marido e eu o importante era sermos pais. Na escolha do perfil, falamos do nosso desejo de uma criança que gostasse de estudar, de ler e fosse calma, de acordo com nosso estilo de vida - isso era um desejo extra, mas não importava 100%.. (B2)*

### 6.1.2.4 O processo no Judiciário – trâmites legais

Em referência aos trâmites legais para a adoção, as mães teceram alguns comentários, a exemplo da importância de se fazer a adoção pelo Judiciário:

*Há 2 meses adotamos (meu marido e eu) um menino de nove anos (tudo da forma correta, via fórum), quer dizer, estamos com a guarda provisória dele. (B2)*

Também surgiram queixas sobre a condução do Judiciário durante o período de aproximação com a criança: “[...] e mesmo sabendo dos cursos que fizemos que tínhamos o direito de conhecer o histórico da criança, não pudemos ver nada [...]” (B2)

Sobre a importância de se respeitar todas as etapas, sem se deixar levar pela ansiedade natural dessa experiência da adoção e da espera pelo filho adotivo:

*[...] pulei aquela fase de adaptação, desde o primeiro dia que fui vê-lo eu o levei para casa e não precisei mais devolvê-lo no abrigo [...] outra dica é que não pulem nenhuma fase, pois é muito importante, se eu tivesse passado por esta fase teria visto todos os probleminhas e teria tido a opção de me preparar psicologicamente para recebê-lo. (B5)*

### 6.1.2.5 Aguardando o filho adotivo

O processo legal de uma adoção tardia é sabidamente mais breve que o das adoções de crianças menores, em vista do número de crianças que aguardam tardiamente a inserção em famílias substitutas<sup>31</sup>. Esse fato é constatado nesse comentário: “Depois de uns três meses da habilitação, recebemos uma ligação. Depois de umas semanas recebemos a guarda provisória dele...” (B2)

Neste outro caso, o processo ganhou celeridade, após mudança do perfil da criança: “[...] eu entrei para fila de adoção em 2012 e nós queríamos adotar crianças de zero a dois anos. Em abril/2013 adotei um menino de sete anos.” (B3)

Nesta fala, uma mãe comenta sobre como é difícil o momento da espera pelo filho adotivo e aconselha outras mães a terem cautela neste momento:

*eu sei que a espera é terrível e nos traz muita ansiedade mas vão com calma... só depois que saber que está tudo dentro do seu perfil - e não tente aceitar coisas além do que você pode pela pressa de ter o seu filho em casa [...] - se apegue a criança e a leve para casa! (B2)*

## 6.1.3 A relação mãe-criança

### 6.1.3.1 A aproximação com a criança – o conhecer

Uma das mães descreve um encantamento inicial pela criança: “Desejamos conhecê-lo e quando chegamos no abrigo... foi paixão à primeira vista...” (B2)

### 6.1.3.2 A chegada da criança na família – o estágio de convivência

Os problemas que surgem com a convivência:

*Na primeira semana dele em casa, ele já começou a se comportar de modo estranho. [...] Quando chegou em casa, ficou tudo bem mais depois de uns 15 dias ele se tornou horrível... quando damos bronca nele, ele olha com uma cara de ódio [...] Sinceramente não sabemos o que fazer... Achamos que ele não chegou por acaso até nós... que Deus nos enviou ele por algum motivo, mas nossa vida está virando um inferno e o que deveria ser bacana está assustador... [...] Desde que pensamos em adoção, tivemos a certeza que*

---

<sup>31</sup> Segundo dados do CNA.

*queríamos uma criança maior e que jamais a devolveríamos, acontecesse o que fosse... Mas a barra está pesada demais! [...] Conversei com ele, tentei mudar o jeito de ensinar, mas nada deu certo! Estou literalmente no fundo do poço e sem saber o que fazer... (B2)*

*Eu confesso que me arrependi de ter adotado minha filha. Nunca deveria ter adotado uma criança maior cheia de problemas, confesso que não estava preparada para tantos desafios. [...] Não sei mais que atitude tomar, ela faz coisas inacreditáveis, nunca sorri. (B1)*

*[...] quando a situação estava insustentável, aí disse todas as regras que havia na nossa casa, e que se ele quisesse ficar ali comigo, pois nós queríamos ficar com ele, ele deveria seguir aquelas regras. [...] A fase de adaptação dele não está sendo fácil, mas já está bem melhor do que os primeiros dias... eu não só pensei em devolver, como cheguei a ligar para o promotor e dizer que o devolveria... (B5)*

*[...] ele estava com nove anos e veio junto com a irmã de dois meses...no começo estava tudo bem, mas depois ele ficou agressivo... tive que devolver ele e a irmã... (B4)*

### 6.1.3.3 Rede de apoio familiar

A respeito da aceitação e ajuda vinda do círculo parental ou da falta delas, poucas referências:

*Estamos levando na esperança que isso melhore, mas está chegando um ponto que ninguém mais da família quer ele por perto e todos acham que temos que nos livrar dele o mais rápido possível... (B2)*

*[...] eu e meu esposo também pensamos em devolução, pois como trabalhamos os dois e precisamos deixar com a minha mãe, não tínhamos o tempo necessário para dispensar a uma criança especial (B5)*

## 6.1.4 A devolução da criança – o processo de tomada de decisão

### 6.1.4.1 As razões expressas para a devolução

Os motivos que conduziram à devolução, declarados pelas mães, estão relacionados, em sua maioria, aos comportamentos apresentados pelas crianças:

*[...] era agressivo, mentia e não queria respeitar ninguém, só fazia o que queria. (B3)*

*[...] Mas logo nos primeiros dias, ela e minha filha começaram a brigar. Uma pegava a roupa da outra, misturavam os brinquedos, era uma confusão em casa. [...] No dia em que a minha filha adotiva bateu na minha filha biológica, percebi que não conseguiria levar a adoção até o fim e a devolvi ao abrigo. (A1)*

*Não conseguimos... Após algumas semanas tivemos a dimensão dos problemas que carregavam<sup>32</sup>. Achamos que seria demais para nós. (A2)*

*Não aguento mais. Ele desobedece, falta na escola. (A4)*

*é mal-educada, não obedece, não tem higiene com seu próprio corpo, só gosta de ficar na rua com pessoas que não são de boa índole e principalmente homens. [...] sem contar que a mesma está fazendo um inferno na vida de minha mãe. (A10)<sup>33</sup>*

*Mau comportamento, comportamento rebelde. (A9)*

*[...] me entregaram um menino de 9 anos [...] com graves transtornos de comportamento. (B2)*

A atribuição dos problemas apresentados pela criança à origem da mesma, surge neste comentário:

*Até que comecei a pensar que ela podia ter herdado um temperamento ruim dos pais biológicos. Quando tive esse pensamento, entendi que tinha sido um erro. (A1)*

A expectativa de amor e gratidão da criança, bem como uma idealização do filho adotivo aparece nesta fala: “Eu tinha uma ideia ingênua de que a criança seria grata a mim, de que seria doce, meiga, que ficaria feliz por ter finalmente uma casa.” (A1)

A desistência da criança em virtude de problemas de saúde, dos quais a mãe afirmava não ter conhecimento, foi a razão apresentada para a devolução no caso a seguir: “[...] ela tem um problema de saúde (epilepsia) que não me falaram.” Contudo, foi constatado pelo Judiciário que essa pretendente não falou a verdade, já que havia sido informada sobre a doença da criança. Diante disso, ela declara que, inicialmente, não pretendia adotar uma criança de oito anos, mas aceitou porque correspondia à idade do filho que ela teria tido de forma natural, se pudesse. Fica claramente evidenciada uma situação conflituosa na decisão de adotar dessa pretendente, indicando que a sua infertilidade ainda não foi devidamente aceita por ela. (A7)

Neste outro caso, a brevidade do processo adotivo foi a causa atribuída para a decisão acerca da devolução da criança: “Deu errado, foi muito rápido...” (A8)

<sup>32</sup> Essa pretendente adotou duas filhas.

<sup>33</sup> Este relato é de uma filha, cuja mãe adotou uma criança. Essa filha buscou, junto ao Judiciário, a possibilidade de devolução da criança. O comentário foi utilizado como exemplo por ser relevante ao estudo, entretanto, entende-se que pode não refletir o pensamento da mãe.

#### 6.1.4.2 Os sentimentos ambivalentes

O discurso das mães, em vários momentos, evidencia a presença de tensão. Dessa forma, é permeado de ambivalências, indicando o quanto a maternidade adotiva não está bem resolvida para elas. Uma das mães chega a se dizer envergonhada do processo de devolução, mas não acredita que conseguiria continuar com a menina que adotou em casa, muito menos tratá-la realmente como uma filha, sem a distinção entre filho biológico e adotado (A1). Outras se questionam sobre a devolução:

*Cheguei a pensar que eu não sabia ser mãe. Mas quando adotei a minha segunda filha foi paixão à primeira vista, ela é a coisa mais importante da minha vida meu mundo. Fico triste porque amo as duas, mas a primeira nunca me deixou aproximar, ela só diz que não quer ser minha filha. Sei que deveria saber lidar com a rejeição dela, mas não consigo porque ela afronta diariamente, diferente da outra. Não sei mais o que fazer para que nosso convívio melhore. (B1)*

*Olha, não quero devolvê-lo (do fundo do meu coração), mas não estou vendo outra saída [...] Não o vejo mais como filho [...] só sinto raiva e pena dele... (B2)*

*E agora não sei o que fazer... se insistimos nessa situação ou colocamos um ponto final agora. (B2)*

Após a decisão tomada, comentam:

*[...] sofri muito, pois já o levava em psicólogas e queria ficar com ele, pois ele já havia sido devolvido [...] mas minha filha ficou com medo, e aí não deu mais [...] é muito triste [...] a gente se sente impotente... (B4)*

*Vai passar querida, essa dor passa (obviamente ficará sempre uma cicatriz mas melhora bastante) ... Fui mãe durante 3 meses – não tenho filhos biológicos – e depois ficou aquele vazio em casa e um buraco negro no meu coração... mas já estou melhor!!! (B2)*

*[...] também tive uma adoção que não deu certo... foi muito triste devolver... (B4)*

*tivemos que levá-lo até lá, entregar... Sofremos muito... chorei muito... foi horrível... (B2)*

*Não queria entregá-lo de jeito nenhum, mas agora vejo que esta era a única maneira de ter tranquilidade na minha vida... (B2)*

*A separação foi difícil, tivemos que levá-lo até o abrigo [...] choramos muito [...] E te falo sinceramente: dói muito, mas depois passa [...] a gente percebe que foi o melhor a fazer... (B2)*

Para algumas, os sentimentos ambivalentes as fazem atribuir a decisão a outras pessoas:



*[...] foi então que a psicóloga me chamou novamente e eu expus tudo isso, então ela me disse que pelo transtorno que isto está me causando, correndo o risco até de perder o meu emprego, ela achava que não estava sendo bom pra mim e nem pra ele. Foi quando ela disse que deveria devolvê-lo, pois ela entraria com o pedido para retirá-lo e como isto pode vir a demorar, ela achava que eu já deveria devolvê-lo para não sofrer mais. (B5)*

São construídas explicações para a decisão tomada:

*Muita gente critica, dizendo e se fosse filho biológico [...] mas quer saber, não é! Nós abrimos mão de querer um bebê por n motivos (e se todo mundo que criticasse optasse por adoção tardia, não teria mais nenhuma criança nos abrigos) então temos o direito de optarmos por um perfil que seja adequado a nossa situação [...] e as nossas possibilidades e merecemos respeito tanto do fórum quanto das pessoas. (B2)*

*No meu caso, tive que ouvir da psicóloga do fórum que não prestava para ser mãe porque trabalhava, que eu não podia implicar e educar o menino e daí para pior [...] me senti um lixo como pessoa e como mãe (mas olha, fiz tudo pelo menino enquanto estava comigo e não sinto um pingo de culpa). (B2)*

*[...] antes eu tinha uma reação muito ruim referente à devolução e segundo sempre soube a culpa sempre foi dos pais [...] mas agora sei que não é assim... [...] pais que devolvem ou são obrigados a fazê-lo amaram e ainda amam seus filhos plenamente e fizeram de tudo por ele, tentaram de tudo... só que a criança ou a situação de alguma maneira não contribuiu com o sucesso da adoção. (B2)*

Esta adotante não consegue concretizar a devolução:

*Infelizmente a minha adoção não deu certo [...] É muito difícil, na verdade, está sendo muito difícil pra toda minha família. Ainda nesta semana vou levá-lo de volta ao abrigo. (B5)*

*Vocês acreditam que cheguei a agendar tudo com o promotor e na hora H não tivemos coragem... NÃO FOMOS... Ele ainda está conosco. (B5)*

*quanto ao sentimento de devolvê-lo, este me assombra desde que ele chegou... o tempo foi passando e dificultando cada vez mais. Erro meu... Minha culpa. Pois sei que não deveria ter levado esta adoção adiante... (B5)*

*[...] cada dia que se passa eu entro em maior desespero. Não me imagino deixando ele no abrigo e voltando sem ele. COMO É DIFÍCIL!!! (B5)*

*às vezes fico pensando se sou somente eu que tive e continuo tendo MUIIIITOSS problemas com a criança adotada... O QUE FIZ DE TÃO ERRADO???? Hoje por exemplo, minha vontade era de pegar ele e DEVOLVER, literalmente. E confesso que isto já aconteceu diversas vezes desde que ele chegou... NÃO AGUENTO MAIS!!! (B5)*

Aquelas que já passaram pela experiência de devolução aconselham as que pretendem adotar:

*É difícil, mas é melhor manter a razão durante o processo de adoção para não se decepcionar muito caso as coisas saiam erradas. (B2)*

### **6.1.5 Decisões e direcionamentos futuros**

Após a experiência da adoção e subsequente devolução da criança adotada, foram manifestadas algumas orientações futuras de vida:

*[...] mas na verdade depois de toda esta experiência negativa, eu prefiro não adotar mais. Quero que tirem meu nome do CNA acho que esta experiência foi muito traumática pra ele e para nós. Por isto a decisão de não adotar mais. (B5)*

*[...] não desisti de adotar uma criança, continuo na fila e em setembro vou ao médico para começar o tratamento de fertilização in vitro. (B3)*

*tivemos um trauma muito grande e acabamos suspendendo nossa habilitação por 1 ano (e nosso sonho de ter um filho), para digerir tudo isso que aconteceu. (B2)*

## **6.2 O CASO ANA**

### **6.2.1 Contexto familiar da participante**

A participante deste estudo, nomeada Ana, 45 anos de idade, é casada, sem filhos biológicos. Seu marido possui uma filha de 21 anos de idade, nascida de um relacionamento anterior. A respeito da sua família extensa, diz:

*[...] minha família é bem pequena... eu tenho minha mãe e meu irmão. Minha família, tios, primos, é muito grande, mas a família, mãe, pai, meu pai é falecido, e... eu tive dois irmãos. Na verdade, três, mas como eu não conheci um que já faleceu também, dois... um outro faleceu já tem mais de vinte anos. Meu pai faleceu também tem vinte e cinco anos, então eu tenho minha mãe e meu irmão.*

## 6.2.2 A experiência da adoção

### 6.2.2.1 A tomada de decisão para a adoção de uma criança

A respeito de querer adotar uma criança, a participante declara que nunca teve vontade de ter filhos biológicos, pois sempre achou que dava muito trabalho e era uma tarefa da qual ela não conseguiria dar conta: “Na verdade, eu não tinha vontade de ter filhos, achava que ter uma criança pequena era muito trabalho, muita coisa, que eu não ia conseguir administrar tudo”. Sobre a sua decisão por uma adoção tardia, relata: “[...] aí eu pensei assim, adotar uma criança já maiorzinha, achando eu que o trabalho ia ser menor... Uma adoção tardia”.

Complementa com o seu pensamento sobre a maternidade adotiva:

*Eu enxergo (a adoção) como uma maternidade. Só é diferente porque eu pensava em adotar já em outra fase, já maior, já passou por aquela fase inicial, de bebê, dá mais trabalho... mas que é uma fase maravilhosa... Eu acho...*

### 6.2.2.2 A busca pelo filho biológico

A participante afirma que nunca quis ser mãe biológica, ressaltando não haver problema de saúde que a impeça de engravidar: “[...] até então eu nunca tive problemas em ter filhos, eu realmente não quis. Não pretendia.”

Entretanto, sua fala denota uma ambivalência nessa afirmação, levando a indícios de uma decisão conflituosa:

*A gente vai adiando, aí eu não quis mais, e depois dessa idade você tem os riscos de uma gravidez... esse risco realmente é muito complicado, pela questão da idade. Mas você tem que tá muito preparada, pra você abrir mão de outras coisas também. De muitas coisas. Aí eu realmente não quis me dedicar. Mas eu também não tenho vontade...*

### 6.2.2.3 Perfil escolhido para o filho adotivo

Ana informa que quando decidiu adotar uma criança não pensou em muitos critérios para a escolha: “[...] eu não coloquei muito pré-requisito porque não tinha muita coisa. Realmente eu só não queria uma criança muito pequena...”

#### 6.2.2.4 O processo legal para a adoção

A participante se refere à tramitação da adoção de forma tranquila, não se referindo a qualquer contratempo: “[...] eu fiz todo o processo... conversei antes com meu marido, ele concordou, fizemos juntos. A gente quis fazer juntos.”

Sobre a preparação para a adoção, destinada aos pretendentes à adoção e disponibilizada pela equipe técnica da Vara da Infância e Juventude, Ana afirma não se recordar completamente das atividades que foram desenvolvidas:

*[...] no juizado, eu acho que eu tive algumas entrevistas com a psicóloga... eu não me lembro de ter feito curso... Não me lembro. Mas que eu tive consultas eu me lembro, com a psicóloga do juizado. Isso eu me lembro. Acho que falava no assunto geral da adoção. Pelo fato de isso já ter um tempo que aconteceu, a preparação em si, eu não lembro... Eu tive várias vezes lá (na Vara), mas eu não me lembro mesmo; se eu te dissesse que eu me lembro de uma entrevista... eu não me lembro.*

A participante também não recorda há quanto tempo ocorreu esse evento em sua vida:

*Não sei... acho que seis anos não tem, deve ter uns quatro, eu não lembro... eu realmente não consigo, mas eu devo ter alguma coisa (documento) que tem essa informação de data.*

Ao tentar retomar lembranças do processo de adoção e das orientações fornecidas pelos profissionais da Vara da Infância e Juventude, Ana se refere à importância da troca de experiências entre aquelas pessoas que pretendem adotar, em especial crianças mais velhas e adolescentes. Afirma não ter tido nenhum contato nesse sentido:

*Ajuda mais se você tem um contato, troca experiências... Acho sim. Que pode ser, realmente. Faz sentido. Trocar experiências com pessoas. Talvez seja necessário fazer um trabalho mais aprofundado nessas questões, porque realmente não é uma coisa simples a adoção, principalmente, eu acho, da criança quando já tem uma idade maior...*

#### 6.2.2.5 Aguardando o filho adotivo

Sobre o tempo de espera pela chegada do filho adotivo, a participante declara que foi curto, mas não lembra exatamente quanto tempo esperou para conhecer a criança:

*Até que eu achei que não demorou muito... porque quanto mais tarde é mais fácil. Quanto maior a criança for... não é tão demorado assim porque a disponibilidade para crianças mais velhas é maior.*

### 6.2.3 A relação mãe-criança

#### 6.2.3.1 A aproximação com a criança – o conhecer

Ana comenta que gostou da criança desde o primeiro momento que a viu, apesar de ter sido apresentada a outra criança com um comportamento descrito como mais tranquilo:

*Então foi quando eu o conheci. Aí a gente fez algumas visitas, várias visitas, a gente ia uma vez por semana eu acho, mais ou menos, no abrigo. Ele já tinha um comportamento lá no abrigo, assim, bem arredio. Ele tinha seis anos. Bem arredio mesmo. Mas, por pouca experiência, a gente acha assim, que é porque está ali, mas a verdade é bem outra... É porque já vem dos traumas, já tem todo um processo que ele viveu... E tinha, na época, até outro menino lá, que tinha um comportamento totalmente diferente do dele, o menino era muito tranquilo... Era mais velho, acho que uns dois anos, acho que o menino tinha oito anos já. Mas só que eu gostei mais do primeiro menino, desse, entendeu? O que bateu mais... não tem essa coisa? Mas o outro menino ele tinha um comportamento bem mais tranquilo... até os profissionais do abrigo me disseram isso... também conversaram assim comigo, que o outro menino era uma pessoa mais tranquila, que ia ser mais fácil, pra mim, de lidar. Mas eu tive empatia com esse. E aí aconteceu tudo isso. Eu tive, assim, aquela empatia, simpatia, não sei. Gostei muito dele, muito mesmo, é um menino super... eu gostei dele, sabe quando você olha assim e que você gosta? A gente gostou. Meu esposo também gostou muito dele. Até aí tudo bem. Mas a gente pegou ele alguns finais de semana... Existiu assim, eu acho que mais ou menos uns três encontros do tipo que eu podia levar ele um sábado, um domingo de manhã, e trazia, eu não lembro bem, e trazia ele de tarde ou à noite... Eu acho que o final de semana... eu acho que podia, eu pegava sábado e devolvia no domingo, final de semana. Mas, o final de semana... foi muito tranquilo os finais de semana. Foram finais de semana ótimos. Acho que ele encarava aquilo ali como um passeio. Como um passeio. Como um passeio. E aí depois... Que ele viu que era definitivo... Começou a testar. A testar.*

Sobre as informações acerca da família de origem da criança, a entrevistada declara que tomou conhecimento do histórico e afirma ter recebido tudo com naturalidade, nada a surpreendeu:

*Que, na verdade, essas informações, é o que é a maioria, das crianças que estão ali... não é muito diferente das informações de cada um que está ali dentro... tem uma história, mas as histórias em si elas não são muito distantes umas das outras... São histórias de quê? De violência, de abandono... Então não são histórias muito diferentes... a maioria dessas crianças, elas têm a*

*mesma história. A maioria tem a mesma história, infelizmente... Eu sei que a mãe dele usava muita droga e que deixava ele à toa, e que ele vivia com a avó, e foi a avó, se eu não me engano, que deu ele para adoção, porque a mãe era uma andante, uma pessoa de rua que vivia drogada, usava muito crack...*

### 6.2.3.2 A chegada da criança na família – o estágio de convivência

Em relação ao período do estágio de convivência, a participante descreve os episódios envolvendo o comportamento apresentado pela criança como um evento mobilizador para ela. Como já descrito na síntese dos casos, apresentada no capítulo anterior, a devolução da criança, neste caso, ocorreu durante o estágio de convivência. Ana afirma que, provavelmente, o motivo mais imediato para a devolução foi o medo de acontecer algo mais grave e ela ser responsabilizada. Importante salientar, neste evento, a falta de preparo e de apoio revelado pela escola que a participante buscou para a criança:

*[...] talvez tenha sido pra ele também difícil a mudança... mas quando foi pra ele vir pra casa, quando a gente trouxe ele, se transformou. Ele começou a ficar, assim, muito agressivo dentro de casa. Esses trinta dias, você não tem noção, foram trinta dias pra mim bem difíceis. Muito difíceis. Foi muito difícil. Eu fiquei até com medo de acontecer algo mais grave... eu acho que aconteceu mais a devolução até por isso, eu fiquei com medo de acontecer alguma coisa e eu ficava sendo responsabilizada, entendeu? Assim... por alguma coisa que acontecesse com ele. Ele ficou muito agressivo, a gente não entendeu o porquê. Sabe?... Ficou, assim, rebelde, sabe o que é um rebelde sem causa? Porque a gente na época fez tudo, eu arrumei o quartinho pra ele, comprei muitas roupas, comprei brinquedos, a gente saía nesse período. Eu peguei um afastamento fiquei uns dias em casa... e aí fiz o quê? Na época matriculei ele numa escola... comprei todo o material, farda... uma escolinha particular lá onde eu morava. No primeiro dia de aula ele pegou uma cadeira pra jogar num menino, disse que ele queria bater na professora, que foi um horror... tocou o terror como diz o ditado, tocou o terror na escola. Imagine, no primeiro dia de aula... A diretora da escola já me chamou, pra dizer que não tinha condições de aceitar... foi toda uma história. Olhe, foi um período que eu não acreditei que estava acontecendo tudo aquilo comigo. “Eu, meu Deus, por quê?”, a gente se pergunta assim. Mas eu passei momentos assim, meu Deus do céu... Até pra tomar banho ele ficava “Não vou tomar banho. Não vou tomar banho.”, não sei... Eu não sei se ele ficou assim, acho que ele ficou muito tempo dentro do abrigo e de repente quando ele saiu... tudo muito novo pra ele... Mas isso tudo você só pensa depois, porque na hora que você tá vivendo aquilo ali você não sabe nem pra onde você vai...*

Sobre esse comportamento do menino, a participante entende não ser uma particularidade de crianças com o seu histórico, manifestando-se contrária à ideia popular de que seja esperada essa conduta em todas as crianças adotadas:

*Eu penso que toda criança pode dar trabalho, porque é o que eu vejo hoje... Seja adotiva seja biológica, tanto faz, isso não faz diferença nenhuma, porque os filhos hoje eles não respeitam mesmo mais os pais, eles têm tudo dentro de casa, é o pai biológico que dá e mesmo assim eles não valorizam, não respeitam, não obedecem. Então, isso aí independe de adotado ou de não adotado e que talvez o adotado vai valorizar muito mais até. Eu tenho isso na minha cabeça, entendeu? Assim, o que aconteceu foi pontual, porque ele já tinha esse problema. Então foi uma casualidade, eu não acho que foi uma coisa que vai acontecer com todas as crianças adotadas... não, eu não penso isso, eu realmente desisti porque abalou muito meu psicológico e eu não me senti mais preparada pra enfrentar novamente a situação. Não que com outro seria a mesma situação, não acredito nisso, eu acredito que vai ser, com certeza, vai ser até diferente.*

Ana descreve a sua experiência com a criança, ressaltando, a todo momento, o fato de entender que o tempo determinado pelo Judiciário para o estágio de convivência foi muito restrito para uma adaptação família-criança. Desse modo, ela atribui, principalmente, à duração desse estágio de convivência, as dificuldades na adoção à qual foi pretendente:

*Então, a gente fez todo o processo e quando chegou no período de convivência dentro da família, que a gente traz a criança e que a justiça dá trinta dias pra você, que eu acho um período muito curto... sinceramente, esse período de trinta dias ele não existe, isso me deixou muito frustrada também.... Esse tempo... que eles estipulam pra você ficar com a criança é muito curto. Eu entendo que deveria existir uma forma, tem que existir uma forma de ser um tempo maior. É o tempo de adaptação! Trinta dias? Pra uma criança de seis anos se adaptar... Como fazer essa inserção, como aumentar esse prazo, não sei. Trinta dias. E depois... “O que será de nós dois...[MUSICADO]”...*

A entrevistada afirma que não questionou esse tempo junto ao Judiciário, visto que considerou ser uma decisão padrão:

*[...] porque eu já tive um documento, eu recebi esse documento com uma guarda provisória... inclusive, essa questão desse prazo tem a ver com a licença maternidade que você tem. É o documento de guarda (provisória). Depois daquela guarda você já registra a criança.*

Ana se refere à necessidade de que a criança também seja preparada para o processo da adoção e para o estágio de convivência:

*Eu sei também que é complicado pra a criança, ela se acostumar ali, mas também tem que ter alguém trabalhando do lado de lá e dizendo assim pra ela “Você tá indo pra passar um tempo, pra passar uma semana...”. Eu não sei...*

### 6.2.3.3 A rede de apoio familiar

Em referência à aceitação da família quanto à adoção e necessário apoio no cuidar da criança, a participante relata não ter encontrado essa disponibilidade da sua família:

*Minha mãe, ela não se envolve nunca. Diz assim: “É isso que você quer?...”, claro que ela não concordava. “É isso que você quer? Com a adoção, ela achava que eu tinha que ter o filho (biológico), que a maioria acha isso também. Dizem: “Pra que você vai adotar?...”, a mãe do meu marido achava a mesma coisa. Aí todo mundo era do contra na verdade. Não se envolve, deixa você falar, fazer, mas acha que você não deve fazer. Mas aí eu fiz. Encontrei esse bloqueio na família... Mas, meu marido me ajudou no que ele pôde me ajudar, mas também quando ele viu essas dificuldades ele também achou que a gente não deveria levar adiante o processo. Ele achou que a gente não deveria levar à frente. A gente ficou inseguro, na verdade.*

Ainda sobre a rede de apoio, Ana comenta sobre não poder contar com essa, atribuindo a essa carência de apoio familiar a sua decisão de ter um filho ou não, o que dá indícios de presença de ambivalência nessa decisão:

*[...] ainda bem que tem essa opção de não ter filhos, porque é muito complicado; mas quem tem família é bom, quem tem uma irmã por perto. Que aí vai ajudar... Se eu tivesse uma família maior, que eu pudesse compartilhar mesmo, minha mãe fosse uma pessoa mais ativa, e dissesse “Ah, se você tiver um filho, eu ajudo...”, sabe? Eu teria tido um filho... mas eu vou te dizer, eu vou ter um filho pra quem cuidar, um menino pequeno, um bebê, quem vai cuidar? Pra eu pagar, botar numa creche, eu tenho medo. Imagine? Tem que ter muito dinheiro pra você botar numa creche boa...*

## 6.2.4 A devolução da criança – o processo de tomada de decisão

### 6.2.4.1 As razões expressas para a devolução

Quanto aos eventos que resultaram na devolução da criança adotada, a participante revela:

*[...] pra mim foi mais difícil, por conta dos problemas da própria criança. Não sei, talvez se o menino não tivesse todos esses problemas, fosse uma coisa mais fácil, mas como existiu aí eu senti essa dificuldade, achei realmente o tempo curto; se fosse um tempo maior pra adaptação entre a gente, ele pudesse ficar... mas aí como é que a gente vai querer ver melhora? Não tinha como ver a melhora porque o tempo era muito curto... Porque eu acho que eu fui iludida... eu criei uma ilusão de que pelo fato da criança ser mais velha*



*tudo ia ser mais fácil... quando eu me vi naquela situação, eu disse, “Meu Deus, eu não vou conseguir resolver esse problema”. Na época ele estava bem arredio, muito arredio, muito arredio, muito arredio. E eu fiquei muito preocupada... no primeiro dia de aula ele jogou uma cadeira numa criança... E aí tudo isso me deixava assustada porque eu dizia assim “Meu Deus, daqui a pouco os vizinhos vão dizer que eu tô maltratando essa criança dentro de casa. Vai dizer que eu peguei o menino no abrigo pra maltratar”. Foi esse meu medo! Eu fiquei assim... eu entrei... eu fiquei... em pânico, eu fiquei desesperada, meu Deus do céu. Eram umas coisas bem simples, assim, sabe, do dia-a-dia, mas que eu não conseguia lidar. Não sei. Foi muito difícil mesmo. Eu passei uns dias que eu não imaginava. Não sei. Porque eu já tinha lidado com muitas crianças, com meu irmão, eu tive um irmão que ele tinha problemas mentais também, eu era mais velha que ele, eu tive muitas amigas com filhos, muita criança que eu cuidei, mas eu nunca me vi com uma criança, naquela idade, com aquele comportamento. Eu nunca tive essa experiência, então eu fiquei com medo. Foi muito chocante, eu fiquei com muito medo. Com muito medo mesmo. Eu disse “Poxa, daqui a pouco vai acontecer alguma coisa e eu vou ser responsabilizada judicialmente sem ter feito nada”. Eu fiquei preocupada com isso... Eu me acho muito cuidadosa, muito zelosa, mas eu disse não. Foi bem difícil, na primeira tentativa (de adoção), porque eu não queria, eu queria ainda insistir, mas a gente percebia era que o comportamento dele... parecia que a tendência era piorar e ele ficar mais rebelde... a gente ficava sem entender por quê.*

A entrevistada queixa-se, recorrentemente, do tempo disponibilizado pela Vara para o estágio de convivência da criança, assim como o período estipulado para a licença maternidade:

*Porque, dependendo de cada idade você tem um tempo de licença maternidade, então quanto maior a criança, menor a licença maternidade. Então são muitas coisas que não são levadas em consideração. E tem que ser levado em consideração porque existe todo um processo também econômico da família que vai adotar, que precisa trabalhar, que tem as obrigações pra cumprir como qualquer família, a que vai ter um bebê ou vai adotar. Então acho que isso não é levado muito em consideração. Talvez isso também atrapalhe um pouco. Eu acho... eu senti isso...*

Ao longo da narrativa, Ana demonstra estar refletindo sobre a sua relação com a criança, somente nesse momento, levantando hipóteses e desenvolvendo uma compreensão sobre o ocorrido. A despeito das expectativas acerca do convívio com a criança, relata:

*Eu achava que ia ser uma coisa bem mais tranquila. Eu não tinha noção de que ia ser tão difícil... claro que eu não achava que ele ia ser aquele menininho santinho porque eu já via que ele tinha um comportamento ativo. Ativo! De criança que é danada... Mas quando a gente se viu dentro de casa aí... que eu já fiquei... eu já tive medo, eu já não consegui lidar com aquilo ali. E eu acho que talvez a criança seja inteligente, ela percebe a fragilidade, ela deve perceber o ponto fraco... Eu acho que aconteceu isso. Eu acho que ele, muito inteligente, percebeu isso. Ele percebeu mesmo, a minha fragilidade... O comportamento dele comigo dentro de casa era... era um*

*negócio incrível, parecia que eu era a inimiga dele dentro de casa, quando ficava eu e ele dentro de casa sozinhos. Era um terror, ele tocava o terror mesmo. Ele não me obedecia em nada, eu nunca vi um negócio daquele não. Como eu disse, eu já lidei com muitas crianças, mas com ele foi um negócio diferente... Foi muito complicado. Foi bem complicado. Talvez pode ter sido a falta de preparo. A falta de preparo... não sei.*

A propósito do que podia ter sido diferente e poderia ter evitado o desfecho que o caso teve, a participante comenta e propõe ideias:

*Eu acho importante, também, a questão de cursos mais teóricos envolvendo até outras famílias que já adotaram... participando com relatos... Talvez pudesse melhorar, mas também acho que buscar uma forma de ampliar mais esse tempo com a criança iria ajudar. Talvez preparar melhor, também, a criança. Eu acho que não só os pais precisam ser preparados, mas eu acho que a própria criança precisa ser preparada. Talvez possa existir uma deficiência dentro do próprio abrigo, a gente não sabe como funciona, quantos profissionais tem... Isso é interessante, se pudesse ouvir relatos de outras pessoas que já adotaram... E também, inclusive, as próprias pessoas que devolveram. Ter esse contato e saber como foi a dificuldade, dito pelas próprias pessoas. Mas o ruim é que as pessoas não se disponibilizam pra esse assunto. Mas seria interessante se elas se disponibilizassem pra contar sua experiência ou talvez também, melhor ainda, as que tiveram uma experiência negativa e que tentaram novamente e tiveram uma experiência positiva...*

E a participante retoma a questão do tempo destinado ao estágio de convivência:

*É, eu só acho que o tempo... o tempo... eu acho que a guarda provisória poderia ser maior. A guarda provisória poderia ser maior. Eu acho. Tempo. Poderia ser maior. Se é pra adaptação, porque a guarda provisória é quando você tem ele já sob o seu poder... Então assim, trinta dias, depois daqueles trinta dias você já tem que fazer o processo de adoção, eu acho muito rápido... Eu acho que poderia ser um tempo maior pra você ter mais condição de adaptação. A guarda provisória... Só se já mudou, também não sei. Eu acho que é de trinta dias... após esse período já era pra consolidar a adoção...*

Sobre como comunicou à criança sua decisão de devolvê-la ao abrigo, Ana afirma não recordar muito bem de como tudo aconteceu. Essa situação de esquecimento, encontrada em vários momentos ao longo da entrevista, deixa transparecer como essa experiência foi traumática, e como ainda é motivo de forte tensão para ela. Salienta-se nesse trecho, também, o fato de o ato de devolver ter sido uma reincidência:

*Eu não me lembro se fui eu que comuniquei, se foi... eu não lembro... eu não lembro como foi, eu só lembro dele chorando, que ele não queria... Ele não queria ir. Eu cheguei a fazer isso, levei ele de volta uma vez e quando ele viu que ia ficar lá no abrigo, ele queria voltar, mas só que quando ele voltava o comportamento era o mesmo. Ele, claro, criança, não vai processar as coisas*

*como a gente. Com todo o histórico de violência, de tudo, coitado, realmente é muito difícil pra ele. Muito mais do que pra mim. Eu é que, talvez, não achei que ia me deparar com essa situação, e não soube administrar.*

A respeito da condução da equipe técnica neste processo de decisão pela devolução, relata:

*Eu me lembro que eu até cheguei a ligar pra o próprio juizado pra conversar, mas, é... eu acho que não foi suficiente pra mim no período... Meu Deus, eu não me lembro não muito, porque tem um tempinho... Eu acho que foi em 2010, ou 2011. Eu não lembro. Eu imagino que tenha mais ou menos uns... não sei se uns quatro anos, alguma coisa por aí. Mas eles fizeram um processo normal, eu me lembro que a psicóloga me chamou, conversou, inclusive, a pessoa que eu tratava em relação à adoção, que tá sempre em contato com você, acho que é assistente social, depois que a gente fez o processo da devolução, ela me disse que eu poderia continuar na fila se eu quisesse, que aquele procedimento ali era um procedimento normal de adaptação, que aquilo ali... sempre acontecia, que a criança vai e às vezes realmente a criança não se adapta, ou até os pais não se adaptam à criança e que é um procedimento normal, mas... que procedimento normal difícil, viu. É muito difícil. É muito difícil. Pra mim não tem nada de normal em você ter uma certeza de que você vai tirar aquela criança dali (do abrigo), que ela vai conviver com você, que você vai poder oferecer outra vida pra ela e que ela vai voltar novamente para aquele abrigo, sem família, sem uma perspectiva... pra mim não teve nada de normal isso...*

#### 6.2.4.2 Os sentimentos ambivalentes

A participante, no decorrer de toda a entrevista, apresentou vários momentos que podem exemplificar o conceito de ambivalência, descrito neste estudo. Neste trecho é retratada a dúvida quanto à adoção e a percepção quanto aos sentimentos da criança:

*Eu me senti muito perdida, “Meu Deus, será que eu fiz a coisa certa?(sobre a adoção) Eu acho que eu sofri muito e acho que ele sofreu mais ainda. Muito mesmo. Eu pensei: “Não, esse negócio não vai dar certo, como eu tenho esse prazo, o prazo de adaptação eu estou achando que ele não vai se adaptar, e se ele continuar assim? E se?”, aí um dia ele tentou pegar o ferro de passar roupa e jogar na televisão: “Não, não faça isso...”, consegui tomar. Aí ele fazia coisa assim que eu ficava “Meu Deus do céu...”, mas eu não entendia, mas depois eu conversando com outras pessoas é que eu fui amadurecer e pensei: “Poxa, não, realmente... pra ele que estava sendo até mais difícil do que pra mim. Mas...”*

Ana descreve o medo do que poderia acontecer e do julgamento por parte de outras pessoas:

*Você se sente pressionado. Você sabe que depois daqueles trinta dias ali nada vai mudar mais, você não vai poder voltar atrás. Aí você fica pressionado.*

*Porque eu me sentia assim, pressionada. “Poxa, depois que passar o tempo de convivência...”, registrou, acabou. Você vai pra homologar...*

*[...] eu tive medo, ele com esse comportamento agressivo, aí vai e acontece qualquer coisa, eu vou ser responsável, vai achar que eu tô maltratando a criança dentro de casa. Porque gritava “Ah... Não...”, eu dizia “Bora tomar banho”, aí ele já começava a fazer aquele show, aquele negócio, eu ficava toda insegura, porque ficava preocupada. “Ah, porque não é filho”, podiam dizer. Porque não é filho.*

No discurso da participante, surgem representações do sentimento de culpa:

*Foi tudo muito sofrido. E eu ficava pensando nele esse tempo todo... Pra mim foi melhor agora porque a psicóloga do abrigo me ligou, disse que ele está com outra família... aí eu fiquei muito mais tranquila, porque pra mim foi muito difícil.*

*Tive muitas vezes vontade de saber notícias dele. Não fiz porque... não ia ser bom pra ele. Não ia ser saudável pra ele, então a gente tem que pensar na pessoa mais do que na gente, na nossa vontade, mas foi um período muito difícil pra mim. Engraçado que foi um tempo tão curto... Entre o conhecimento e... e tudo, eu não sei se durou três ou quatro meses...*

*[...] ah, eu pensava tanta coisa, eu pensava “Meu Deus, se eu encontrar com ele na rua?”. Ah, eu pensava um monte de besteira. Mas ainda bem que ele tá bem. Pra mim, eu fiquei aliviada em saber que ele tá bem, que tá com família, e com fé em Deus que ele vai ser uma pessoa bem melhor...*

*A gente fica se sentindo culpada porque a gente acha que poderia ter tentado, ter tido mais paciência, ter tido... mas sei lá, nem sei, nem sei explicar direito, eu acho que eu tive foi muito medo mesmo. Depois, você se sente tão arrependida de achar que você fez um mal também para aquela criança... porque de qualquer forma, por mais que ela tivesse todo aquele comportamento, mas ela também cria expectativa. E pra mim essa é a pior parte... É também criar essa expectativa na criança. Mas... no final, eu desisti do processo, mas... não queria ter desistido. No fundo, eu acho assim, eu tenho vontade ainda, mas eu tenho medo. Medo de passar por esse processo novamente. É isso.*

*[...] com esse negócio na cabeça, pensando, eu acho que eu fiquei um ano com isso, o tempo todo. Foi muito horrível. Porque você se sente, meu Deus do céu, quando eu me lembrava dele, chorando na devolução, porque ele chorou, quem disse que ele queria ir? Você se sente como culpada. Sentimento de culpa... por ter causado aquele sofrimento pra ele... Então eu me senti muito culpada. Muito culpada. Muito.*

Sobre a dúvida a respeito de uma nova adoção:

*Na verdade, quando eu fui fazer o processo eu não tinha dúvida, estava muito decidida. Eu não tinha dúvida do que eu queria. A dúvida veio depois do que aconteceu. Então hoje eu tenho a dúvida, mas a dúvida seria nesse sentido real... talvez seja até uma besteira minha porque não acredito que vai acontecer novamente a mesma coisa. Mas... Então eu prefiro... deixar como tá. Prefiro.*

Ao tentar encontrar justificativas para a decisão de devolver a criança, relata:

*Acho que fui imatura na época, de não saber lidar com a situação, eu não sei o que é que aconteceu no período, acho que foi muita coisa de uma vez só, foi tudo muito rápido, isso aí eu sei, que foi muito rápido.*

*Também fiquei arrependida de ter devolvido ele. Aí eu me arrependi, não vou mentir. Se as coisas tivessem sido melhores, ou eu tivesse esperado mais um pouco... São aqueles questionamentos: “É, mas um filho você não devolve”, mas existe a diferença do tempo de convivência, é diferente. É uma pessoa que você conheceu ali, agora.*

### 6.2.5 Decisões e direcionamentos futuros

A participante, em sua fala, aponta algumas direções para o seu futuro, após a experiência vivenciada, indicando mudanças em posições antes definidas. Essas transformações sugerem a ocorrência de uma ruptura na trajetória de vida da participante desta pesquisa, o que poderá conduzir ao surgimento de um novo momento:

*Não continuei na fila da adoção. Porque eu fiquei com o meu psicológico muito abalado. Imagina se eu ia estar preparada pra ela me ligar e dizer assim “Ó, tem outro...”, não tinha condições psicológicas de fazer novamente... não é um boneco, é uma criança... Então não dá pra você tirar um e colocar outro no lugar...*

*Eu acho que talvez eu não esteja preparada, ainda, pra ser mãe, apesar da minha idade.*

*Mas posso voltar atrás... Eu acredito que talvez sim. Não agora... Com certeza não foi uma decisão definitiva (a de desistir da adoção). Não foi. Não foi, não. Mas é uma coisa que eu tenho que amadurecer. Está adiada, descartada, não. Quem sabe daqui a uns cinco anos?*

*[...] com certeza agora é uma coisa a longo prazo, nada a curto prazo, uma coisa dessa não se muda assim, um assunto como esse você não muda de ideia de hoje pra amanhã. Agora, realmente eu não penso.*

## 6.3 DISCUSSÃO GERAL

Diante da constatação do grande número de devoluções existentes, depara-se com a necessidade de reequacionar o cuidado às crianças e adolescentes nas instituições, assim como avaliar e preparar adequadamente os pretendentes a adotá-los. Para tanto, é importante “criar subsídios teóricos para os profissionais, que os recebem nesse momento delicado e, potencialmente, traumatizante” (MUNIZ, 2016, p.63).

Para que seja possível uma compreensão dos aspectos envolvidos na devolução de crianças adotadas, em especial, neste estudo, relacionados às adotantes, serão apontadas algumas questões observadas nas experiências dessas mulheres.

É importante, nesse ponto, realizar uma breve reflexão sobre a distinção entre os casos acessados por meio da internet e a narrativa da participante. Apesar da riqueza dos achados apresentados nesta pesquisa, considera-se uma limitação que outras mulheres não tenham sido ouvidas, e as experiências, conhecidas pela perspectiva das próprias pretendentes à adoção.

### **6.3.1 Motivos que levaram as mães a adotarem uma criança**

As razões subjetivas para a adoção são fatores que podem intensificar os conflitos existentes na relação e, em alguns casos, até mesmo conduzir a uma devolução da criança adotada. As participantes do presente estudo apresentaram vários motivos que fundamentam a decisão para a adoção de crianças.

Uma das justificativas encontradas entre as participantes desta pesquisa foi a infertilidade, tanto entre aquelas que não tinham filhos, como aquelas que já tinham filhos biológicos, mas desejavam ter outros e se depararam com essa dificuldade. Nesta situação, a adoção é uma alternativa à filiação biológica, cogitada apenas pela impossibilidade da procriação (GHIRARDI, 2009). Assim, a ideia de que a criança não lhe pertence e não é constituída como filho pode se fazer presente, sendo necessário que aquela pessoa que pretende adotar se desligue daquele filho biológico, imaginado e aguardado, mas que não pode ser concebido, para que possa receber o filho adotado (HAMAD, 2002; LEVINZON, 2004; LISONDO, 1984). Muitas vezes, a frustração de não conseguir ter o próprio filho pode levar a uma sensação de vazio existencial, de que a vida sem filhos não tem sentido (SCHETTINI, 2007).

Ladvocat (2014) também destaca a infertilidade como um dos fatores que interrompem o projeto de um filho com traços hereditários e impede a renovação natural das futuras gerações. Essa situação é vivida por cada pessoa, de acordo com a sua subjetividade.

Normalmente, a investigação acerca da esterilidade é iniciada pela mulher, submetida a muitos exames complexos, e até mesmo dolorosos. Esse fato pode ser explicado pelo significado cultural atribuído à capacidade de procriar, o que leva a que esse evento seja vivenciado de forma diferente entre homens e mulheres. A mulher infértil comumente se sente

incompleta, inútil ou defeituosa, ou seja, não se percebe realizada na sua feminilidade (D'ANDREA, 2002).

Não obstante existam mulheres que adotam crianças depois de terem seus filhos biológicos, uma boa parte delas se submeteu a anos de tratamentos, na tentativa de levar a gestação a termo. A aceitação da própria incapacidade de procriar passa pela redefinição da identidade pessoal, dos projetos e das relações com o cônjuge e com a família ampliada. Segundo D'Andrea (2002), o primeiro passo no caminho da adoção é assumir essa diferença, renunciando ao filho natural e ao que foi imaginado em torno dele. Destarte, é realizada uma reconstrução emocional, na qual se opta de forma voluntária por cuidar de um filho nascido de outros. Em paralelo, se busca o envolvimento da família extensa, desenvolvendo um clima de acolhimento, e transformando o vazio, trazido pela infertilidade, em um projeto de filiação afetiva.

Para Levinzon (2004), é essencial que os adotantes possam lidar com os seus sentimentos de frustração e luto antes que se proponham a assumir uma criança que não esteja ligada a eles pelo biológico. De acordo com Morales (2004), as pessoas que buscam a adoção como forma de resolver o problema da infertilidade geralmente não se encontram aptas para tal empreitada, visto que a criança adotada será colocada no lugar de solução de um problema, o que certamente resultará em dificuldades na relação entre a criança e a família que adota.

Essa situação da infertilidade é vivenciada por algumas pessoas de uma forma dolorosa e lenta, inclusive não conseguindo alcançar uma resolução de fato. Outras, no entanto, conseguem superar a crise e desenvolver uma maternidade/paternidade verdadeira e amadurecida (SCHETTINI, 2007).

Outro motivo para a adoção, entre as participantes deste estudo, foi o fato de se buscar uma mudança na rotina dos cônjuges, talvez no intuito de melhorar a relação existente. Para Levinzon (2004), “como em qualquer relação entre pais e filhos, se os pais adotivos vivem a adoção de forma perturbada, isso poderá resultar em um efeito prejudicial no filho” (p.30).

Também surgiu a questão da adoção como forma de fazer uma boa ação. De acordo com a pesquisa desenvolvida por Weber (2001), 36,8% dos pedidos de adoção são motivados pelos sentimentos ligados ao altruísmo e à crença na própria bondade. Agregada a esses sentimentos vem a ideia de que se irá salvar a criança do sofrimento, marcado pela sua origem. A adoção desenvolvida com base nesses pensamentos e sentimentos pode ocasionar dificuldades nos adotantes para conter os comportamentos indesejáveis da criança, o que intensificará os conflitos existentes na relação.

Além desses motivos para a adoção, foi encontrado o fato de querer-se adotar por conta dos filhos biológicos já serem adultos, o que ajudaria a dar um sentido à vida. Para Frankl (2013), a família tem grande evidência dentre os fatos que dão sentido à vida das pessoas. Conforme esse autor, aquela situação que oferece sentido à existência de uma pessoa pode levá-la a superar as maiores adversidades. No caso em que a devolução da criança adotada foi a solução encontrada para o conflito, é possível inferir que a adoção de uma criança não funcionou, como esperado, dando sentido à existência para quem adotou.

### **6.3.2 As razões indicadas pelas mães para a devolução da criança adotada**

A questão mais frequente descrita pelas participantes como causa para a tomada de decisão de devolver a criança adotada diz respeito ao comportamento difícil apresentado pelo filho adotivo durante o convívio familiar. Para Ghirardi (2015), a idealização da criança e da adoção conduz o adotante a não considerar os conflitos que são próprios de toda e qualquer relação afetiva, suscitando a sensação de fracasso no processo adotivo, podendo culminar na devolução da criança.

Também nesse sentido da idealização da criança e da adoção, se encontra a expectativa criada pelos adotantes acerca de que a criança demonstrará amor e gratidão a quem a adotou, o que foi encontrado na fala de uma das participantes deste estudo. Para Ghirardi (2008a), os pretendentes que têm como motivação para a adoção o altruísmo, esperam gratidão da criança pelo seu ato, considerado benevolente. Quando não há a retribuição do ato de caridade pela criança, surge a frustração. Além disso, nesses casos em que se idealiza a gratidão da criança, os pretendentes à adoção apresentam mais dificuldades de impor os limites necessários e exercer uma lei efetiva, e a devolução da criança surge como única saída possível de resolver o problema. Em consonância com essa ideia, Moraes (2001) afirma que as devoluções muitas vezes, ocorrem quando a criança cresce e passa a manifestar opiniões e revoltas. Se a beneficência for a motivação para a adoção, não permitindo a formação do vínculo real, é provável que ocorra a devolução.

A origem da criança foi mais uma das justificativas encontradas entre as participantes desta pesquisa. Segundo Ghirardi (2008a), a origem da criança adotada surge como uma fonte de angústia para os adotantes. A história passada do filho adotivo, que geralmente os adotantes conhecem pouco, pode despertar pensamentos nestes, a respeito dos genitores da criança. Essas ideias envolvem o medo das características herdadas da sua família biológica. Conforme a autora,



a preocupação com a família biológica da criança é também um sinal de despreparo dos pretendentes à adoção, quando estes responsabilizam à origem da criança os problemas surgidos. São conflitos vivenciados na relação com o filho adotivo, relacionados à bagagem inata da criança, que trazem profundos sentimentos de frustração aos adotantes. Para Queiroz (2004):

[...] nesses momentos, a interrogação sobre a herança genética da criança se exacerba e os pais não se veem implicados nos sintomas do filho. Atribui-se a causa dos sintomas ao fato de ter sido adotado. Há uma espécie de sentimento de estranheza, não se reconhecem como pais – chegam às vezes a desejar devolver a criança, ou seja, destituí-la do lugar de filho. Como se fosse possível uma anulação retroativa (QUEIROZ, 2004, p.102).

Esse sentimento de estranheza, referido anteriormente, é, para o autor supracitado, o centro das dificuldades encontradas pelos adotantes na relação com a criança adotada, trazendo insegurança como pais, no que se refere à origem da criança e à impossibilidade do filho biológico.

### **6.3.3 Repercussões emocionais para as mães adotivas que devolveram a criança**

O tabu existente em torno da devolução de crianças e adolescentes adotados faz com que esse evento pareça não existir na sociedade. Os casos revelados passam por um julgamento e uma necessidade de condenar aqueles considerados responsáveis pelo fato: os adotantes. Entretanto, essa situação é complexa e plena de intenso sofrimento para ambas as partes envolvidas, ou seja, as crianças e os pretendentes à adoção (GHIRARDI, 2008b). Como afirma a autora:

Ao instaurar uma ruptura do laço afetivo, a devolução significa uma experiência que reedita para a criança sua história de abandono e, para os pais, apesar de representar um alívio momentâneo, significa uma vivência carregada por culpas e angústias. Diante desse panorama, não é difícil imaginar as importantes intensidades de sofrimento psíquico envolvidas (GHIRARDI, 2009, p.68).

No caso das mães pretendentes à adoção, objeto de estudo desta pesquisa, os conflitos que envolvem o filho sonhado e o filho que é real suscitam diversas angústias, que podem conduzi-las a uma devolução da criança adotada. É, segundo Ghirardi (2015), a existência de um conflito entre o filho biológico que, por algum motivo, não pode ser gerado, e o filho nascido de outra mulher.

Contudo, essas situações de conflito, descritas pelas participantes deste estudo e reveladas pelas práticas de atenção às famílias adotivas, conforme ressaltava Ghirardi (2015), “são inerentes a qualquer relação pais/filhos e muitas vezes independem da adoção” (p.93). Isso pode ser verificado em uma fala da entrevistada para esta pesquisa, quando ela afirma: “[...] *Eram umas coisas bem simples, assim, sabe, do dia-a-dia, mas que eu não conseguia lidar*”<sup>34</sup>. Desse modo, muitas semelhanças são encontradas nessas relações, em qualquer que seja o tipo de constituição familiar. Mas a adoção, segundo a autora, traz especificidades a essa relação, justamente pelo fato de que a paternidade/maternidade não está ligada ao biológico, contexto que interfere no exercício adequado desses papéis (GHIRARDI, 2015).

Desse modo, a relação adotante-adotado se constitui permeada de sentimentos ambivalentes presentes nas vivências de conflito, sustentando posições alternadas entre amor e ódio pela criança, principalmente em relação às frustrações dos pais em torno dos ideais não correspondidos pelo filho adotivo. Essas frustrações surgem, especialmente, em decorrência dos comportamentos indesejáveis apresentados pela criança e contrários aos idealizados pelos pais, o que dificulta a necessária colocação de limites (GHIRARDI, 2015).

Os conflitos surgidos durante o convívio com a criança podem abalar as convicções quanto à adoção que antes as pretendentes demonstravam, fazendo surgir fortes sentimentos de ambivalência. Esse fato foi observado na maior parte dos casos que subsidiaram este estudo. Os principais aspectos subjetivos que marcaram as trajetórias das pretendentes à adoção se constituíram na insegurança sobre atitudes e decisões e no medo quanto ao que poderia acontecer. Após a devolução da criança, esses aspectos se resumem em sentimento de culpa.

A culpa por ter devolvido a criança compreendeu um sentimento muito presente entre os casos relatados e também, de forma marcante, na narrativa da entrevistada, estando relacionada a um ato nocivo praticado contra a criança devolvida. Ela chega a afirmar que, a todo momento, sentia vontade de ter notícias sobre a criança que adotou e devolveu, e de acompanhar a sua trajetória. A pretendente à adoção descreve que a sua tranquilidade só veio quando tomou conhecimento, algum tempo depois, de que a criança tinha sido adotada por outra família.

As dificuldades encontradas pelas mulheres deste estudo na experiência da adoção parecem ter afetado o exercício da maternidade. A presença de sentimentos contraditórios as fizeram viver esse momento de suas vidas como algo novo e assustador, que desencadeou uma fragilidade ao se

---

<sup>34</sup> Caso Ana.

deparar com situações comuns a qualquer relação mãe-filho, mas que, no entanto, não se encaixaram no contexto de adoção por elas idealizado, o que conduz ao fracasso da adoção.

A trajetória de vida dessas mulheres que decidem por uma adoção é pautada na noção de desenvolvimento humano como um processo inacabado e marcado por momentos de instabilidade e descontinuidade (rupturas), que resultam em vivências afetivas conflituosas. Essas rupturas são seguidas por um período de transição, no qual novos significados sobre si e o mundo são construídos. Nessa fase ocorre um ajuste melhor ao contexto social e certa estabilidade. A adoção de uma criança é um exemplo de evento que desencadeia um período de transição desenvolvimental. Quando essa adoção, por algum motivo, precisa ser interrompida, observa-se que não foi atingida essa estabilidade, esse senso de continuidade.

#### **6.3.4 Direções futuras para as mães que adotaram e devolveram a criança**

Como já visto, o fracasso dos pais adotivos ao desempenhar seus papéis na maternidade/paternidade adotiva destrói todo o projeto da adoção. A devolução se apresenta para esses pais como uma tentativa de resolver os conflitos vividos na relação com a criança. Contudo, essa vivência traz consequências maléficas, tanto para as crianças devolvidas, como para os adotantes. As repercussões dessa ação são encontradas na continuidade das trajetórias de vida desses adotantes, sobre as quais são empreendidas mudanças significativas, ao se desprezar projetos, antes importantes para as suas existências.

Nos casos acessados por esta pesquisa que apresentaram os projetos de futuro das mulheres que adotaram e devolveram, assim como os da participante entrevistada, constata-se que a experiência foi vivenciada de forma traumática. Há evidências de que essas pretendentes à adoção não passaram por esse evento em suas vidas de forma imune. Para Ghirardi (2015),

a experiência da devolução é, muito frequentemente, acompanhada de sentimentos de dor, conflito, angústia e culpa para os adotantes. Vivências que traduzem um elevado nível de sofrimento, tanto para eles como para a criança/adolescente (GHIRARDI, 2015, p.130).

Nesse sentido, os dados coletados dão conta que após a experiência da devolução é comum as pretendentes adiarem o plano da maternidade pela adoção, como forma de superar o trauma vivenciado. Em outros casos chegam a desistir do projeto, cancelando a inscrição no Cadastro Nacional de Adoção.

## 7 CONCLUSÃO

“A sobrevivência da ligação diante das ‘tempestades emocionais’ ou das pequenas ‘ventanias’ dá aos integrantes do grupo familiar o sentimento de uma vinculação sólida e real. Estamos falando aqui do que eu chamaria da verdadeira adoção, que é a que todos almejam...”

(Gina Khafif Levinzon)

A presente dissertação visou compreender como se articulam a devolução de crianças e adolescentes adotados e o processo de construção da maternidade das mães adotivas. Optou-se por trabalhar com a devolução de crianças adotadas tardiamente, visto que é nessa faixa de idade que se concentra a maior parte das devoluções.

### 7.1 DOS OBJETIVOS

Tendo em vista esse objetivo geral, foram explorados dezoito casos de devolução, ocorridos no território brasileiro, nos quais o interesse estava em torno da experiência daquelas mães pretendentes à adoção. Pela dificuldade de identificar mulheres que tivessem passado por essa experiência, optou-se pela análise de casos publicados na rede mundial de computadores. Assim, desse total, dezessete casos foram acessados na internet, e um, por meio de entrevista com a participante. Apesar das limitações nas informações mencionadas nos casos, bem como as perdas por muitas informações não terem sido colhidas diretamente das participantes, considera-se ter havido um avanço importante na direção do objetivo proposto. Importante ressaltar que o propósito inicialmente estabelecido não se esgotou.

Quanto aos subsídios teóricos que respaldaram este estudo, acredita-se que foram suficientes para o alcance dos objetivos propostos, envolvendo a compreensão das experiências de vida das mulheres, referentes à adoção e subsequente devolução da criança. É o desenvolvimento humano, visto como um processo inacabado e marcado por rupturas, ou seja, vivências afetivas conflituosas, que dão lugar a um período de transição, no qual novas visões sobre si e o mundo são construídas. A adoção de uma criança é um evento que desencadeia um

período de transição desenvolvimental. Além disso, as ambivalências presentes nessa experiência podem levar a situações de conflito.

Retomando os objetivos específicos apresentados para esta pesquisa, é possível fazer-se uma síntese dos achados referentes a cada um deles. Assim, foram identificados como motivos que levaram as mulheres a decidirem por adotar uma criança: a infertilidade, impossibilitando o projeto do filho biológico; a busca por mudanças na rotina dos cônjuges; o altruísmo e a crença na própria bondade; e, ainda, a necessidade de dar um sentido à vida, quando, por exemplo, os filhos biológicos já são adultos.

O segundo objetivo específico levou a identificar as razões indicadas pelas mães para a devolução das crianças por elas adotadas: o motivo mais referido pelas pretendentes é o comportamento apresentado pela criança durante o convívio familiar; outra razão diz respeito à expectativa da adotante quanto à demonstração de amor e gratidão, por parte da criança, o que não foi correspondido. Esses dois motivos estão diretamente ligados à idealização que as adotantes desenvolveram, desencadeando um sentimento de frustração, na medida que se deparam com a criança real. Houve, ainda, como motivação, a referência à origem da criança, quando a pretendente relata um medo das características herdadas da família biológica, atribuindo os problemas apresentados pela criança, à sua origem.

Quanto ao terceiro objetivo, o propósito era analisar as repercussões emocionais para a mãe adotiva que decide por devolver uma criança adotada. Constatou-se que o sentimento de ambivalência está fortemente presente durante todo o processo de adoção, especialmente, nas situações de conflito. Após a decisão pela devolução da criança, o sentimento mais marcante é o de culpa, o de ter feito algo danoso à criança devolvida.

Por fim, o quarto objetivo específico era explorar as expectativas de futuro das mães que adotaram e decidiram pela devolução da criança adotada. Observou-se que, após a devolução da criança, as pretendentes e mães adotivas tendem a adiar ou a desistir do projeto de adoção, o que reforça a ideia de que essa experiência é vivenciada de forma traumática.

Destarte, conclui-se que a devolução da criança ou adolescente adotado se apresenta para essas mães como a única forma possível de resolver os conflitos vivenciados na relação com a criança. Essa solução se faz presente em consequência do fracasso experienciado pelas adotantes ao desempenhar os seus papéis na maternidade adotiva.

A devolução de crianças adotadas, situação dolorosa tanto para a criança ou adolescente envolvido, como para os adotantes, não pode ser negligenciada, sendo imprescindível o desenvolvimento de mais pesquisas nessa área. A vivência dessa experiência não acontece sem

trazer danos, temporários e em longo prazo, aos envolvidos. A adoção de crianças maiores também requer cuidados, e mais estudos precisam ser viabilizados, visto que as dificuldades encontradas na adaptação e criação de vínculos são mais frequentes, tornando essas adoções mais suscetíveis à devolução.

Outro ponto fundamental, ratificado com este estudo, diz respeito à avaliação e preparação dos adotantes, que, realizadas de forma adequada, poderiam minimizar a ocorrência de devoluções. Ademais, essa preparação precisa ser estendida às crianças e adolescentes. Em pesquisa realizada com crianças maiores, visando investigar as percepções e vivências dos adotados, Silva (2009) observou que não houve, para a maioria dos entrevistados, uma preparação e acompanhamento para a passagem do abrigo para a família adotante, bem como um acompanhamento pós-adoção.

Em face desse contexto, seria pertinente a real aplicação do que é previsto no ECA e nas alterações propostas pela Lei Nacional da Adoção (BRASIL, Lei nº 12.010/2009), sendo seguidos seus preceitos, de acordo com o que está anunciado no texto da legislação.

Os resultados desta pesquisa são apresentados como uma contribuição ao tema, salientando-se que a participação direta, através de entrevistas, de outras mulheres pretendentes à adoção que tivessem vivido a experiência de devolver um filho adotado, teria substanciado o estudo com dados mais aprofundados. Tornam-se necessários outros estudos que discutam e ajudem a tornar visível a devolução de crianças na adoção. A necessidade de mais pesquisas se torna óbvia, a fim de que o problema seja visto e encarado de frente, que não seja negligenciado.

O estudo realizado pode vir a orientar os profissionais nas instituições que dão assistência à adoção sobre como atuar de modo adequado nessas situações de atenção à criança adotada e seus pretendentes, levando em consideração as peculiaridades envolvidas em casos como esses, a partir da perspectiva das próprias mães sobre as suas experiências.

## 7.2 PALAVRAS FINAIS

“Pais e filhos adotivos vivem suas peculiaridades, que não podem ser desconsideradas quando tentamos compreender o comportamento de ambos.”

(Luiz Schettini Filho)

Chega-se ao término deste estudo com mais questionamentos relacionados ao tema, o que é positivo, na medida em que não são os mesmos do início do trabalho. Fica evidente a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre o assunto, bem como de desenvolver novas investigações que contribuam para uma compreensão maior sobre esta relevante temática.

Neste sentido, há uma reflexão sobre quais medidas devem ser tomadas a fim de, não sendo possível cessar, pelo menos reduzir a ocorrência de devoluções em processos de adoção.

Em toda situação de adoção, é sabido, o foco deve ser sempre a criança e o adolescente, pois, como previsto na legislação que regulamenta as ações voltadas para essa faixa etária, incluindo os processos de adoção, a direção de todo e qualquer trabalho deve buscar o melhor interesse da criança. Entretanto, é preciso entender que a adoção envolve uma relação da criança com outros sujeitos, os adotantes e a sua família ampliada, e todos precisam ser preparados.

O trabalho prévio com os requerentes à adoção e suas famílias é essencial nesse processo, favorecendo a compreensão de suas expectativas, medos e angústias. Essa avaliação poderá detectar aquelas famílias adotantes que não estão preparadas para receber a criança, evitando-se prejuízos para ambas as partes, em virtude dessa situação mobilizar um intenso sofrimento para as crianças e seus pretendentes. Foi possível observar, nas histórias de devolução vistas nesta pesquisa, que certas reações manifestadas foram consequências de uma preparação e acompanhamento ineficazes: “Deu errado, foi muito rápido...”<sup>35</sup>

Nessa perspectiva, é necessário preparar aqueles que pretendem adotar, pois, como visto, eles possuem histórias de sofrimento não superadas, como as situações de busca pelo filho biológico, infertilidade, abortos, luto e a idealização do filho adotivo. O trabalho com os adotantes precisa ser priorizado, para que possam vir a ser avaliados quanto à aptidão para a adoção.

Como já abordado, esse trabalho é assegurado pela legislação e envolve aspectos psicossociais e jurídicos, e deverá ser desenvolvido pela equipe técnica da Vara da Infância e Juventude. Destaca-se aqui a importância desses profissionais no acompanhamento dos processos de adoção, ficando evidenciada a necessidade da sistematização desse trabalho, como um acompanhamento, antes, durante o estágio de convivência e após a adoção. Esse fato é justificado pela aparente relação entre a devolução de crianças adotadas e o processo de avaliação e habilitação dos pretendentes. É preciso que a preparação desses adotantes seja criteriosa, até mesmo não habilitando aqueles que não apresentem condições de exercer a

---

<sup>35</sup> Participante A8.

parentalidade adotiva. Entende-se que a maternidade/paternidade adotiva é baseada numa escolha que pode e deve ser planejada e também submetida a uma reflexão.

Em um nível mais amplo, cabe ao Judiciário, assim como às instituições que abrigam as crianças e adolescentes e aos grupos de apoio à adoção, o planejamento e a execução de ações de conscientização da sociedade acerca da realidade da adoção, que ajudem a desmistificar ideias e a combater preconceitos que conduzem ao insucesso de muitas adoções.

Outro importante ponto que circunda a devolução de crianças na adoção é o tabu ligado ao assunto. Sabe-se que a devolução ocorre com certa frequência, mas impera o silêncio quanto a isso. É uma realidade da qual pouco se fala, e sobre a qual os números não são contabilizados. Essa realidade precisa ser vista e discutida, para que possa vir a ser combatida. O preconceito é muito presente e os adotantes são julgados como únicos responsáveis pelo insucesso da adoção. Esse preconceito aumenta quando quem devolve é aquela que se candidatou a mãe adotiva. Essa reação pode ser explicada pela construção cultural do que é esperado de uma maternidade.

Enfim, esta pesquisa não teve o propósito de oferecer uma conclusão sobre as situações de devolução de crianças por mães adotivas e, sim, estimular uma reflexão que suscite novos questionamentos sobre o impacto causado por essa experiência, tanto aos pretendentes à adoção como às crianças e adolescentes adotados.



## REFERÊNCIAS

ABBEY, Emily. **Ambivalence and its transformations**. In: VALSINER, Jaan. (Ed.). *The Oxford Handbook of Culture and Psychology*. New York: Oxford, 2012.

ABBEY, Emily. Perceptual Uncertainty of Cultural Life: Becoming Reality. In: VALSINER, Jaan; ROSA, Alberto. **The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology**. Cambridge University Press, 2007.

ABBEY, Emily; VALSINER, Jaan. Emergence of meanings through ambivalence. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, v. 6, n. 1, Art. 23, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/515/1114>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

ANDRADE, Raylla Pereira de; COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 34, p. 241-252, maio/ago. 2006. ISSN 0103863X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200012>> Acesso em: 29 nov. 2016.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARRIAGADA, Irma. Cambios y desigualdad em las famílias latinoamericanas. **Revista de La Cepal**, n. 77, ago. 2002. Disponível em: <[http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/19349/lcg2180e\\_Arriagada.pdf](http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/19349/lcg2180e_Arriagada.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2016.

ARRIAGADA, Irma. Nuevas famílias para un nuevo siglo? **Cadernos de Psicologia e Educação: Paidéia**, v. 18, n. 10, p. 28-35, 2000.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAPTISTA, Sylvia Mello Silva. **Maternidade e profissão: oportunidades de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland, et al. **Análise estrutural da narrativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, Cap. 1, p. 19-62, 2008.

BASTOS, Ana Cecília de Sousa. O singular e o plural da maternidade no Brasil: lições de uma trajetória de pesquisa e um estudo de caso: In: BASTOS, Ana Cecília de Sousa et al. (Orgs). **Família no Brasil: recurso para pessoa e sociedade**. Curitiba: Juruá, 596 p., 2015.

BASTOS, A. C. S.; GOMES, M. M.; GOMES, M. C.; REGO, N. Conversando com famílias: crise, enfrentamento e novidade. In A. M. A. Carvalho & L. V. C. Moreira (Ogs.), **Família, subjetividade, vínculos**. São Paulo: Paulinas, 2007.

BASTOS, Liliana Cabral. Narrativa e vida cotidiana. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 7, p. 118-127, 1. sem 2004. Disponível em:

<[http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas\\_Scripta/Scripta14/Conteudo/N14\\_Parte01\\_art11.pdf](http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta14/Conteudo/N14_Parte01_art11.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

BATISTA PINTO, Elizabeth. A pesquisa qualitativa em Psicologia Clínica. **Psicol. USP**, v. 15, n. 1-2, p.71-80, 2004. ISSN 0103-6564. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642004000100012>. Acesso em 27 de agosto de 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENBASAT, Izak; GOLDSTEIN, David K.; MEAD, Melissa. The case research strategy in studies of information systems. **MIS Quarterly**, v. 11, n. 3, p. 369-386, set. 1987.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça**. CNJ, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=13/07/1990>>. Acesso em: 28 ago. de 2015.

BRASIL. Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009. Esta Lei dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990... **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BRUNER, Jerome. **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997b.

CARVALHO, Ana Barreiros de Carvalho; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **O papel do pai na sociedade contemporânea: concepções de pais, funcionários de uma empresa estatal da Bahia**. 2013. Disponível em: <[http://tede.ucsal.br/tde\\_arquivos/5/TDE-2013-06-18T162152Z287/Publico/Ana%20Barreiros%20de%20Carvalho.pdf](http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/5/TDE-2013-06-18T162152Z287/Publico/Ana%20Barreiros%20de%20Carvalho.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Encontros e desencontros da adoção no Brasil: uma análise do Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça**, 2013. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/pesq\\_adocao\\_brasil.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/pesq_adocao_brasil.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2017.

COSTA, Liana Fortunato; CAMPOS, Niva Maria Vasques. **A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 19, n. 3, 221-230, 2003.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. **Psicol. Reflex. Crit.** [online]. 2007, v. 20, n. 3, p. 425-434.

ISSN 0102-7972. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S01027972200700030001>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

COWAN, Philip A. Individual and family life transitions: a proposal for a new definition. In: \_\_\_\_\_; HETHERINGTON, Mavis. **Family transitions**: Hillsdale, New Jersey, LEA, 1991.

D'ANDREA, Antônio. O casal adotante. In: ANDOLFI, M. (Org). **A crise do casal**: uma perspectiva sistêmico-relacional. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Breves Considerações Sobre A Nova Lei Nacional de Adoção**, 2009. Disponível em:

<[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome\\_c/adocao/Doutrina\\_adocao/Lei%20de%20Ado%C3%A7%C3%A3o%20-%20breves%20considera%C3%A7%C3%B5es%20-%20Dr.%20Murillo%20Digi%C3%A1como.doc](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/adocao/Doutrina_adocao/Lei%20de%20Ado%C3%A7%C3%A3o%20-%20breves%20considera%C3%A7%C3%B5es%20-%20Dr.%20Murillo%20Digi%C3%A1como.doc)>. Acesso em: 2 mai. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Adoção**: guia prático doutrinário e processual com as alterações da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 - São Paulo, 2011.

FRANKL, Viktor. **Em busca de sentido**. Editora Vozes, 34. ed. 2013.

FRASSÃO, Marcia Criastina Gonçalves de Oliveira. **Devolução de crianças colocadas em famílias substitutas**: uma compreensão dos aspectos psicológicos, através dos procedimentos legais. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

FREIRE, Fernando (Org.). **Abandono e adoção**: contribuições para uma cultura da adoção III. Curitiba: Terra dos Homens, 2001.

GHIRARDI, Maria Luiza Assis Moura. A devolução de crianças adotadas: ruptura do laço familiar. **Revista Brasileira de Medicina: Psicologia em Pediatria**, v. 2, n. 45, 66-70, 2009.

GHIRARDI, Maria Luiza Assis Moura. **A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica**: reedição de histórias de abandono. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008a.

GHIRARDI, Maria Luiza Assis Moura. A presença da infertilidade no contexto da adoção. In: VOLICH, Rubens Marcelo; FERRAZ, Flávio; RANÑA, Wagner (Org). **Psicossoma IV**: corpo, história, pensamento. p. 151-164. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

GHIRARDI, Maria Luiza Assis Moura. **Devolução de crianças adotadas**: um estudo psicanalítico. Primavera Editorial. São Paulo, 2015.

GIBERTI, Eva. **La adopción**. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas, São Paulo, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

- GONÇALVES, Margareth de Almeida. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambiguidade médico-higienista. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de, et al. **Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo – UFRRJ, 1987.
- GONZÁLEZ, Rey. **Sujeto y subjetividad: una aproximación histórico-cultural**. México, Editora Thomson, 2002.
- GUIMARÃES, Lilian de Almeida. **Conversando com crianças sobre adoção**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2010.
- HAMAD, Nazir. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.
- HAMAD, Nazir. **Adoção e parentalidade: questões atuais**. Porto Alegre: CMC, 2010.
- HILFERDING, Margareth; PINHEIRO, Teresa; VIANNA, Helena Besserman. **As Bases do Amor Materno**. São Paulo: Escuta, 1991.
- HVIID, Pernille; VILLADSEN, Jacob Waag. Ruptures and repairs in the course of living: Challenges to Developmental Psychology. In: JOERCHEL, A. C.; BENETKA, G. (Eds.). **Biographical Ruptures and Their Repair**. Charlotte, NC: Information Age Publishing, cap.3, p. 57-82, 2015.
- JOCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Vozes, 2002.
- LADVOCAT, Cynthia. Devolução de crianças em guarda provisória: Consequências jurídicas do rompimento. In: \_\_\_\_\_; DIUANA, Solange. **Guia da adoção: no jurídico, no social, no psicológico e nas famílias**. p. 123-137. São Paulo, SP: Roca, 2014.
- LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, Belo Horizonte, 1999.
- LEVINZON, Gina Khafif. **A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica**. São Paulo: Editora Escuta, 2009.
- LEVINZON, Gina Khafif. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- LEVY, Lidia; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Da maternidade impossível ao possível da filiação: sobre o desejo de adoção. **Tempo Psicanalítico**, n. 33, 77-87, 2001.
- LEVY, Lidia. A construção de uma adoção. In: Pulsional Revista de Psicanálise: **Cuidado com bebês e crianças**. São Paulo: Pulsional, a. 22, n. 4, 2009.
- LEVY, Lidia; PINHO, Patrícia Glycerio; FARIA, Mácia Moscon. **“Família é muito sofrimento”**: um estudo de casos de “devolução de crianças”. **PSICO**, v. 40, n. 1, 58-63, 2009. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/3730/4142>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

LIEBLICH, Amia; TUVAL-MASHIACH, Rivka; ZILBER, Tamar. **Narrative research: reading, analysis and interpretation**. Thousand Oaks: Sage, 1998.

LIMA, Alba Abreu. **Psicologia Jurídica: lugar de palavras ausentes**. Aracaju: EVOCATI, 2006.

LISONDO, Alicia Beatriz Dorado de. **Quando a adoção leva a marca da esterilidade dos pais**. Jornal de Psicanálise, São Paulo, SBPSP. v. 17, n. 35, p. 5-9, 1984.

LYRA, Maria da Conceição Diniz Pereira de; VALSINER, Jaan. **Historicity in development: abbreviation in mother- infant communication - Infancia y Aprendizaje** (Ed. Impresa), v.34, n. 2 p.195-203, 2011.

MANN, Bruce Leslie. Case study research and online learning: types, typologies and thesis research. In: \_\_\_\_\_. (Ed) **Selected styles in webbased educational research**. Hershey, PA: Ideal Group Publishing, 2006. Cap. 5, p. 70-79. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARTINS, Tatiane Marques Oliveira; MAMEDE-NEVES, Maria Aparecida Campos. **As mídias na e além da sala de aula**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Educação, 2011

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. **Adoção no Brasil: algumas reflexões**. Estudos e Pesquisas em Psicologia. UERJ, Rio de Janeiro, a. 10, n. 2, p. 356-372. 2010. Disponível em: <<http://revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

MÁXIMO, Maria Elisa. Novos Caminhos de Socialização na Internet: um estudo das listas eletrônicas de discussão. In: **Reunião Brasileira de Antropologia**, 22, Brasília, jul. 2000. Disponível em: <<http://antropologia.org.br/arti/colab/a7-memaximo.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 244 p. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. Ed. Hucitec, São Paulo, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MORAES, Dora Aparecida. Filhos devolvidos. In: FREIRE, F. (Org.). **Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção III**. (p. 215-218). Curitiba: Terra dos Homens, 2001.

MORALES, Alejandro Tamez. Os predicados da parentalidade adotiva. In: SILVA, Maria Cecília; SOLIS-PONTON, Láticia (Org). **Ser pai, ser mãe, parentalidade**: um desafio para o terceiro milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 195-201, 2004.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Concepções de adultos e crianças sobre família em diferentes contextos brasileiros. In: BASTOS, Ana Cecília de Sousa et al. (Orgs.). **Família no Brasil**: recurso para pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá, 2015.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Estudos sobre família em contextos brasileiros. **Família e Parentalidade**: olhares da psicologia e da história. Org. Lúcia Vaz de Campos Moreira e Elaine Pedreira Rabinovich. Curitiba: Juruá Editora. p. 20, 2011.

MUNIZ, Flávia de Moura Rocha Parente. **“Adoções” que não deram certo**: o impacto da “devolução” no desenvolvimento da criança e do adolescente na perspectiva de profissionais. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.

NEDER, Gislene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: Kaloustian, Sílvia Manong (org.). **Família brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Rosa Meire de Carvalho. Cyberfeminismo x feminismo: o que as mulheres fizeram com os blogs da web? In: Fazendo Gênero, 7, 2006. Santa Catarina. **Anais Eletrônicos...**, Santa Catarina: UFSC, Comunicação Oral, 2006. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/R/Rosa\\_Meire\\_Carvalho\\_de\\_Oliveira\\_36.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/R/Rosa_Meire_Carvalho_de_Oliveira_36.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2017.

OLIVEIRA, Shimênia Vieira. **Devolução de crianças, uma configuração**: entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2010.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira de. **Filho do coração**: o processo de adoção de crianças na perspectiva paterna. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2014.

PACHÁ, Andréa Maciel; VIEIRA JÚNIOR, Enio Gentil; OLIVEIRA NETO, Francisco. **Novas Regras para a Adoção**: guia comentado. Associação de Magistrados do Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/mudeumdestino/>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

PAIVA, Leila Dutra. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PERRET-CLERMONT, Anne-Nelly; ZITTOUN, Tania. **Contributions à une psychologie de la transition**. In: Congrès International de la Société Suisse pour la Recherche en Éducation (SSRE) et de la Société Suisse pour la Formation des Enseignants (SSFE). Suisse: Aarau, 2001. Disponível em: <<http://doc.rero.ch/lm.php?url=1000,43,4,20091027165643ZN/>>

Zittoun\_Tania\_\_Contributions\_une\_psychologie\_de\_la\_transition\_20091027.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2015.

PETRINI, João Carlos. **Pós-Modernidade e Família**: um itinerário de compreensão. Bauru, São Paulo: EDUSC, Coleção Ciências da Família, p. 71, 2004.

PETRINI, João Carlos; DIAS, Marcelo Couto; **Família no debate cultural e político contemporâneo**. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

PETRINI, João Carlos; DIAS, Marcelo Couto. **A família e os seus desafios na contemporaneidade**. Psicologia, Família e Direito. Interfaces e Conexões. Lúcia Vaz de Campos Moreira (Org.) Curitiba: Juruá Editora, p. 275-287, 2013.

QUEIROZ, Edilene Freire. **O “estranho” filho adotivo**: uma leitura clínica do Unhelnlich na adoção. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v7n4/1415-4714-rlpf-7-4-0100.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

QUINET, Antônio. As Formas de Amor na Partilha dos Sexos. **Metáfora - Revista de Psicanálise do Ágora Instituto Lacaniano**, Campo Grande, n. 1, ago. 2001.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Tradução de João M. Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 1998.

REIS, Lílian Perdigão Caixêta. **Construção cultural da maternidade**: a experiência de mães do Subúrbio Ferroviário de Salvador-Ba. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, Maria Isabel de Matos. **Crianças "desenvolvidas"**: Os "filhos de fato" também têm direito? (Reflexões sobre a "adoção à brasileira", guardas de fato ou de direito mal sucedidas). In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. 2, n. 7, 2007. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5541&revista\\_caderno=12](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5541&revista_caderno=12)>. Acesso em: 2 maio 2017.

RUBIN, Débora. **O Futuro da Pílula**. *ISTOÉ*, São Paulo, a.34, n. 2111, 28. p. 80-86, abr. 2010.

SAFER, Jeanne. **Além da Maternidade**: optando por uma vida sem filhos. São Paulo: Mandarim, 1997.

SALES, Adalene Torres Barreto. **Transição para a maternidade em narrativas sobre amamentação numa comunidade de mães do Orkut**. Mestrado (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

SARBIN, Theodore R. (Org.). **Narrative Psychology**: the storied nature of human conduct. New York: Praeger Publishers, 1986.

SATO, Tatsuya; HIDAKA Tomo; FUKUDA, Mari. Depicting the Dynamics of Living the Life: The Trajectory Equifinality Model. In: VALSINER, Jaan et al. (eds.), **Dynamic Process Methodology in the Social and Developmental Sciences**, 2009. DOI 10.1007/978-0-38795922-1\_10.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller. **Filhos por adoção**: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes Almeida; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Famílias adotivas: identidade e diferença. **Psicol. estud.** 2006, v. 11, n. 2, p. 285-293. ISSN 14137372. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>>. Acesso em: 19 de ago. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. Cortez: São Paulo, 2008.

SILVA, Jaqueline Araújo da. **Adoção de crianças maiores**: percepções e vivências dos adotados. Mestrado (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica. O Impacto da Nova Lei Nacional de Adoção no Acolhimento Institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. **Psicologia em Revista**. v. 19, n. 3, p. 422-440, 2013.

SILVA, Maria Salete Nunes da. **Em busca do elo perdido**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2001.

SONEGO, Joice Cadore; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. A experiência da maternidade em mães adotivas. **Revista Aletheia**, v. 29, 16-26, 2009.

SPINA, Clarice. **Algumas reflexões sobre a devolução no processo de adoção**. São Paulo: Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2001.

SZAPIRO, Ana Maria; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 179-188, 2002.

TUBERT, Silvia. **Mulheres sem Sombra**: maternidade e novas tecnologias reprodutivas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

VALÉRIO, Tatiana Alves de Melo. **O filho adotivo não vem de fora, vem de dentro**: um estudo sobre trajetórias de vidas e a construção de significados sobre a decisão de adotar na perspectiva da psicologia cultural semiótica. Mestrado (Dissertação). Programa de Psicologia Cognitiva. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

VALÉRIO, Tatiana Alves de Melo; LYRA, Maria C. D. P. **A construção cultural de significados sobre adoção**: um processo semiótico. *Psicologia e Sociedade*, v. 26, n. 3, p. 716-725, 2014.



VALSINER, Jaan. **Culture in minds and societies**. Foundations of Cultural Psychology, Sage Publications, 2007.

VALSINER, Jaan. **Fundamentos de psicologia cultural**: mundos da mente, mundos da vida. Tradução de A. C. S. Bastos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VARGAS, Eliane Portes. **Casais inférteis**: usos e valores do desejo de filhos entre casais de camadas médias no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2006.

VARGAS, Marilzete Moldonado. **Adoção tardia**: da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VILLA, F. A adoção, o desejo e a necessidade. In: FREIRE, Fernando. **Abandono e adoção**: contribuições para uma cultura da adoção III. p. 33-39. Curitiba: Terra dos Homens: Vicentina, 2001.

VOLKMER, Vívian. **Significados de maternidade para mulheres com trajetória reprodutiva marcada por perdas gestacionais recorrentes**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFBA, 2009.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. Adoção: breve análise das relações familiares. In: BRANDÃO, Maria Zillah da Silva (Org.), **Sobre Comportamento e Cognição**. Santo André: ESETEC, p. 512-526, 2003b.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Adote com carinho**. Um manual sobre aspectos essenciais da adoção. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos psicológicos da adoção**. Curitiba, Juruá, 2003.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Critérios de Seleção de pais adotivos**: em discussão. Interação, 1, 123-137, 1997.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Pais e Filhos por adoção no Brasil**. Características, expectativas e sentimentos. Curitiba: Editora Juruá, 2010.

WEBER, Lidia Natalia; PEREIRA, Cristina Lopes. Resiliência, Estresse Parental e Satisfação: uma comparação entre pais adotivos e biológicos. Evento de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, 1., 2009, Curitiba. **Anais...**, p. 562, 2009.

YAMA, Renata. **Os pais adotivos**: preconceitos, fantasias, fatores motivacionais inconscientes e suas implicações na formação do sintoma na criança. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, SP, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZITTOUN, Tania. **Comparative study of human cultural development**. Culture in Minds and Societies. New Delhi: Sage, 2007.

ZITTOUN, Tania. **Dynamics of life-course transitions**: a methodological reflection. *Dynamic Process Methodology in the Social and Developmental Sciences*. Chapter, v. 18, p. 405-429, 2009.

ZITTOUN, Tania. **Transitions**: symbolic resources in development. Connecticut: Information Age Publishing, 2006.

ZITTOUN, Tania. **Engendrements symboliques**. Devenir parent: Le choix du prénom. *Cahiers de Psychologie et Education*, Neuchatel, Suíça, n.37, p.512, 2002. Disponível em: <[http://doc.rero.ch/lm.php?url=1000,20,4,cahiers\\_de\\_psychologie\\_2002\\_37.pdf](http://doc.rero.ch/lm.php?url=1000,20,4,cahiers_de_psychologie_2002_37.pdf)> Acesso em: 30 jan. 2017.

ZITTOUN, Tania. **Transitions Developmentales et Ressources Symboliques**. *Cahiers de Psychologie et Education*, Neuchatel, Suíça, n.40, p.17-26, 2004. Disponível em: <<http://www2.unine.ch/repository/default/content/sites/psy/files/shared/documents/publications/cahiers/cahier40.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

ZITTOUN, Tania. AVELING, Emma-Louise, GILESPIE, Alex; CORNISH, Flora. People in Transition worlds. In: *Transition: the ambivalence in the transition to Womanhood During WWII*. In: BASTOS, Ana Cecília S.; URIKO, Kristiina; VALSINER, Jaan, (Eds.). **Cultural dynamics of women's lives**. North Carolina. Information Age Publishing, 2011.

ZITTOUN, Tania; MIRZA, Nathalie Muller; PERRET-CLEMONT, Anne-Nelly. **Quando a cultura é considerada**: as pesquisas em psicologia do desenvolvimento. *Educar*, Curitiba, n. 30, p. 65-76, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n30/a05n30.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

ZITTOUN, Tania; VALSINER, Jaan; VEDELER, K.; SALGADO, João; GONÇALVES, Miguel; FERRING, D. **Melodies of living**: Developmental science of the human life course. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**Universidade Católica do Salvador**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Mães

A senhora está sendo convidada a participar, como voluntária, de uma pesquisa intitulada: **A DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NA ADOÇÃO TARDIA: ambivalências na construção cultural da maternidade**, que está sendo desenvolvida pelas pesquisadoras Mestranda Mabel Itana Araújo e Dra. Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos, professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador. Esta pesquisa tem por objetivo compreender a relação mãe adotiva-criança adotada no processo de devolução dessa criança e como os profissionais que acompanham podem intervir nesta vivência. Sua relevância se justifica por ampliar o conhecimento sobre os processos adotivos, especialmente os psicológicos, sendo disponibilizada uma contribuição teórica para o problema apresentado.

Sua participação consiste em ser entrevistada e essa entrevista terá uma duração aproximada de 50 minutos.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, a senhora poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo, esclareço que:

- Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, a senhora poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo;
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, serem utilizadas para trabalhos científicos e a sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato;
- As informações obtidas serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo; A entrevista poderá ser gravada, com autorização prévia da entrevistada, para posterior transcrição, e arquivada durante 05 (cinco) anos e incinerada após este período;

- Sua participação não implica em nenhum custo financeiro, mas caso tenha alguma despesa decorrente de tal participação, haverá ressarcimento por parte dos pesquisadores;
- O estudo apresenta como benefícios: a senhora poderá refletir sobre a sua vivência com a adoção. Além disso, com os dados obtidos poderão ser fornecidos subsídios para o trabalho dos profissionais que atuam com a adoção;
- Há o risco de a senhora sentir-se constrangida pelo fato de serem abordados conteúdos íntimos. Caso isso ocorra, os psicólogos entrevistadores lhe encaminharão para apoio psicológico;
- A senhora receberá uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e a outra via ficará com as pesquisadoras.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com as responsáveis pela pesquisa, a senhora poderá entrar em contato conosco pelo endereço/telefone:

Mabel Itana Araújo (Mestranda)

(71) 99965-6140 / 99131-3406 / E-mail: [mabel.itana@gmail.com](mailto:mabel.itana@gmail.com)

Profa. Dra. Ana Cecília Bastos (71) 3235-6899 / 98898-7854 / E-mail: [anaceciliabastos@gmail.com](mailto:anaceciliabastos@gmail.com)

Universidade Católica do Salvador – Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea – Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-902

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UCSal) – 3203-8913

Eu, \_\_\_\_\_ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B - ROTEIRO TEMÁTICO PARA A ENTREVISTA NARRATIVA

### ROTEIRO TEMÁTICO PARA A ENTREVISTA NARRATIVA

#### 1. PROPOSIÇÃO GERAL

Como foi sua experiência de adotar uma criança?

#### 2. TEMAS E QUESTIONAMENTOS

##### 2.1 Sobre a decisão de adotar

- Como e quando surgiu a decisão de ser mãe adotiva?
- O que pensava sobre ser mãe?
- O que pensava sobre um filho adotivo?
- Como foram os primeiros contatos com a criança que iria adotar?
- Qual o pensamento da família em torno do assunto?

##### 2.2 O período de convivência com a criança/adolescente

- Quais as expectativas acerca dessa convivência?
- Quais as dificuldades surgidas nesse período?
- Contou com o apoio de alguém? Quem?
- Qual o seu sentimento diante das dificuldades?
- Pensa que algo podia ter sido diferente?

##### 2.3 A decisão de devolver a criança/adolescente

- Quando começou a pensar em devolver a criança?
- Qual acontecimento foi decisivo para a devolução?
- Qual a opinião da família sobre a devolução?

##### 2.4 Perspectivas para o futuro

- O que planeja para o futuro?
- Pensa em uma nova adoção?

## APÊNDICE C - CATEGORIAS TEMÁTICAS DERIVADAS DA ANÁLISE DOS CASOS DA INTERNET

Quadro C1 - Categorias temáticas derivadas da análise dos casos da internet

<b>FONTE</b>	<b>SITUAÇÃO (local, tipo de família)</b>	<b>EXPERIÊNCIA (conflitos, tomada de decisão)</b>	<b>MOTIVOS (mediatos e imediatos)</b>	<b>INCIDENTE DESENCA- DEADOR</b>	<b>OBSERVA- ÇÕES</b>
O Estadão de S. Paulo 2008	Casada, 33 anos, paulista. Filha de nove anos, filha adotiva de sete anos por três meses.	Decidiu adotar por não poder ter mais filhos. Pensava que a criança seria doce, meiga e grata a ela por ter finalmente uma casa.	Após a filha adotiva bater na filha biológica, percebeu que não conseguiria levar a adoção até o fim.	Desavença entre as irmãs. Passou a pensar que a filha adotiva podia ter herdado um temperamento ruim dos pais biológicos	Adoção, talvez, pela busca de companhia para a filha biológica e por altruísmo.
O Estadão de S. Paulo 2008	Casal sem filhos, 45 e 47 anos. Vida financeira estável, interior de S. Paulo. Adotaram dois irmãos de cinco e sete anos.	Achavam que a adoção traria novos sentimentos à rotina deles, além de estarem fazendo uma boa ação.	Mãe afirma que as crianças não conseguiam ser carinhosas com o casal.	Comportamento indiferente das crianças.	Adoção para ocupar um espaço e por altruísmo.
Bonde.com.br 2009	Minas Gerais, 2008. Casal adota criança de oito anos	Os pais adotivos ficam com a criança por oito meses.	Não apresentaram justificativas para o ato.		O MP propôs ação pedindo a reparação de danos causados à criança.
Revistaepoc a.globo.com	São Paulo. Criança adotada aos	O Judiciário propôs uma terapia familiar,	Após cinco anos de adotado, mãe devolve um menino de doze		Quando o garoto entrou na adolescência

2009	sete anos de idade	a mãe não compareceu	anos, alegando que ele não a obedecia.	a mãe teve dois netos e passou a dar mais atenção a eles.
Istoe.com.br 2016	Santa Catarina. Casal da classe média alta da região de Blumenau. Adotou um casal de irmãos, três e seis anos de idade, em 2004. Já existia um filho biológico do casal.	O interesse da mãe adotiva estava voltado para a menina, adotou o menino para não separar os irmãos, ou melhor para não perder a menina.	O casal resolveu devolver apenas o menino, quando este completou treze anos de idade. A Justiça não aceitou, teriam que devolver a menina também.	Desentendimentos com o irmão e chute no pai.
Istoe.com.br 2016	São Paulo. Casal adota um casal de irmãos, oito e quatro anos de idade. Já tinha um filho biológico.	Após onze meses de convívio com as crianças, o casal resolveu devolvê-las.	Alegaram que a filha adotiva vivia às turras com o filho biológico do casal.	
Vilaclub.vilamulher.com.br 2009	São Paulo. Um casal adotou uma criança de oito anos. Pouco tempo depois, volta à Vara para devolvê-la. Ano de 2008.		Pressionada, a mãe disse que não queria uma criança de oito anos, mas a aceitou pois a sua idade correspondia à idade do filho que ela teria tido de forma natural, se pudesse.	

Vilaclub.vil amulher.co m.br 2009	São Paulo. Uma professora adota uma criança de dez anos de idade. Ano de 2008.		Um mês depois da adoção, a professora e seu marido reapareceram para devolver a criança, alegando que foi tudo muito rápido.	
Jusbrasil. com.br 2016	Brasília, DF. Procuradora federal, 76 anos de idade.	A criança foi adotada aos seis anos de idade e devolvida ao abrigo cinco anos depois.	A justificativa dada foi a de apresentar “mau comportamento”.	Segundo a mãe, a garota tentou agredir ela e a irmã, além de que estaria praticando pequenos atos infracionais, o que levou o seu filho a pedir que a menina fosse retirada de casa.
Jus.com.br 2011	2011. Mãe adotou uma criança de onze anos.	Tinha outros filhos, já adultos.	Após a criança ficar definitivamente na casa da mãe adotiva, mudou completamente o comportamento.	Após várias visitas ao Fórum e ao abrigo, resolveu devolver ao observar que o tempo passava e nenhuma mudança ocorria.
Jcnet.com.br 2014	2012. Bauru, SP. Quarenta anos, casada e sem poder ter filhos, resolveu adotar dois irmãos biológicos de cinco e nove anos.	A falta do estilo de vida liberto e independente fez com que ela tivesse intenção de devolver as crianças.		A família passou por uma terapia e a mãe disse, na ocasião, ter desistido da devolução.



Revistacrescer.globo.com 2011	Fortaleza, 2012. Casal adota uma criança com seis anos de idade.	Adotaram com a expectativa de que iria amá-la e o amor não surgiu.			Pensam em devolver o garoto para que ele possa ter pais que realmente o amem.
Euconfesso.com 2009	2009. Mãe afirma que se arrependeu de ter adotado uma das filhas.	Relata que nunca deveria ter adotado uma criança maior e cheia de problemas; não estava preparada para tantos desafios.	A criança se automutila, nunca sorri e faz coisas inacreditáveis.	Tentou devolver, mas voltou atrás porque a assistente social disse que iria rever a habilitação e ela nunca mais poderia adotar outra criança.	Até esse relato não havia devolvido de fato a criança, mas continuava arrependida e sem saber o que fazer para melhorar o convívio entre elas.
E-familynet.com 2012	Casal sem filhos biológicos, mãe com trinta anos de idade e não consegue engravidar.	Após quinze dias em casa, a mãe relata que a criança passou a não se comportar, a agrediu e também outras crianças, mente muito e cometeu furtos.	Mãe diz se sentir enganada desde o início, pois queria uma criança saudável e lhe entregaram um menino com sérios problemas de comportamento.	Decisão da psicóloga do fórum. Aceitou e desistiu da adoção, pois tudo o que passou a fazer não acreditar mais que daria certo.	Diz que não queria devolvê-lo de jeito nenhum, a separação foi difícil, mas depois viu que esta era a única maneira de ter tranquilidade na vida.
E-familynet.com 2014	Casal, ele com 45 e ela com 34 anos de idade, sem filhos.	Resolveu adotar e o perfil era de crianças de zero a dois anos. Em 2013 adotou um menino de sete anos e nove	Comportamento agressivo, não respeitava ninguém.	Agressões.	Afirma não ter sido avisada do comportamento

		meses após, decidiu pela devolução.			agressivo do garoto.
E-familynet.com 2012	Em 2011, mãe resolveu adotar um casal de irmãos. Já tinha um casal de filhos biológicos.	Mãe recebeu a guarda de um menino de nove anos e sua irmã de dois meses.	O menino se mostrou agressivo.	O garoto tentou abusar da sua filha biológica.	Teve que devolver o menino juntamente com a irmã pequena.
E-familynet.com 2012	Mãe, 28 anos e pai, 35. Tem um filho biológico de oito anos e adotaram, em 2011, um garoto de sete anos.	Segundo a mãe, afirmaram que era uma criança totalmente saudável, mas tem vários problemas mentais e que descobriu um mês depois de estar com a criança.	Quando o seu filho biológico foi agredido, pensou seriamente em devolução, chegando a ligar para o Juizado e falar da sua decisão. Conta que o bom senso falou mais alto e não devolveu	Precisa de muita atenção, que ela e o marido não podem dar.	Mãe afirmou que na última avaliação com a assistente social e psicóloga, foi dito que esta adoção não foi boa para família dela e pedido que ela devolvesse a criança.


## APÊNDICE D - CATEGORIAS TEMÁTICAS DERIVADAS DA ANÁLISE DA ENTREVISTA COM A PARTICIPANTE

Quadro D1 - Categorias temáticas derivadas da análise da entrevista com a participante

<b>SITUAÇÃO (local, tipo de família)</b>	Salvador – Ba. Casada, 45 anos, sem filhos biológicos. Nível superior.
<b>EXPERIÊNCIA (conflitos, tomada de decisão)</b>	Afirma nunca ter tido vontade de ter filhos. Pensou em adoção tardia, pensando que o trabalho seria menor. Fez tudo em comum acordo com o marido. O processo não foi demorado. Criança de seis anos de idade. Recebeu a guarda provisória para um período de convivência de trinta dias. Após avaliar sua dificuldade em lidar com o comportamento agressivo da criança, decidiu pela devolução e ao procurar o Juizado todo o processo foi tratado de forma normal, procedimento de adaptação.
<b>MOTIVOS (mediatos e imediatos)</b>	A criança ao chegar em casa começou a ficar muito agressiva, antes era ótimo, saíam, passeavam nos finais de semana. Não queria desistir, mas percebia que o comportamento da criança tendia a piorar muito e ela ficar cada vez mais rebelde, sendo que o tempo era curto para esperar as melhoras.
<b>INCIDENTE DESENCADEADOR</b>	Mãe afirma que a devolução aconteceu principalmente pelo medo que sentiu de ser responsabilizada judicialmente, caso algo acontecesse em decorrência do comportamento da criança.
<b>OBSERVAÇÕES</b>	Mãe apresentou durante sua narrativa vários momentos de esquecimentos, lacunas.

## ANEXO

## ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR														
<b>PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>														
<b>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</b>														
<b>Título da Pesquisa:</b> A devolução de crianças na adoção tardia: ambivalências na construção cultural da maternidade.														
<b>Pesquisador:</b> Mabel Itana Araújo														
<b>Área Temática:</b>														
<b>Versão:</b> 2														
<b>CAAE:</b> 60611816.1.0000.5628														
<b>Instituição Proponente:</b> Universidade Católica do Salvador														
<b>Patrocinador Principal:</b> Financiamento Próprio														
<b>DADOS DO PARECER</b>														
<b>Número do Parecer:</b> 1.883.585														
<b>Apresentação do Projeto:</b>														
<p>A presente pesquisa utilizará uma abordagem descritiva qualitativa, de cunho etnográfico e levantamento bibliográfico. Este estudo permitirá compreender a relação estabelecida entre a devolução de crianças adotadas e o processo de construção da maternidade de mães adotivas. Serão realizadas entrevistas narrativas com mães que tenham vivenciado a experiência de devolver uma criança após adoção. Desse modo, pretende entrevistar 5 (cinco) mães que passaram pela decisão de devolver uma criança ou adolescente que tenha adotado. A coleta de dados será feita por meio de entrevistas narrativas. As entrevistadas deverão assinar o termo de consentimento livre e esclarecido e uma gravação da entrevista somente será realizada com o consentimento prévio da participante. Anotações e complementações também farão parte da observação do pesquisador, como forma de descrever situações e experiências, conhecer a realidade e interpretá-la.</p>														
<b>Objetivo da Pesquisa:</b>														
<b>Objetivo Primário:</b>														
<p>Compreender a correlação entre a devolução de crianças adotadas e o processo de construção da maternidade das mães adotivas, bem como a relação estabelecida entre crianças e mães adotivas.</p>														
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2"><b>Endereço:</b> Av. Cardeal da Silva, nº 205</td> <td><b>CEP:</b> 40.231-902</td> </tr> <tr> <td><b>Bairro:</b> Federação</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>UF:</b> BA</td> <td><b>Município:</b> SALVADOR</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Telefone:</b> (71)3203-8913</td> <td><b>Fax:</b> (71)3203-8975</td> <td><b>E-mail:</b> cep@ucsal.br</td> </tr> </table>			<b>Endereço:</b> Av. Cardeal da Silva, nº 205		<b>CEP:</b> 40.231-902	<b>Bairro:</b> Federação			<b>UF:</b> BA	<b>Município:</b> SALVADOR		<b>Telefone:</b> (71)3203-8913	<b>Fax:</b> (71)3203-8975	<b>E-mail:</b> cep@ucsal.br
<b>Endereço:</b> Av. Cardeal da Silva, nº 205		<b>CEP:</b> 40.231-902												
<b>Bairro:</b> Federação														
<b>UF:</b> BA	<b>Município:</b> SALVADOR													
<b>Telefone:</b> (71)3203-8913	<b>Fax:</b> (71)3203-8975	<b>E-mail:</b> cep@ucsal.br												

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR



Continuação do Parecer: 1.883.585

**Objetivo Secundário:**

- Descrever quais as motivações para a devolução de uma criança adotada;
- Investigar o sofrimento psíquico pelo qual uma mãe adotiva passa ao decidir por devolver uma criança adotada;•Relatar o que levou essas mães a adotarem uma criança;
- Explorar as significações de maternidade para a mãe adotiva, antes e durante o processo de adoção e na tomada de decisão de devolver a criança.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Eventual constrangimento por parte de alguma participante, pelo fato de serem abordados conteúdos íntimos. Caso isso ocorra, os psicólogos entrevistadores indicarão apoio psicológico.

**Benefícios:**

O estudo priorizará analisar e entender o que acontece para uma mãe adotiva chegar à decisão de devolver a criança adotada. Como se trata de um assunto envolto em muitos mitos e tabus, essas mães são vistas com preconceitos e julgadas como se fossem pessoas ruins e insensíveis. O objetivo seria criar uma reflexão de como se dá o processo para elas e o que as levam a seguir esse caminho.

As poucas produções fora do campo jurídico, menos ainda para a questão da devolução de crianças, também consiste num dos motivos que leva à realização da pesquisa, que se mostra relevante por ampliar o conhecimento sobre os processos adotivos, especialmente os psicológicos, sendo disponibilizada uma contribuição teórica para o problema apresentado.

O tema é relevante fora do campo jurídico por ainda serem poucos os estudiosos e limitadas as produções sobre adoção, em especial sobre a devolução de crianças adotivas. Assim, ele oferece uma contribuição teórica dentro do campo psicológico, ampliando a visão jurídica sobre os processos adotivos. A investigação dessa temática pode incrementar a base empírica do conhecimento dessa problemática, contribuir com reflexões e publicações sobre a adoção na família da sociedade contemporânea, e fornecer subsídios para os profissionais que lidam com a

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205  
Bairro: Federação CEP: 40.231-902  
UF: BA Município: SALVADOR  
Telefone: (71)3203-8913 Fax: (71)3203-8975 E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR



Continuação do Parecer: 1.883.585

questão, sejam eles da área da Psicologia ou do Direito, buscando soluções que amenizem as consequências advindas dessa situação de conflito.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O Projeto se mostra útil para a conscientização da sociedade no que diz respeito à importância do tema citado, mostrando maior conhecimento sobre o que as mães sentem ao decidir pela devolução da criança adotiva e os traumas e frustrações que esse tipo de decisão pode causar no futuro ético, pessoal e profissional para essa criança.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dirigido dirigido às mães.

**Recomendações:**

Nenhuma.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Apto.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O colegiado acata com o parecer do relator, tendo em vista que a pesquisadora atendeu a pendência emitida no parecer consubstanciado do dia 14/11/2016.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_698759.pdf	12/12/2016 20:49:26		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2016.docx	12/12/2016 20:45:09	Mabel Itana Araújo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_2016_CEP_revisado.doc	12/12/2016 20:44:27	Mabel Itana Araújo	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	29/09/2016 18:06:22	Mabel Itana Araújo	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

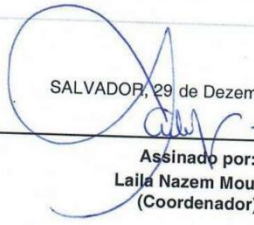
Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205  
 Bairro: Federação CEP: 40.231-902  
 UF: BA Município: SALVADOR  
 Telefone: (71)3203-8913 Fax: (71)3203-8975 E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR



Continuação do Parecer: 1.883.585

SALVADOR, 29 de Dezembro de 2016

  
Assinado por:  
Laila Nazem Mourad  
(Coordenador)

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205  
Bairro: Federação CEP: 40.231-902  
UF: BA Município: SALVADOR  
Telefone: (71)3203-8913 Fax: (71)3203-8975 E-mail: cep@ucsal.br